

**ANTONIO PAIM**

# **PERSONAGENS** **da política brasileira**

**Organizador: Rogério Schmitt**





# **PERSONAGENS**

**da política brasileira**



**ANTONIO PAIM**

# **PERSONAGENS**

## **da política brasileira**

Espaço Democrático - Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

[espacodemocratico.org.br](http://espacodemocratico.org.br)

Organizador: Rogério Schmitt

Revisão: Martha Jalkauskas / Lucas Lima

Projeto gráfico: Marisa Villas Boas

**Organizador: Rogério Schmitt**

Todos os direitos desta publicação reservados ao autor.

---

PERSONAGENS DA POLÍTICA BRASILEIRA

1ª ed. - São Paulo: Scriptum Editorial, 2019.

ISBN 978-85-65897-04-4

---



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	10	<b>PARTE IV – ERA VARGAS E REGIME CONSTITUCIONAL DE 1946</b>	83
<b>PREFÁCIO</b>	12	15. Washington Luís e o fim da República Velha	84
<b>APRESENTAÇÃO</b>	14	16. Lindolfo Collor e a organização sindical	89
<b>PARTE I – INDEPENDÊNCIA E NOVAS INSTITUIÇÕES</b>	17	17. Francisco Campos e o molde para a universidade brasileira	94
1. O papel formativo da atividade jornalística de Hipólito da Costa	18	18. Góis Monteiro e a doutrina da ingerência militar na política	98
2. Silvestre Pinheiro Ferreira: um mestre para a elite do século XIX	22	19. Salles Oliveira e a tradição do estado democrático de direito	103
3. Antonio Carlos de Andrada e Silva e nossa primeira Constituição	26	20. Getúlio Vargas e a modernização do País	108
<b>PARTE II – IMPÉRIO</b>	31	21. João Goulart, o presidente derrubado por forças militares	112
4. Visconde de Uruguai e o valor da unidade nacional	32	22. João Mangabeira e o partido socialista democrático que não vingou	116
5. Conselheiro Saraiva e a reforma eleitoral de 1881	40	23. Milton Campos e o descompasso com a evolução da doutrina liberal	121
6. Visconde do Rio Branco e a modernização do Brasil	47	24. Juscelino e o projeto que deu uma trégua ao País	126
7. Joaquim Nabuco, paladino da abolição da escravatura	52	25. Carlos Lacerda, controvertida figura liberal	130
<b>PARTE III – PRIMEIRA REPÚBLICA</b>	57	<b>PARTE V – REGIME MILITAR E REDEMOCRATIZAÇÃO</b>	135
8. Quintino Bocaiúva e a ingerência militar na política	58	26. Castelo Branco e seu governo reformador	136
9. Deodoro e o empenho em impedir a transformação do governo em ditadura	62	27. Geisel e a abertura lenta, gradual e segura	141
10. Floriano Peixoto, segundo presidente da República	64	28. Roberto Campos, arauto da modernização econômica	145
11. Benjamin Constant e o ideário positivista no meio militar	67	29. Tancredo Neves, a figura central da redemocratização	149
12. Campos Sales e a prática autoritária da República Velha	71	30. Ulysses Guimarães e a lição de comportamento democrático	153
13. Rui Barbosa e o elemento liberal na República	75		
14. Pedro Lessa e a consolidação do Poder Judiciário independente	79		

# INTRODUÇÃO

---

Este não é o primeiro livro publicado pela Fundação Espaço Democrático, nos anos recentes, que compila artigos de sua equipe de colaboradores. Em 2017, por exemplo, Luiz Alberto Machado e Túlio Kahn organizaram a coletânea *Para onde vamos? Política, Economia, Segurança Pública e Relações Internacionais no Mundo Contemporâneo*. A mesma dupla organizou, em 2018, o volume *Interpretações do Brasil: Tradicionais e Novas Abordagens Históricas, Econômicas e Diplomáticas*. Ambos são trabalhos que reúnem artigos selecionados, escritos pelos especialistas - cientistas políticos, economistas, sociólogos e internacionalistas -, que colaboram com a Fundação.

A publicação que o leitor agora tem em mãos, porém, é bem diferente das anteriores. Trata-se de uma homenagem do Espaço Democrático ao professor Antonio Paim, cuja extensa produção para o website da Fundação jamais havia sido compilada em formato de livro. Uma homenagem mais do que merecida. A primeira série de artigos escritos por Antonio Paim tratou de temas de Teoria e Filosofia Política. Essa série inaugural contou com um total de 23 artigos, publicados entre agosto de 2015 e março de 2016. Os artigos dedicados a Jean Jacques Rousseau até hoje figuram entre os mais acessados pelos internautas que navegam pelo nosso site.

O livro que agora tornamos acessível ao público corresponde à segunda série de artigos publicados pelo professor Antonio Paim. Sob a denominação original *Grandes Personagens Brasileiros*, Paim publicou outros 30 artigos entre maio de 2017 e setembro de 2018, os quais se transformaram nos 30 capítulos deste volume. Trata-se de uma escolha inteiramente pessoal do autor, elaborada com a finalidade de “recuperar o prestígio da classe política” - como ele próprio escreve em sua Apresentação. Salvo engano, um objetivo que é necessário e estrategicamente louvável nos tempos atuais.

Coube ao organizador somente a tarefa de propor ao autor a organização das cinco partes em que o livro se divide, estruturadas cronologicamente - “Independência e Novas Instituições”, “Império”, “Primeira República”, “Era Vargas e Regime Constitucional de 1946” e “Regime Militar e Redemocratização”. Em cada parte, no entanto, a sequência dos capítulos não é necessariamente a sequência cronológica dos personagens apresentados.

Acredito que este volume passará a integrar toda boa biblioteca sobre o pensamento político brasileiro.

Boa leitura!

**Rogério Schmitt**

# PREFÁCIO

Foi com enorme prazer que recebi o convite para prefaciar mais esta obra de Antonio Paim, sem favor algum, um dos maiores intérpretes da política mundial e da brasileira em particular.

Quem conhece a trajetória de Paim possui condições de compreender melhor o extraordinário conhecimento que acumulou ao longo da vida. Nascido no interior da Bahia, concluiu seus cursos de filosofia na Universidade Lomonosov, em Moscou, numa etapa em que se impressionou com os ideais do socialismo marxista. Em seu retorno ao Brasil, prosseguiu os estudos na Universidade do Brasil e, desencantado com os caminhos do socialismo em diferentes partes do mundo, abraçou as ideias liberais, tornando-se um de seus mais abalizados intérpretes.

Sua carreira acadêmica teve início como professor auxiliar na Universidade Federal do Rio de Janeiro, cidade onde prosseguiu como professor adjunto na Pontifícia Universidade Católica e, na sequência, na Universidade Gama Filho, onde se aposentou depois de ter sido professor titular e livre-docente.

Durante sua brilhante carreira acadêmica, Paim se notabilizou como pesquisador de História das Ideias, Filosofia Brasileira, Pensamento Político Brasileiro, Filosofia Luso-Brasileira, Filosofia Moral e Filosofia da Educação, participando e liderando uma série de projetos inovadores em nosso meio universitário a respeito da política brasileira, como aconteceu com os cursos em nível de pós-graduação na PUC-RJ, na década de 1970, e da Universidade Gama Filho, na década de 1980.

Paralelamente a esses projetos, chama a atenção a intensa atividade editorial de Paim, com verdadeiros clássicos, entre os quais *História das Ideias Filosóficas no Brasil*, ganhador do Prêmio Jabuti de 1985 na área de ciências humanas, *Cairu e o Liberalismo Econômico*, *A Querrela do Estatismo*, *Liberdade Acadêmica e Opção Totalitária*, e *História do Liberalismo Brasileiro*, recém-reeditado.

Para além dos intelectuais que permanecem apenas no plano das ideias, Paim foi um ativo participante tanto no campo da política brasileira como no terreno da organização político-partidária. No primeiro caso, elaborou projetos preparatórios para a Constituição de 1988 sobre aspectos relacionados à representação, defendendo, na respectiva comissão parlamentar, a questão do voto distrital. Posteriormente, tive em Paim o meu assessor mais importante enquanto presidente do PFL, o Partido da Frente Liberal. No segundo caso, Paim tem dado enorme contribuição aos institutos e fundações que atuam como centros de estudo e formação política dos partidos políticos. Foi assim no Instituto Tancredo Neves (PFL, posteriormente DEM, o Democratas) e, agora, no Espaço Democrático do PSD, o Partido Social Democrático.

Sua atuação se caracteriza pela tentativa de esclarecer os quadros partidários no que se refere ao aperfeiçoamento da representação, ao papel das Forças Armadas, à formulação de políticas públicas relacionadas à privatização, à desburocratização, às áreas de ciência e tecnologia, bem como à reforma partidária, com o objetivo de garantir efetiva representação dos interesses do eleitorado.

Em seu incansável estudo sobre os problemas brasileiros, Paim se destaca pela apurada análise do patrimonialismo na nossa formação política, identificando neste fator um dos principais obstáculos ao nosso desenvolvimento.

Apesar de seu vasto conhecimento, o professor Paim, verdadeiro exemplo de liberal convicto, é um sábio escondido em sua natural modéstia.

Por todas essas razões, não haveria nome comparável ao de Antonio Paim para este breve mergulho na contribuição de trinta personagens da nossa história política, em momento mais do que oportuno oferecido ao público pelo Espaço Democrático.

**Jorge Bornhausen**

# APRESENTAÇÃO

---

Quando Francis Fukuyama, em 1989, divulgou o posteriormente famoso ensaio intitulado “O fim da história?”, publicado na revista acadêmica *The National Interest*, discutiu-se primeiro o significado da afirmação. O próprio autor teria oportunidade de esclarecer que tinha em vista o sentido, o direcionamento, onde iria chegar. Deslindada essa questão, logo os ânimos serenavam - e considerou-se tratar de uma aspiração legítima, mas de difícil consecução. Com a extinção da União Soviética, em dezembro de 1991, a “previsão” de Fukuyama passou a ser levada a sério.

Entendeu-se que a Rússia automaticamente se transformaria numa democracia. Levou-se em conta que, quando se constituiu o governo representativo, este processo não cogitava a democracia. A representação era monopólio da classe proprietária. A democratização (no limite estava o sufrágio universal) foi, em cada país, um processo complicado. Evidenciou-se a necessidade da constituição de apoio social (para simplificar: classe média). No caso da Rússia, as reformas levadas a cabo na União Soviética, ocorridas na mesma época do lançamento da hipótese descrita, por si só, não proporcionavam base para a aceitação da nova doutrina. A Rússia não se transformaria automaticamente num regime democrático.

Levou-se em conta que as reformas realizadas pelo então primeiro-ministro Yegor Gaidar (1956-2009) iriam permitir a formação de classe média apoiada nas empresas, o que possibilitaria a volta ao capitalismo. A experiência ocidental mostrara que primeiro lançam-se as bases da nova forma de organização política: o sistema representativo. A democratização desse sistema requer processo autônomo.

Mais recentemente, em 2017, Fukuyama voltou ao tema para afirmar que a China vivenciará o mesmo processo. E mais: se o sistema político chinês não levasse ao governo representativo, posteriormente democratizado, daria por equivocada a sua teoria.

Com base nessas premissas, podemos acreditar que o Brasil seguirá o mesmo destino. Estamos há cerca de duzentos anos tentando organizar o arcabouço político do sistema representativo e não vem ao caso registrar as dificuldades. O mais importante, parece-me, é dar-se conta de que à sociedade capitalista seria preciso construir e assegurar ampla distribuição de renda. Nos Estados Unidos, 70% da renda nacional encontra-se em mãos de grupos sociais de renda média. Quer dizer: não há extremos significativos.

A tarefa é desafiadora. O principal obstáculo a vencer está identificado: trata-se do patrimonialismo. Em resumo, estamos no caminho que nos conduzirá à plena instauração do regime democrático representativo, compreendidas as características sociais requeridas (classe média). Para tanto, é preciso recuperar o prestígio da classe política. O propósito da identificação de personalidades marcantes ora empreendido evidencia a presença de figuras destacadas no meio político. Nada sugere que o ciclo histórico ora vivenciado seja diferente.

**Antonio Paim**

PARTE I

---

INDEPENDÊNCIA  
E  
NOVAS INSTITUIÇÕES

## CAPÍTULO 1

### O papel formativo da atividade jornalística de Hipólito da Costa<sup>1</sup>

Durante cerca de 15 anos, de junho de 1808 à proclamação da Independência do Brasil em 1822, Hipólito da Costa editou regularmente o *Correio Braziliense*, jornal mensal que compunha em Londres com o propósito de familiarizar a elite com o novo regime que deveria substituir a monarquia absoluta. Editado sem qualquer censura, correspondia o periódico a feito verdadeiramente extraordinário, tendo aberto o caminho para a compreensão do novo sistema político que ensaiava seus primeiros passos no continente, depois de haver se consolidado na Inglaterra.

Hipólito da Costa nasceu em 1774, no extremo sul do País, onde seu pai, natural do Rio de Janeiro, servia nas tropas reais. Frequentou a Universidade de Coimbra e, em 1798, aos 24 anos, foi enviado para estudar a experiência norte-americana em matéria de agricultura por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, então ministro da Marinha e do Ultramar. Permaneceu por dois anos nos Estados Unidos. De volta a Portugal, associou-se à Maçonaria, acabando preso. Após três anos de encarceramento, conseguiu fugir e se refugiar na Inglaterra. Era, então, 1805. Em dezembro de 1822, deu por encerrada a carreira jornalística, ingressando nos serviços diplomáticos do jovem Império Brasileiro, resultante da Independência. Chegou a ser nomeado cônsul-geral na Inglaterra, mas faleceu em setembro de 1823, antes de assumir o cargo. Tinha então 49 anos, dos quais 18 vividos na Inglaterra, onde casou e deixou descendentes.

Tanto pelo formato como pelo conteúdo, o *Correio Braziliense* não tinha feição de jornal, mais parecendo uma revista; para o nosso entendimento, houve números com 200 páginas. Embora o autor buscasse comentar os acontecimentos, as dificuldades de comunicação não eram de molde a permiti-lo. Assim, só comenta a abertura dos portos, estabelecida em janeiro de 1808, no número de agosto. A notícia da insurreição pernambucana, iniciada a 6 de março de 1817,

só é conhecida em Londres a 24 de maio. Por isso, quando o *Correio* (número de junho) chega ao Brasil (agosto), o movimento já havia sido abortado. Em razão de tais circunstâncias, revestiu-se sobretudo de caráter doutrinário. Além do mais, circulando sem censura, ele ocupa posição ímpar até a Independência. O Brasil não dispunha de tipografias, sendo a primeira importada por D. João VI para dar lugar à Imprensa Régia (1808).

O *Correio Braziliense* comentou todas as obras que pudessem ser do interesse da elite então radicada no Brasil, com a mudança da Corte, mesmo quando editadas em inglês ou francês, dando-se ao trabalho de traduzir e transcrever o que lhe parecia essencial. Esse papel formativo refletia-se também nos comentários que dedicava à política europeia, notadamente o comportamento da Santa Aliança. Embora condenasse os descaminhos da Revolução Francesa, achava inúteis os esforços contra o constitucionalismo, movimento que lhe parecia “resultado do nosso estado de civilização, em direta oposição às formas estabelecidas em tempos bárbaros e apoiadas pela força dos senhores feudais; enfim, é uma guerra de opinião, contra a qual é ineficaz a potência física dos governos”.

Neste passo escrevia: “A história da Revolução Francesa, a causa da aniquilação do poder de Bonaparte, os meios por que os governos de Alemanha recobram a sua independência, tudo tende a mostrar que há na Europa um indomável espírito de liberdade individual, que não admite reconciliar-se com o despotismo, por mais brando que ele seja, por mais que se exorne com o esplendor de vitórias, e por mais que se disfarce com as aparências de formas legais” (junho de 1821).

Comentando esse posicionamento, na obra que lhe dedicou, Hipólito da Costa e o *Correio Braziliense* (Companhia Editora Nacional, 1957, p. 112), Carlos Rizzini indica que, embora apoiando as medidas do Congresso de Viena restritivas ao poder ofensivo da França, quando “constituíram-se, na Santa Aliança, em força contrária à evolução das instituições políticas, admitindo o ressurgimento dos jesuítas, perseguindo a imprensa e as sociedades secretas e obstando o advento de regimes constitucionais, verberou o Correio o obscurantismo daqueles déspotas e o engano de terem destruído em Waterloo as conquistas espirituais do século”.

<sup>1</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 21/8/2017.

O *Correio Braziliense* acompanhou detidamente a luta pela Independência da América Espanhola. Considerava que “a obstinação em que está a Europa de querer considerar aquelas importantes e poderosas regiões como pequenas colônias em sua infância é um erro que a experiência dos Estados Unidos da América devia ter ensinado a retificar. Mas tal é a força dos prejuízos e da educação que a mesma experiência mal pode remediar os seus efeitos” (edição de junho de 1821). Entendia não ter a situação nada de similar com o caso brasileiro. A ocupação da Espanha pela França deixara-a sem governo. Não cabia reconstituí-lo sem a participação da América Espanhola nem muito menos deixar passar a oportunidade de introduzir o regime constitucional.

O Brasil encontrava-se em situação diversa desde que passara a abrigar a Corte. A separação não convinha a nenhuma das partes. Neste sentido, o *Correio* apresentou um programa minucioso, que compreendia desde a criação de uma universidade e o aprimoramento do sistema escolar até o estabelecimento da mais ampla liberdade de imprensa. A reforma por ele proposta compreendia a organização de um judiciário independente e o abandono da prática odiosa de delegar a justiça ao arbítrio policial. Em matéria de organização econômica, propugnava a abolição da escravatura, melhoramentos técnicos na agricultura e fomento de manufaturas.

No tocante ao ordenamento político, parecia-lhe que a história de Portugal oferecia a experiência na qual se devia inspirar, restaurando-a. Tinha presente que a força das instituições inglesas provinha do seu tradicional enraizamento popular. Explica-se: “Um governo popular é, na minha opinião, o mais bem calculado para sacar a público os talentos, que há na Nação, e para desenvolver o entusiasmo, que resulta de se considerarem todos os cidadãos em via de ter parte ou voto na administração dos negócios públicos. Mas, quando assim falo, entendo o chamamento de Cortes e outras instituições que formavam a parte democrática da excelente Constituição antiga de Portugal. Não quero, pois, entender, de forma alguma, por governo popular a entrega da autoridade suprema nas mãos da população ignorante, porque isto é que constitui verdadeiramente a anarquia; e nesta se deve cair necessariamente todas as vezes em que o vigor e o entusiasmo do povo excedem a energia e o talento dos que governam” (II. 175. fev. 1809).

Tudo fez para que os leitores tivessem presente o que chamou de “legitimidade da monarquia portuguesa”, porquanto Afonso Henriques, o fundador da nacionalidade, foi eleito pelas Cortes de Lamego. Desse ponto de vista, apresenta superioridade em relação à monarquia inglesa. No curso de sua evolução, esta última superou a portuguesa ao deixar de ser “monarquia hereditária absoluta”, como em Portugal, para tornar-se mista, “porque o poder Legislativo reside no Parlamento, compreendendo-se por tal o Rei, a Casa dos Lordes e os Comuns”. Escreve: “As Cortes são uma instituição nacional, e a população do Brasil é tão considerável que com toda a justiça pode requerer o entrar com seus procuradores nessa respeitável Junta. (...) O não serem os povos do Brasil representados em Cortes é a primeira origem dos seus males presentes e será causa de muitos outros para o futuro” (nov. 1809).

Hipólito da Costa apoiou a Revolução do Porto na esperança de que poderia significar o reinício do funcionamento de instituições, notadamente as Cortes, para que eliminasse de vez a necessidade de futuras revoluções. Tinha presente os males trazidos pela Revolução Francesa ao insistir que as reformas devessem ser feitas pelos governos e não pelos povos. Entretanto, à medida que empreendem o caminho de restaurar a situação anterior em que se encontrava o Brasil, os líderes daquela Revolução passam a prestigiar o movimento pela Independência. Repete que, com a desunião, mais perderia Portugal que o Brasil.

A decisão de Hipólito da Costa de suspender a edição do *Correio Braziliense* resulta da convicção de que, ao ser instaurada a liberdade de imprensa no Brasil independente, estava cumprida a sua principal missão. Seu último conselho dirige-se à Assembleia Constituinte: seguir o bom senso na elaboração da Carta Constitucional, evitar o impulso de em tudo imiscuir-se, ter presente que as reformas de grande magnitude não se fazem num dia, confiar em que as Constituições se aperfeiçoam ao longo do tempo.

Como em Portugal, o aprendizado da liberdade tornou-se penoso. Viveríamos praticamente duas décadas de lutas fratricidas. A semente plantada por Hipólito da Costa, porém, iria frutificar sobretudo naquelas personalidades que soube preparar para a compreensão do significado da mensagem de Silvestre Pinheiro Ferreira e do liberalismo doutrinário.

## CAPÍTULO 2

### Silvestre Pinheiro Ferreira: um mestre para a elite do século XIX<sup>2</sup>

Português de nascimento, tendo vindo para o Brasil em decorrência da mudança da Corte, Silvestre Pinheiro Ferreira desempenharia papel-chave no ordenamento institucional propiciado pelo Regresso, isto é, do movimento ocorrido no início dos anos quarenta, a partir do qual tem início, efetivamente, a construção das instituições do governo representativo no Brasil. Essa circunstância advém do fato de que estabeleceu sólidos vínculos com muitas das personalidades que viriam a assumir os destinos do País. Tendo permanecido no Rio de Janeiro por cerca de onze anos, manteve um curso de cultura geral. Sua hipótese era a de que a experiência de governo representativo, que vinha sendo implementada no continente europeu, em meio a graves dificuldades, somente se tornaria compreensível a partir da consideração do conjunto das novidades suscitadas pela Época Moderna.

Entendia também que, dado o papel destacado da ciência nesse conjunto, era imprescindível partir da reviravolta que o seu surgimento provocara na teoria tradicional do conhecimento, ligada a Aristóteles. Em Portugal, chegou-se a dizer que “era de fé” a tese aristotélica da existência de formas substanciais e acidentais. Essa tese vinculava-se à Contrarreforma e à necessidade de reivindicar o papel da Igreja, negada pelos protestantes. Em contrapartida, com a emergência de Pombal, passou-se para o extremo oposto, negando qualquer validade à obra de Aristóteles.

O curso que ministrou no Rio de Janeiro, ao ser editado, mereceria o nome de *Preleções Filosóficas*. Mais tarde, notabilizar-se-ia por ter se tornado chefe do governo de D. João VI, regressando a Portugal com a Corte e assumindo a responsabilidade de representar a moderação no processo de transição para a monarquia representativa. Inexistindo clima para a moderação, exilou-se em Paris, onde se dedicaria exclusivamente à complementação de sua obra teórica. Desta

vez, ocupar-se-ia de estruturar a doutrina liberal, então denominada de “direito constitucional”.

Ao longo de toda essa fase final, manteve os vínculos que estabelecera com os brasileiros, agora tendo assumido os destinos do País. Atuou, portanto, como conselheiro, dispondo de enorme audiência. Seu grande feito iria consistir em ter familiarizado a corrente moderada, em formação, com a doutrina da representação como sendo de interesses. Insistiu na necessidade de identificá-los e tratar de organizar a sua representação no Parlamento. Este teria que ser entendido como o local da negociação, com a incumbência de pôr termo à luta armada que grassava, tanto no Brasil como em Portugal.

**Dados biográficos** - Silvestre Pinheiro Ferreira nasceu a 31 de dezembro de 1769, em Lisboa. A família o destinou à vida eclesiástica, fazendo-o ingressar na Ordem do Oratório, em 1783, aos 14 anos de idade, onde permaneceu durante cerca de dez anos. Ali recebeu sua formação intelectual.

Na Ordem, a influência de Verney (Luiz Antonio Verney, 1713-1792), crítico do ensino escolástico, haveria de ser muito presente, uma vez que até à sua morte faria divulgar sucessivos textos, dando sequência ao programa formulado no Verdadeiro Método de Estudar (1746-1747). Assim, os horizontes filosóficos deveriam ser fixados pela doutrina filosófica batizada de empirismo mitigado, obra do próprio Verney e do filósofo italiano Antonio Genovesi (1713-1769). Silvestre Pinheiro Ferreira iria se chocar com essa doutrina dominante, o que o levaria, primeiro, a abandonar o projeto eclesiástico e, pouco mais tarde, conforme se mencionará, a emigrar de Portugal.

Afastando-se do seminário, ministrou aulas particulares em Lisboa e logo (1794) obteve, por concurso, na Universidade de Coimbra, o lugar de lente substituto da cadeira de filosofia racional e moral do Colégio das Artes. Na nova situação, buscou aprofundar a crítica ao sistema filosófico vigente. Tal iniciativa não foi bem aceita pela comunidade, que o denunciou às autoridades. Ameaçado de prisão, fugiu de Portugal, embarcando clandestinamente em Setúbal, a 31 de julho de 1797. Tinha, portanto, menos de 30 anos. No exílio, Silvestre Pinheiro Ferreira estabeleceu relações com Antônio de Araújo, futuro conde de Barca, ministro

<sup>2</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 25/8/2017.

de Portugal em Haia, pessoa de influência ascendente e que iria introduzi-lo na carreira diplomática. Assim, foi secretário interino da Embaixada em Paris e, a seguir, secretário da Legação na Holanda (1798) e, mais adiante (1802), encarregado de negócios na Corte de Berlim. A permanência na Alemanha se prolongou até 1810.

Acompanhou de perto o movimento idealista pós-kantiano, tendo assistido a conferências e debates com a presença, entre outros, de Fichte e Schelling. Suas simpatias, contudo, eram todas para o sistema Wolf-Leibniz que, naquela oportunidade, ainda contaria com a adesão da maioria das universidades. Regressou diretamente para o Brasil, em 1810, quando a Corte já se achava sedimentada. Cercava-o, então, a fama de erudito e liberal, que a posteridade comprovaria não ser imerecida, mas que lhe acarretaria inúmeros dissabores.

No Rio de Janeiro, Silvestre Pinheiro Ferreira voltou à condição de professor de filosofia. Seu magistério contribuiu decisivamente para eliminar a influência da teoria do conhecimento posta em circulação, o já mencionado empirismo mitigado. A experiência brasileira comprovaria que esse sistema acabou se combinando com o democratismo. Assim, sem minar seus fundamentos últimos e sem a formulação de novos elementos teóricos, não teria sido possível o ulterior predomínio dos moderados.

A Corte o prestigiava ou hostilizava segundo a maré montante do liberalismo. Com a Revolução Constitucionalista do Porto (1820) e sua repercussão no Brasil, decide o Monarca entregar a chefia do governo a Silvestre Pinheiro Ferreira. Nessa condição, acompanha a Corte em seu regresso a Portugal. O clima lá vigente não era, entretanto, de molde a facilitar a transição da monarquia absoluta para a constitucional. Nas Cortes predominavam os partidários do democratismo, que resistiam a praticar a monarquia constitucional, o que, por sua vez, açulava o elemento restaurador. Diante da crescente ascendência desse último grupo - liderado por D. Miguel - Silvestre Pinheiro Ferreira não se sente em condições de manter-se no posto. Abandona o governo e se exila na capital francesa. Ali permaneceria até o início da década de quarenta. Tendo sido, pela terceira vez, eleito deputado, em 1842, decidiu-se afinal por regressar a Portugal. Tinha então 73 anos, saúde debilitada, supondo-se que

haja na verdade optado por morrer em solo pátrio. Com efeito, menos de três anos depois, viria a falecer, a 2 de julho de 1846.

**Obra teórica** - Durante a longa estada parisiense, cerca de vinte anos, Silvestre Pinheiro Ferreira elaborou extensa obra de filósofo e publicista político. Comentou e criticou à exaustão as Constituições brasileira e portuguesa, discutiu em detalhes os problemas da doutrina liberal e, em 1834, publicou a síntese de suas ideias no *Manual do Cidadão - Em um Governo Representativo*, em três tomos, reeditado pelo Senado.

No entender de Silvestre Pinheiro Ferreira, o direito constitucional, como então se denominava o liberalismo político, se encaixava num amplo sistema filosófico, cuja concepção seria obra do período brasileiro. Como naquela oportunidade não pôde se dedicar a apresentá-lo por escrito, o que só em parte se efetiva em *Preleções Filosóficas* - publicação que reúne o material do curso ministrado no Rio de Janeiro -, em Paris cuidou de fazê-lo em *Essai sur la Psychologie* (1826), que, mais tarde (1836 e 1839), resumiria, em forma de compêndio, na obra *Noções Elementares de Filosofia Geral e Aplicadas às Ciências Morais e Políticas: Ontologia, Psicologia e Ideologia* (1839).

## CAPÍTULO 3

### Antonio Carlos de Andrada e Silva e nossa primeira Constituição<sup>3</sup>

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva nasceu em Santos, em 1783, sendo o mais moço dos Andradas. José Bonifácio, bem mais velho, era de 1763, e Martin Francisco, de 1775. Do mesmo modo que seus irmãos, estudou em Coimbra, na Faculdade de Direito - curso que concluiu em 1797, aos 24 anos de idade -, enquanto os outros tornaram-se naturalistas. Em que pese a diversidade de formação, os três Andradas destacaram-se no plano político, no ciclo histórico da Independência. Do ponto de vista da estruturação das instituições, Antonio Carlos ocupa um papel especial.

De regresso ao Brasil, atuou basicamente como magistrado, primeiro em sua terra natal, Santos, e mais tarde em Olinda (Pernambuco). O fato de ter sido nomeado conselheiro do governo criado em Pernambuco pela Revolução de 1817, valeu-lhe quatro anos de prisão. Sua carreira política se inicia tão logo é libertado. São Paulo o elege deputado às Cortes de Lisboa, cuja convocação decorreu da Revolução do Porto, movimento que eclodiu em fins de 1820. A eleição da representação brasileira teve lugar entre maio e agosto de 1821.

O movimento revolucionário tinha motivação diversificada. Entre os elementos unificadores mais importantes encontrava-se o desejo de promover a volta do rei, ausente, no Brasil, há mais de dez anos. Nesse período, Portugal fora vítima de sucessivas invasões estrangeiras. A guerra durou sete anos e produziu grande destruição. Morreram mais de 100 mil pessoas. Cidades foram saqueadas e devastadas enquanto a economia agrícola ficou completamente desorganizada.

Terminado o conflito, o comando do Exército se manteve em mãos de oficiais ingleses. A insatisfação dos oficiais portugueses com essa situação foi reprimida em 1817, enforcando-se os implicados, entre eles militares de mui-

to prestígio, conquistado durante a defesa do País. Na época da Revolução do Porto, havia 100 mil homens em armas e sua manutenção consumia 75% das receitas públicas.

Vigorava a crença algo difundida de que tudo isto seria sanado com a volta de D. João VI. Seu retorno promoveria a reconstituição das instituições e certamente a sua modernização, consoante a tendência do tempo. A Revolução do Porto atendia, assim, a profundas aspirações nacionais. Acontece que o movimento foi empolgado por elementos radicais, dissociados da realidade.

Caracterizando o comportamento dessa liderança, o conhecido historiador português José Hermano Saraiva escreve o seguinte: "Quase todos os deputados com formação universitária eram formados em Direito; o formalismo, a submissão do real ao conceitual e a ilusão de que são as leis que moldam os países estarão presentes em toda a sua obra legislativa. Eram, finalmente, ideólogos românticos, por vezes de exaltação mítica, com a qual substituíam uma completa inexperiência das contradições políticas; o caráter radical da Constituição que elaboraram, a atitude assumida para com o rei, quando este regressou; o conflito com o cardeal-patriarca, que foi expulso do País; a recusa de um parlamento bicameral (solução preconizada pelos elementos mais moderados como forma de diminuir a hostilidade das classes privilegiadas) são alguns dos resultados desse idealismo".

Mais grave que tudo, como destaca o próprio Hermano Saraiva, é que a liderança da Revolução do Porto iria "tentar impor de novo a tutela colonial ao Brasil". A representação do País às Cortes deparou-se, assim, com tal situação. O conjunto de representantes, escolhidos para constituir o que seria o início de funcionamento da instituição parlamentar, não dispunha de qualquer experiência na matéria. Estavam ali para começar um aprendizado conjunto. Naturalmente, algumas qualidades pessoais iriam predispor esse ou aquele deputado ao exercício de liderança. Este justamente seria o caso de Antonio Carlos, reconhecidamente um grande orador. A par disto, cuidou de dominar o conteúdo das Constituições existentes na época. Assim, a passagem pelas Cortes de Lisboa iria credenciá-lo a arcar com grandes responsabilidades, quan-

<sup>3</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 18/9/2017.

do nos defrontássemos com idêntica questão. Antonio Carlos estaria entre os deputados brasileiros que, ao abandonarem Portugal por discordarem da orientação dominante nas Cortes de Lisboa, exilaram-se na Inglaterra, de onde regressaram ao Brasil.

Dado o agravamento das disputas com a metrópole, o País acabou proclamando a sua independência a 7 de setembro de 1822. Tendo assumido desde logo o compromisso de se tornar “Imperador Constitucional”, D. Pedro I convocou Assembleia Constituinte, que se instalou a 17 de abril de 1823. Antonio Carlos encontrava-se entre os parlamentares eleitos, na condição de deputado por São Paulo. Na Assembleia, rapidamente teria a sua liderança reconhecida, sendo-lhe delegada a função de elaborar o projeto de Constituição.

Como não poderia deixar de ser, a Assembleia, a par da inexperiência da imensa maioria, revelou-se grandemente heterogênea. Emergiu nitidamente uma tendência nativista, fruto do ressentimento em face dos desdobramentos ocorridos nas relações com o que, até a véspera, era a pátria comum. Parte desse grupo entendia que a indisposição com os portugueses deveria se estender a D. Pedro I. Outros pretenderam interferir no funcionamento do governo, posto que não se sabia direito quais seriam as atribuições do Parlamento. Enfim, enquanto a elaboração constitucional ficava a cargo de poucos representantes, a maioria estava envolvida nessa espécie de disputa, o que acabaria levando o imperador a se indispor com a instituição.

D. Pedro dissolveu a Assembleia Constituinte a 12 de novembro daquele ano (1823). Com o propósito de deixar claro que sua indisposição não o levaria a renegar o compromisso constitucional, imediatamente formou uma comissão destinada a elaborar a Constituição. Assim, a primeira Constituição brasileira, de 1824, seria outorgada.

Voltando ao País, Antonio Carlos seria mais uma vez eleito deputado, em 1828. Finda a legislatura, regressou às funções de magistrado e somente retornaria ao Parlamento, ainda na Câmara, nas legislaturas de 1838-1841 e 1845-1847. Como ministro do Império, integrou o gabinete de 1840, para, afinal, chegar ao Senado como representante de Pernambuco, em 1845, poucos meses antes de morrer.

Na obra clássica *História dos Fundadores do Império do Brasil*, Octávio Tarquínio de Souza nos deixou o seguinte depoimento sobre o grande compatriota: “As fases culminantes da vida pública de Antonio Carlos foram quando representou São Paulo nas Cortes de Lisboa e na Constituinte de 1823. Na Assembleia portuguesa, nenhum dos deputados conduzidos a Portugal pelo jogo contraditório dos acontecimentos políticos desempenhou papel mais eminente. Tornou-se, sem contestação, o líder dos interesses e dos sentimentos do seu país, não lhe faltando audácia para revidar a insolência dos deputados lusos, nem discernimento para perceber o espírito recolonizador e antibrasileiro que o soberano Congresso mal encobria sob o disfarce de pregões liberais.

Em meio de homens como Feijó, Lino Coutinho, José Martiniano de Alencar, Cipriano Barata, Francisco Agostinho Gomes e tantos outros, tomou naturalmente a dianteira, enfrentou a hostilidade de uma Câmara ressentida, desafiou a patuleia das galerias e das ruas. Na assembleia brasileira não exerceu ação menos decisiva. Em confronto com homens de notável consciência política, Antonio Carlos para logo se impôs, marcando uma superioridade que lhe asseguravam a inteligência lúcida, o contato nada superficial com o pensamento da época e a circunstância de ser um grande orador.”. Antes de morrer, Antonio Carlos nos deixaria depoimento sobre a elaboração do texto que se tornaria a nossa primeira Constituição (de 1824).

Em discurso na Câmara dos Deputados, pronunciado a 24 de abril de 1840, na discussão sobre uma questão teórica da maior relevância - a doutrina da representação política, de que se louvou a elite daquela agitada fase histórica, no tocante aos interesses da alçada da chamada Câmara Baixa com respeito à fixação de impostos -, Antonio Carlos esclareceu o que se segue:

“a nossa Constituição seguiu este mesmo trilho, nem podia ser de outro modo; alguns senhores ignoram como ela foi formulada. Eu tive nela grande parte; todo mundo sabe que na Assembleia Constituinte juntamo-nos sem plano, não havendo bases em que assentasse a discussão, nomeou-se uma comissão para tratar da Constituição; eu fui um dos nomeados, o atual regente foi outro, meu falecido irmão, outro; e, além destes, o finado Marquês de Inhambupe, o sr. Muniz Tavares e meu sobrinho Costa Aguiar; eu tive a honra de ser nomeado presidente dessa

comissão; em pouco apresentaram seus trabalhos; e eu tive a sem-cerimônia de dizer que não prestavam para nada: um copiou a Constituição Portuguesa, outro, pedaços da Constituição Espanhola. À vista desses trabalhos, a nobre Comissão teve a bondade de me incumbir da redação da nova Constituição. E que fiz eu? Depois de estabelecer as bases fundamentais, fui reunir o que havia de melhor em todas as outras Constituições, aproveitando e coordenando o que havia de mais aplicável ao nosso Estado; mas, no curto prazo de 15 dias para um trabalho tão insano, só pude fazer uma obra modesta. Eu o disse quando a apresentei à Assembleia Constituinte. Mas lembrei que a fosse melhorando pouco a pouco. A Constituição atual é pura cópia de quanto ali escrevi; apenas diverge a respeito de impostos, a respeito do elemento federal que nos tem dado a entender, e a respeito de direitos naturais escritos.”.

Na sessão de 12 de junho de 1841, instado a voltar ao tema, afirmaria que “a Constituição foi feita às carreiras; quanto mais nela medito, mais me persuado de que quem a fez não entendia o que fazia. Eu provarei que não a entenderam em parte”. Interrompido por Carneiro Leão, que lembrou que antes dissera ter sido obra sua, reassume a palavra: “a que eu projetara não tinha Poder Moderador. Também disse que fiz as bases da Constituição, que reconheci, quando apresentei o projeto, que ela era muito defeituosa e esperava que na discussão se modificasse; mas os senhores conselheiros de Estado, que entraram a fazer a Constituição, não fizeram senão inserir o Poder Moderador, o elemento federativo, colocar alguns artigos diferentemente e, no mais, copiaram o meu projeto.”.

O grande mérito da Constituição de 1824 reside em que evitou excessivo detalhamento. Essa opção, diferentemente das Constituições Republicanas, facultaria aprimoramento institucional, aconselhado pelo processo histórico, sem a necessidade de tudo refazer no texto da Lei Básica. Assim, embora não tivesse previsto a adoção do parlamentarismo, na década de quarenta introduziu-se a prática da aprovação, pela Câmara, do nome do presidente do Conselho de Ministros, com o que se inicia a nova experiência governamental.

Quanto à introdução, no projeto de Antonio Carlos, de um quarto Poder, também a sua prática iria enriquecer grandemente o animado debate teórico a que daria origem.

## PARTE II

# IMPÉRIO

## CAPÍTULO 4

### Visconde de Uruguai e o valor da unidade nacional<sup>4</sup>

Paulino José Soares de Sousa (1807-1886) ensinou-nos o valor primordial da unidade nacional. O seu papel no encontro do ordenamento institucional, que contribuiu decisivamente para pôr fim à instabilidade política e à marcha do separatismo - presentes nas duas décadas subsequentes à proclamação da Independência - veio a ser amplamente reconhecido. Contudo, deixou-se de enfatizar o fato que vimos destacar. Talvez em decorrência de um incidente histórico aparentemente irrelevante, mas que, na prática, obscureceu o verdadeiro objetivo de sua obra fundamental.

O texto que passou para a história com o nome de *Ensaio sobre o Direito Administrativo* (1662) intitulava-se, na primeira tiragem (como então se designava), *Ensaio sobre o Direito Administrativo com Referência ao Estado e Instituições Peculiares do Brasil* (1862). Certamente por considerar esse título muito longo e cuidando de reduzi-lo, optou-se por fazê-lo sacrificando o que era essencial: O Estado e as Instituições Peculiares do Brasil.

Esse enunciado esquemático comporta o detalhamento que se segue.

#### I. O CONTEXTO HISTÓRICO

##### a) A situação material

Estima-se em 5,3 milhões a população de 1830 e em 7,2 milhões, a de 1850. Neste último ano, o número de escravos era de 2,5 milhões, equivalentes, portanto, a 34,5% do total. Em 1872, quando se realiza o primeiro Censo, a população é de 10.112.000 e os escravos, 1.511.000 (14,9%). Em 1890, o número de habitantes alcança 14,2 milhões. Entre 1872 e 1890, o aumento populacional é de 4,2 milhões de pessoas, provindo da imigração 570 mil, ou seja, a contribuição do elemento estrangeiro para aquele crescimento equivalia a 13,5%.

Em 1890, havia certo equilíbrio entre a população do Nordeste (6 milhões) e do Sudeste (6,1 milhões). No Sul se encontravam 1,4 milhão; no Norte, 47 mil, e, no Centro-Oeste, 321 mil. O Rio de Janeiro em 1890 tinha 522 mil habitantes, sendo Salvador a segunda maior cidade (174 mil) e Recife (112 mil), a terceira. São Paulo era então um centro diminuto (65 mil habitantes), pouco maior que Belém (50 mil) ou Porto Alegre (52 mil). Manaus e Fortaleza tinham cerca de 40 mil habitantes cada.

Na década de noventa, a imigração incrementou significativamente, ingressando no País 903,5 mil pessoas (23,4% do crescimento populacional registrado no mesmo decênio, pouco mais de 4 milhões). Nas duas primeiras décadas do século XX, chegaram ao País 940 mil imigrantes e, nos vinte anos seguintes (1921-1940), 860 mil. O fluxo declina na década de quarenta, provavelmente devido à guerra na Europa, tendo chegado ao Brasil, entre 1940 e 1950, 107 mil imigrantes.

O café se implantou inicialmente no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, expandindo-se, subsequentemente, na direção de São Paulo. Este estado, em 1860, produzia apenas 9% do total brasileiro, mas, em 1890, já ofertava mais que as duas outras regiões juntas. A construção das Estradas de Ferro Santos-Jundiaí (1860) e Jundiaí-Campinas (1870), bem como de outros troncos, foi decisiva para a expansão da cafeicultura paulista. A exportação média era de 1,2 milhão de sacas em 1840, de 3,8 milhões em 1870 e de 9,8 milhões em 1900.

No que se refere à implantação de indústrias, são inexpressivas as iniciativas da primeira metade do século. Em 1844, introduziu-se uma tarifa protecionista para induzir a produção local de certos bens. Considera-se que o nível tecnológico se elevou em decorrência do progresso cultural e da entrada, cada vez mais maciça, de imigrantes europeus. O setor cafeeiro fornecia mais recursos, aos quais se juntavam, além dos capitais estrangeiros, os capitais liberados em decorrência da abolição do tráfico negreiro. O espírito empresarial se abriu para horizontes mais largos. Foi a época dos grandes empreendimentos de Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de Mauá, que compreendeu a importância da infraestrutura, lançando-se na criação de bancos, linhas de navegação, ferrovias etc.

<sup>4</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 18/9/2017.

O poder público interveio também, embora tímida e insuficientemente, construindo ferrovias (a partir da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1854) e rodovias (a partir da União e Indústria, em 1856). Em 1808, existiam pouco mais de 200 fábricas, que se elevaram a 636 em 1889, distribuídas nos seguintes setores: têxtil, 60%; alimentação, 15%; química, 10%; madeira, 4%; vestuário e metalurgia, 3% cada; e outros, 5%.

#### b) A situação política

Desde que chegou ao Rio de Janeiro a notícia da Revolução do Porto, mais ou menos dois meses depois de sua eclosão, em outubro de 1820, a política ocupa, de maneira gradativa, todos os espaços, com a peculiaridade de se abrir à elite brasileira, até passar inteiramente às suas mãos. Desde então, as pessoas de escol não se sentiam com o direito de se ocupar da cultura. A radicalização fez o restante, transformando o choque elétrico - de que fala Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) no seu depoimento daqueles meses iniciais, que denominou *Cartas sobre a Revolução do Brasil*, numa espécie de grande curto-circuito.

Os fatos da radicalização são bem conhecidos, razão pela qual me limito a dispô-los em ordem, para destacar a magnitude crescente:

- Dissolução da Assembleia Constituinte em fins de 1823.
- Confederação do Equador (1824), que convulsionou de Pernambuco ao Ceará.
- Agitação intermitente no Rio de Janeiro, inclusive com levantamentos militares em 1831 e 1832, entremeada pelo desfecho colossal que foi a abdicação de Pedro I (7 de abril de 1831).
- Guerra civil no Pará (1835-1840).
- Guerra civil na Bahia (1837-1838).
- Guerra civil no Maranhão (1838-1841).
- Revolução Farroupilha nas províncias do Sul, começada em 1835 e que só terminaria em pleno Regresso (1845).

O Ato Adicional de 1834 se inclinava francamente por uma república de estilo americano ao estabelecer eleição direta de um regente único, extinguindo, ao mesmo tempo, o Conselho de Estado. As guerras civis se travavam com grande ferocidade. Para exemplificar, na Sabinada (guerra civil da Bahia) morreram em

combate 1.685 indivíduos, dos quais 594 governistas e 1.091 insurretos, com cerca de 3 mil feridos em ambos os lados.

O que há a destacar nesse conjunto é o fato do alastramento do separatismo de que a Confederação do Equador e a República Farroupilha são os exemplos mais dramáticos, a bem dizer sancionados pelo Ato Adicional.

## II. O REGRESSO

A experiência republicana fracassou de maneira fragorosa. Aos fins da Regência Feijó (setembro 1837), como indica Octávio Tarquínio de Souza, chega-se a certa saturação do monopólio e do fascínio da política. A esse propósito escreve: "O certo é, porém, que do país, pela classe que ascendera à direção política, se apoderou um cansaço de lutas tão ásperas, um grande desejo de ordem e estabilidade".

A Regência Araújo Lima, subsequente à de Feijó, desembocou diretamente no Regresso, iniciado em julho de 1840, que lança as bases do mais longo período de estabilidade política da história brasileira.

Denominou-se Regresso o conjunto de medidas legais então votadas. O centro moderado consegue se articular e estruturar o Partido Conservador e o Parlamento vota, de maneira sucessiva, um conjunto de providências cujo objetivo central consistiria em afiançar a unidade nacional, na visão dos conservadores ameaçada pela execução e interpretações vigentes sobre o Ato Adicional. Não se tratou de extinguir, mas de limitar a autonomia das províncias. Esse objetivo se refletiu na sua própria denominação: Lei de Interpretação do Ato Adicional.

A segunda medida legal seria a decretação da maioria do imperador, providência que objetivava permitir a restauração do Conselho de Estado. Este órgão viria a adquirir grande nomeada pelo desempenho exemplar da missão que lhe cabia. Seus membros seriam personalidades detentoras de comprovada experiência política. Cabia-lhes, quando consultados, emitir parecer sobre determinada política governamental, parecer esse que não tinha nenhum caráter de execução obrigatória.

A elite brasileira alçada ao poder aderira à doutrina da representação como sendo de interesses. A função do Parlamento consistia então em substituir o em-

prego da força na solução dos inevitáveis conflitos pela negociação. Semelhante entendimento facilitava ao Conselho de Estado a identificação do interesse nacional, vale dizer o sentido moral de sua atribuição.

Duas outras providências de ordem administrativa seriam a criação da figura do Presidente do Conselho de Ministros, que iria dar maior consistência à opção pelo regime parlamentar e a reforma do Código de Processo, medida essa na qual aparece a personalidade que pretendemos destacar.

Paulino José Soares é um dos principais artífices da solução institucional que pôs fim ao ciclo das guerras civis e iniciou, desde o começo da década de 1850, a plena estruturação das instituições nacionais afeiçoadas ao governo representativo na forma de monarquia constitucional. Estudou em Coimbra até o quarto ano de Direito, vindo a concluir o curso na Faculdade de São Paulo, após o que ingressa na magistratura, tendo sido juiz municipal da capital paulista. Desde 1837, foi deputado pelo Rio de Janeiro em várias legislaturas, senador do Império em 1849 e ministro de Estado por cinco vezes, ocupando, em duas, a pasta da Justiça e, nas outras, a dos Estrangeiros. Foi membro do Conselho de Estado e, além da obra escrita, de grande densidade teórica, considera-se que deu importante contribuição à formulação da política exterior do Império. Consagra essa trajetória, como se dava no Império, o recebimento do título de Visconde de Uruguai.

Mais relevante, contudo, é o fato de que haja compreendido que o essencial, na difícil conjuntura vigente, para assegurar a plena consolidação da conquista magna de todo esse processo - a manutenção da unidade nacional - consistia em organizar a representação e, ao mesmo tempo, fixar os limites do seu aprimoramento. Conseguiu, por esse meio, institucionalizar a negociação, destinada a substituir o confronto armado. Ao fazê-lo, Uruguai valeu-se da regra que ele mesmo havia estabelecido na concepção das instituições do governo representativo.

Ei-la:

1º) “Para copiar as instituições de um país e aplicá-las a outro, no todo ou em parte, é preciso, primeiro que tudo, conhecer o seu todo e o seu jogo perfeita e completamente”.

2º) “não o copiar servilmente como o temos copiado, muitas vezes mal, mas

sim acomodá-lo com critério, como convém ao país”. Dando conta do trabalho desenvolvido, com base nesse princípio, que batizaria com o nome de “ecletismo esclarecido”, deixou-nos um texto fundamental: *Ensaio sobre o Direito Administrativo com Referência ao Estado e Instituições Peculiares do Brasil* (1862), obra que, conforme tivemos oportunidade de destacar, desde a segunda tiragem (como se dizia na época), teve o título abreviado, preservando-se apenas a sua primeira parte, circunstância que iria induzir a equívocos quanto ao seu conteúdo.

Exercendo na oportunidade as funções de Ministro da Justiça do primeiro governo ao qual incumbiria implementar a execução das leis que designaríamos como “regressistas”, Paulino José Soares indica que a alteração fundamental introduzida no Código de Processo diz respeito à eliminação das eleições para Juízes de Paz e a revisão de suas atribuições. No livro referido, reeditado após a primeira tiragem com o título de *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, Paulino José Soares examina em detalhe os fundamentos da reforma que ajudara a conceber, incumbindo-se de levá-la à prática.

Mostra, em primeiro lugar, que a herança legal recebida de Portugal inseria uma grande confusão entre a Administração e o Poder Judiciário, decorrente, aliás, como indica, da circunstância de tratar-se de monarquia absoluta, alheia à divisão dos poderes. Segundo aquela legislação, os juízes exerciam muitas funções administrativas.

Antes de introduzir as reformas pertinentes ao novo regime, isto é, adequar a monarquia tradicional aos institutos do sistema representativo, competia, segundo Uruguai, separar inteiramente as funções administrativas das judiciárias para, em seguida, delegá-las aos poderes competentes. Nada disso se fez, cuidando-se tão somente, segundo suas próprias palavras, de “tornar a autoridade judicial, então poderosamente influente sobre a administração, completamente independente do poder administrativo pela eleição popular. O governo ficou, portanto, sem ação própria sobre agentes administrativos também dos quais dependia sua ação, e que, todavia, eram dele independentes”. Os Juízes de Paz, “filhos da eleição popular, criaturas da cabala de uma das parcialidades do lugar”, foram cumulados de atribuições, na esfera criminal e outras, abrangendo, inclusive, aquelas relacionadas com o processo eleitoral.

“Sucedia vencer as eleições uma das parcialidades em que estavam divididas as nossas Províncias”, prossegue Uruguai, “a maioria da Assembleia Provincial era sua. Pois bem, montava o seu partido e, por exemplo, depois de nomeados para os empregos e postos da Guarda Nacional homens seus, fazia-os vitalícios. Amontoava os obstáculos para que o lado contrário não pudesse para o futuro governar. Fazia Juízes de Paz seus, e Câmaras Municipais suas. Estas autoridades apuravam os jurados e nomeavam, indiretamente, por propostas, os Juízes Municipais, de Órgãos e Promotores. Edificava-se assim um castelo, inexpugnável, não só para o lado oprimido, como ainda mesmo para o Governo Central”.

Quer dizer, um instrumento do novo regime - a eleição - fora colocado a serviço da dominação de uma das facções em luta, contrariando frontalmente suas verdadeiras funções, que eram a seleção do representante apto à defesa dos interesses, mas obrigado a fazê-lo mediante a negociação em vez da imposição.

Nas reformas do período do Regresso aboliu-se a eleição do Juiz de Paz. As instituições do Judiciário e da polícia passaram então a se subordinar ao Poder Central. Criavam-se as condições para a organização da justiça em bases definitivas, assegurando-lhe a possibilidade de ser de fato independente. A esse respeito escreve Uruguai: “A Lei de Interpretação do Ato Adicional, e a de 3 de dezembro de 1841 (Código de Processo), modificaram profundamente esse estado de coisas. Pode por meio delas ser montado um partido, mas pode também ser desmontado quando abuse. Se é o governo que monta, terá contra si, em todo o Império, todo o lado contrário. Abrir-se-á então uma luta vasta e larga, porque terá de se basear em princípios, e não na luta mesquinha, odienta, mais perseguidora e opressiva, das localidades. E se a opinião contrária subir ao Poder, encontrará na legislação meios de governar.

Se quando o Partido Liberal dominou o Poder no Ministério a 2 de fevereiro de 1844, não tivesse achado a Lei de 3 de dezembro de 1841, que combateu na tribuna, na imprensa e com as armas na mão, e na qual não tocou nem para mudar-lhe uma vírgula, se tivesse achado o seu adversário acastelado no sistema anterior, ou teria caído logo, ou teria saltado por cima das leis. Cumpre que na organização social haja certas molas flexíveis, para que não quebrem quando aconteça, o que é inevitável, que nelas se carregue um pouco mais.

Assim, nos começos da década de 1840, foram estabelecidas as regras segundo as quais os segmentos da sociedade que podiam fazer-se representar tinham assegurado esse direito, tornando-se sucessivamente desnecessário o recurso às armas. Começa o ciclo em que ganham forma os instrumentos capazes de proceder à negociação e sancionar a barganha, em primeiro lugar os Partidos Políticos, então simples blocos parlamentares, como nos demais países em que se ensaiava a prática do sistema representativo. Eram, porém, capazes de fazer valer os interesses dos grupos sociais, que tinham acesso à representação. O aprimoramento desta seria um tema que não mais se excluiria da ordem do dia.

O aprimoramento em causa, que se estendeu por mais de quarenta anos - interrompendo-se, afinal, pelo advento da República - compreendia a delimitação rigorosa da base territorial abrangida pelo mandato do representante, o problema da representação da minoria e, finalmente, a ampliação da base social possuidora do direito de fazer-se representar.

Além da obra antes referida, na qual comenta e justifica a maneira como se processou a implantação no País das instituições básicas do governo representativo, Paulino José Soares se preocupou com a adequada estruturação da administração provincial, reunindo em volume os estudos que dedicou ao assunto, *Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias do Brasil* (1865). Editou e comentou o Código do Processo Criminal de primeira instância, que promulgou quando Ministro da Justiça, em 1842, com o propósito que se referiu. Incumbiu-se da elaboração do Código Criminal (1861). Muitos de seus discursos chegaram a ser impressos.

Por fim, como membro do Conselho de Estado desde 1853, contribuiu para estruturar os procedimentos do órgão que se tornaria o fiador do exercício do Poder Moderador.

---

#### Referências bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Visconde do Uruguai*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002 (Coleção Formadores do Brasil).

COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai - Centralização e Federalismo no Brasil, 1823-1866*. Instituto Universitário do Rio de Janeiro, 2007.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *Construtores do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

## CAPÍTULO 5

### Conselheiro Saraiva e a reforma eleitoral de 1881<sup>5</sup>

Natural do estado da Bahia, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Durante algum tempo exerceu a magistratura e, a partir de 1853, aos 30 anos de idade, empreendeu bem-sucedida carreira política. Reelegeu-se sucessivamente para a Câmara dos Deputados nas Legislaturas de 1853 a 1867. Neste último ano, seria escolhido para integrar o Senado. Presidiu as províncias do Piauí (sendo fundador de Teresina, para onde se transferiu a capital, até então em Oeiras), Alagoas, São Paulo e Pernambuco. Foi ministro da Marinha e de outras pastas.

Alcançou grande notoriedade pelo fato de haver patrocinado, na condição de Presidente do Conselho de Ministros, a reforma eleitoral de 1881, que pôs fim à votação em dois turnos. Esse procedimento era então praxe generalizada, isto é, tinha lugar em diversos países. As pessoas com direito a voto e constantes do registro eleitoral votavam numa lista de personalidades locais incumbidas de escolher o candidato (a deputado ou senador) pelo respectivo distrito (na época, denominado de círculo).

A eliminação desse sistema, introduzindo-se a escolha direta do representante, correspondia a uma aspiração recorrente, isto é, desde a reforma de fins da década de 1850, com frequência era lembrada a necessidade de revisão. No início da década de 1880, o Partido Liberal entendeu que não mais podia ser postergada. Seguindo a opinião de membros do Conselho de Estado, o Imperador entendia que a providência requeria emenda constitucional.

Ao aceitar o encargo de organizar o gabinete em 1880, José Antonio Saraiva informou a D. Pedro II a disposição em empreender a reforma eleitoral. Contudo, sua proposição seria no sentido de o fazer por lei ordinária, não tendo encontrado qualquer oposição.

O assunto foi discutido intensamente no Senado, onde se formou ferrenha oposição provinda dos conservadores. Entendia Saraiva que se tratava de atender à aspiração da maioria da opinião. Louvava-se do apoio integral com que contava em seu partido, além de verificar-se em parcela considerável dos integrantes do Partido Conservador.

A intenção do Presidente do Conselho é expressa com toda clareza nos discursos que constam da coletânea que os reúne (*Perfis Parlamentares*, Volume 4, Brasília, Câmara dos Deputados, 1978). Não se trata de reforma de cunho democrático. Não aspira à introdução do sufrágio universal. Quer sobretudo tornar a Câmara mais independente. Nesse particular, José Antonio Saraiva preferiu fazê-lo segundo o caminho moderado adotado pelos ingleses ao invés do modelo francês.

É muito frequente justificar-se a crítica ao parlamentarismo praticado no Segundo Reinado, sob a alegação de que se baseava num sistema eleitoral que não era democrático. Acontece que, ali onde se tentava copiar o modelo inglês de governo - basicamente em reduzido número de países europeus e nos Estados Unidos -, o sistema eleitoral limitava o direito de voto. Vigorava o chamado "sistema censitário", segundo o qual o direito de se fazer representar estava limitado aos proprietários. Essa condição era comprovada mediante a fixação de determinado nível de renda, tanto para se tornar eleitor como para se candidatar a cargos eletivos.

No início da segunda metade do século XIX, na França se introduziu o que então se entendia como sufrágio universal, limitado à população masculina. Logo se verificou que a iniciativa se destinava a estabelecer uma nova modalidade de autoritarismo: o governo através de plebiscito, criado por Napoleão III, sistema que lhe permitiu, entre outras coisas, fechar o Parlamento. Durou até 1870, quando se proclamou a III República, que iria se notabilizar como a primeira experiência de parlamentarismo republicano. O modelo republicano, popularizado pelos Estados Unidos, era, como se sabe, presidencialista.

Deste modo, a experiência francesa serviu para dar maior credibilidade ao caminho adotado pelos ingleses para ampliar o sufrágio. Com a Reforma de 1832, o eleitorado inglês expandiu-se de 4,5 para 7,1% da população maior de 21 anos.

<sup>5</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 15/5/2017.

Somente se cogitou de sua ampliação a partir dos anos 1860. Sempre progressivas, as reformas se sucederam nas décadas seguintes. Por esse meio, no fim do século completa-se o processo de introdução do sufrágio universal masculino - eleitorado em torno de 30% da população maior de 21 anos; a extensão às mulheres ainda iria demorar algumas décadas.

Nessa retomada do debate eleitoral, na Inglaterra ocorrida nos anos 1860, surgiu uma modalidade de ampliar o eleitorado que iria ser adotada na Lei Saraiva, indicando claramente que a elite imperial tinha de fato presente as recomendações do Visconde de Uruguai. Consistiam de dois princípios: 1º) para copiar instituição de outro país, cumpre conhecê-la de modo circunstanciado; e 2º) não fazê-lo servilmente, mas atentando para circunstâncias nacionais que aconselhem adaptações.

A modalidade em causa aparece no projeto de reforma submetido à Câmara dos Comuns pelo líder do Partido Liberal, William Gladstone (1809-1898), em 1866, que facultava o direito de voto aos chefes de família residentes da Capital. Provada essa condição, estariam dispensados da prova de renda, novidade que iria constar do projeto de lei apresentado por Saraiva.

A proposição de Gladstone, apresentada em 1866, viria a ser derrotada pelos conservadores, fato que daria origem a uma grande celeuma no País, vendo-se o líder do Partido Conservador, Benjamin Disraeli (1804-1881), obrigado a adotá-la. Nas eleições ocorridas dois anos depois, em 1868, os conservadores serão derrotados, organizando-se governo liberal que reabriria o debate, aprovando-a.

Em discurso pronunciado na sessão do dia 26 de maio de 1880, diz expressamente: “Qual a razão pela qual adotei o censo mais alto? Porque queria que se averiguasse a renda de uma maneira mais severa e rigorosa, e esse rigor na averiguação da renda me convenceu de que um censo mais alto diminuiria consideravelmente o eleitorado no interior”. Tenha-se presente que o sistema censitário vigente (exigência de prova de renda para votar e ser votado) servia para assegurar a formação de maiorias, mecanismo imprescindível à governabilidade. Paulino José Soares tratou de modo circunstanciado do problema ao descrever, na obra que foi referida na nota precedente e comentada em texto autônomo nesta mesma página, que lhe é dedicada, a natureza das instituições imperiais.

A novidade da Lei Saraiva nessa matéria consiste em haver dispensado da prova de renda a sucessivos segmentos da população urbana, a exemplo dos seguintes: a) os oficiais do Exército, da Armada, dos corpos policiais, da guarda nacional e da extinta 2ª linha, compreendidos os ativos, da reserva, reformados e honorários; b) os pagantes de impostos e taxas gerais de diversa índole; c) os advogados e solicitadores, médicos, cirurgiões e farmacêuticos, os que tiverem qualquer título conferido ou aprovado por faculdades, academias, escolas e institutos de ensino público secundário superior e especial; d) os que exercessem o magistério particular, como diretores e professores de colégios ou escolas frequentadas por 40 ou mais alunos; e) os clérigos seculares de ordens sacras, seguindo-se a enumeração para abranger os que exerciam diversas atividades no comércio (inclusive guarda-livros e primeiros-caixeiros); na navegação e os que se dedicavam à corretagem e leilões. Enfim, trata-se de uma enumeração minuciosa de que se depreende ter buscado ser exaustiva justamente para fazer emergir um novo tipo de interesse, com a intenção de ampliar a base social dos que dispunham da prerrogativa de se fazer representar.

No texto de João Camilo de Oliveira Torres, adiante transcrito, acha-se documentado o fato de que, nas eleições realizadas naquela década de 1880, a votação obtida pelo Partido Liberal comprova ter passado a dispor de base eleitoral autônoma, junto ao eleitorado urbano. Assim, deu início a uma nova dinâmica no processo político. Se tivermos presente a forma cautelosa como os ingleses procederam à expansão do eleitorado, veremos que a Lei Saraiva, ao eliminar a necessidade da prova de renda, antes exigida para diversos setores da população urbana, trilhava o caminho que iria desembocar na democratização do sufrágio, processo esse abruptamente interrompido pela nova elite do poder que ascendeu com a República.

Com a proclamação da República, José Antonio Saraiva não se afastou da política, elegendo-se para o Senado por seu estado natal, a Bahia. Como já indicado, faleceria em 1895, aos 72 anos de idade.

Segue-se a transcrição do texto mencionado:

### A base social dos partidos imperiais

*João Camilo de Oliveira Torres (1916-1973)*

Se a sociedade imperial era predominantemente agrária, não o era exclusivamente. Era um tipo medieval de sociedade, com a influência de grandes clãs rurais, mas com a presença de artesanato e do comércio nas cidades. O fato era mais visível em Minas, já que a tradição urbana do ciclo do ouro não se perdera e permanecia uma classe média sensivelmente forte, operando no comércio, em pequenas indústrias, nos serviços públicos, nas profissões liberais, no clero etc. Em qualquer época do Império, o equilíbrio campo-cidade era visível em Minas.

Certamente era reduzida essa classe média de funcionários, comerciantes, profissionais liberais e pequenos industriais, mas era visível. Convém recordar que, dentro de soluções medievais, numa comunidade do tipo tradicional, o profissional independente exercia papel decisivo. Mais ainda: numa sociedade de elites escassas, se as cidades conheciam dois ou três profissionais liberais, sua influência era imensa, porém.

No estudo da sociedade imperial, os autores costumam cometer alguns enganos sérios. Um deles, o de considerar como coisa normal ser a atividade comercial privilégio de súditos portugueses. Convém lembrar, primeiramente, que os naturais de Portugal que estivessem no Brasil por ocasião da Independência poderiam optar pela nacionalidade brasileira. De fato, com exceção do Rio, havia um ou outro comerciante português. Poder-se-ia citar o caso de Itabira, que estudei. Seu comércio durante todo o século XIX esteve em mãos de brasileiros.

A projeção política da estratificação social pode ser explicada do seguinte modo: embora as classes rurais fossem mais numerosas, o “censo” excluía do voto (era um princípio universal na época) grande parte dos trabalhadores rurais e, além disso, a escravidão completava a exclusão. Como em várias épocas se adotou o sistema de distritos, as cidades podiam ter representantes próprios, com exclusão do interior. Eleitoralmente, as cidades eram super-representadas.

É conhecido o provérbio, destinado a criticar os líderes liberais que, combatendo os abusos dos conservadores, neles incidiam, por sua vez: “Nada tão parecido a um ‘saquarema’ como um ‘luzia’ no poder”. Mas havia diferenças. Liberais e conservadores realmente encaravam o mundo dos valores políticos de maneira radicalmente diversa. Podemos dizer que os conservadores partiam do princípio de que o Brasil era aquilo que estava ali e, portanto, não interessava sair correndo atrás de teorias para modificá-lo. Com o tempo, por si as coisas mudariam. Os liberais queriam que as práticas inglesas se adaptassem ao Brasil, e não só eles como também os conselheiros queriam estar em dia com a Inglaterra.

O coronel Manuel Monteiro Chassim Drummond, chefe liberal de Itabira, comerciante em grosso e varejo, era leitor assíduo do *The Illustrated London News* e outras prestigiosas publicações britânicas, conforme tive ocasião de verificar quando da liquidação de seu espólio. Em minha opinião, baseada em algumas pesquisas, é mesmo uma generalizada maneira de sentir da época, sendo lícito desse modo estabelecer uma relação entre a distribuição partidária e a linha de classes.

*A Grande Lei*, de 1881, obra em grande parte de Rui Barbosa, beneficiava os liberais por valorizar o eleitorado urbano. Em primeiro lugar, a eleição por distritos permitia que os grandes centros tivessem seus deputados próprios só votados nas cidades, sem interferência do eleitorado rural. Depois, pelo censo alto, que, excluindo as atividades de remuneração baixa, atingia proporcionalmente mais à gente do campo, como é óbvio. Os liberais, aliás, eram conscientes de seu interesse no caso. Tavares Bastos, ao propor reformas eleitorais não cogitava de alargar o direito de voto, mas de restringi-lo. Chegara à conclusão de que no Brasil havia, de fato, sufrágio universal e que se impunha restabelecer a vigência do princípio constitucional, excluindo as classes que votavam indevidamente.

Vamos comparar Minas, Rio e Rio Grande do Sul em três eleições. Em 1881, com vitória liberal: Minas teve 14 deputados liberais e 6 conservadores; Rio Grande, todos liberais; Rio (Corte e província), 10 conservadores e 2 liberais. Em 1884, com discreta maioria liberal, eleição quase empata-

da em Minas com 12 liberais, 7 conservadores e 1 republicano; Rio Grande do Sul, todos liberais (eram os “maragatos”, de Silveira Martins, dominando tudo). Em 1886, esmagadora vitória conservadora: Minas, 11 liberais e 9 conservadores; Rio, 12 conservadores; Rio Grande, 5 conservadores e 1 liberal. Estes dados, aliás, mostram que, em Minas, pelo predomínio da população urbana, o governo de nada valia. O Rio (província e Corte) era dominado pelos barões do Vale do Paraíba.

Conclusão: a urbanização permite o aparecimento de forças liberais autônomas e, principalmente, reduz a ação do governo nos pleitos. Nas zonas propriamente agrícolas, de latifúndio escravocrata, dominavam conservadores; em regiões mais rurais do que urbanas, pouco importando o gênero de atividade, o governo atuava largado.

(Transcrito de *Os Construtores do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968; Coleção Brasileira, volume 340).

## CAPÍTULO 6

### Visconde do Rio Branco e a modernização do Brasil<sup>6</sup>

De certa forma ofuscado graças à notabilidade alcançada por seu filho homônimo, o Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, foi personalidade central na história política do País. Depois de alcançar grande nomeada nas questões relacionadas ao Prata, cuja relevância seria tornada patente devido às dimensões assumidas pela Guerra do Paraguai, equacionou e deu passos decisivos no encaminhamento das reformas essenciais de que carecia o País. Tal se deu como presidente do Conselho de Ministros, cargo exercido durante cerca de cinco anos - período mais longo de permanência no cargo -, na primeira metade da década de 1870.

Ao contrário do comum dos políticos de sua época, em geral formados em Direito, José Maria da Silva Paranhos diplomou-se em ciências matemáticas na Real Academia Militar, tornando-se professor da então recém-organizada Escola Central, que consumava, naquele estabelecimento de ensino superior, a separação entre a formação militar e o curso de engenharia. No momento em que, naqueles círculos, tinha lugar a aproximação ao positivismo - que iria transformar o discurso acerca da ciência numa peça de retórica, sobretudo política -, demonstraria o pleno entendimento de que o País não poderia descurar do desenvolvimento científico propriamente dito. Nesse particular, como veremos, tinha uma visão harmoniosa do conjunto da problemática educacional, como de resto iria demonstrar nas outras reformas que viria a introduzir.

Começou a carreira política em 1845, aos 26 anos de idade, como deputado à Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. Dois anos depois se elegeu para a Câmara dos Deputados, reelegendo-se em sucessivas legislaturas. Foi presidente da Província do Rio de Janeiro. Desde os anos 1850, exerceu vários cargos diplomáticos relacionados à Bacia do Prata. Graças à familiaridade adquirida com

<sup>6</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 2/10/2017.

personalidades e problemas da região, terminada a Guerra do Paraguai, coube-lhe a incumbência de organizar o novo governo que, em conformidade com o desejo expresso do Brasil, assegurasse a independência do País, preservando, ao mesmo tempo, a convivência pacífica com os vizinhos.

Ocupou ainda as pastas da Marinha, dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e da Fazenda. Em 1862, passou a integrar o Senado. Tornara-se uma das figuras mais proeminentes do Partido Conservador. Ao ascender à chefia do governo, no começo de 1871, Paranhos tinha plena consciência de que, apaziguada a situação internacional, na Bacia do Prata - ponto mais sensível nessa matéria -, era imprescindível empreender o caminho das reformas no interior do País. Decidiu-se por começar pela mais relevante e, ao mesmo tempo, a mais sensível e polêmica: a eliminação do trabalho escravo. Naquela altura, já se esboçara em São Paulo o esquema de transição para as atividades agrícolas, em especial as plantações de café, carro-chefe das exportações, pela introdução do sistema de meação, exigente de mão de obra de outro tipo, isto é, constituída de imigrantes familiarizados com a prática da agricultura.

O presidente do Conselho começou por uma proposição que, aparentemente, corresponderia a uma forma de protelar a solução do problema: tornar livres os filhos de escravos, por meio da providência que passou à história com o nome de Lei do Ventre Livre. Provocou debates dos mais acalorados na Câmara dos Deputados, ensejando o surgimento de dissidência no próprio Partido Conservador. A discussão se arrastou ao longo dos meses de julho e agosto. A oposição às ambições reformadoras de Paranhos, gestada em suas próprias hostes, assumiu tais proporções que, no ano seguinte, obteve a dissolução e a correspondente convocação de eleições.

No que se refere à Lei do Ventre Livre, tendo encontrado oposição moderada no Senado, viria a ser promulgada a 28 de setembro. Avaliação tornada pública em seguida à Abolição, que teria lugar em 1888, indica que a Lei do Ventre Livre reduzira substancialmente o contingente de escravos no País, redução essa que, se estimou, seria da ordem de 1,6 milhão de cativos. Na altura em que foi decretada, os escravos eram estimados como equivalendo a entre 3,5 milhões e 4 milhões. A população do País em 1872, quando teve lugar o

primeiro recenseamento - cuja efetivação seria determinada justamente por Paranhos -, era pouco inferior a 10 milhões.

A par disto, o Gabinete Rio Branco instituiu um fundo especial para financiar a alforria. Iniciada a utilização desses recursos, sob a sua presidência do Conselho, teria continuidade nos governos subsequentes, de modo que, quando veio a abolição, somente em parte iria ser afetada a produção agrícola, à época a mais relevante.

De igual relevância são as providências concomitantes no terreno da imigração. Na biografia que lhe dedicou o Visconde de Taunay, afirma-se: "A introdução de colonos europeus também muito prendeu a atenção do estadista. Numerosos foram os atos fomentadores da imigração, para diferentes partes do Império, e vários contratos com aliciadores de imigrantes, num total de muitas dezenas de milhares de pessoas. A par e passo se legislara sobre terras devolutas, tendo-se em vista a localização dos novos habitantes do País". Leve-se em conta que, notadamente em São Paulo, que marchava para ser o maior produtor de café, introduzira-se uma nova relação de trabalho, os chamados contratos de parceria (ou de meação), que acabaram por promover a formação de camada média entre os produtores agrícolas.

Ainda no plano da modernização econômica do País, o Gabinete deu continuidade à política de estímulos à construção de ferrovias. Além da expansão da Estrada de Ferro D. Pedro II, destinada a atender ao Vale do Paraíba, devendo ligar-se a Minas Gerais, decretou-se a criação da Rede Ferroviária do Rio Grande do Sul. A marinha mercante nacional, a indústria de construção naval e a navegação de cabotagem também mereceriam a devida atenção.

O Barão de Mauá, que se notabilizara pelo espírito empreendedor, foi autorizado a construir e explorar um cabo telegráfico submarino entre o Brasil e Portugal, de que se esperava viessem a ser agilizadas as comunicações com a Europa. Nessa mesma linha, o Gabinete liderado por Paranhos conseguiu impor a abolição do obsoleto sistema de pesos e medidas português, providência tornada lei em 1862 e que vinha sendo ignorada. Conseguiu tornar efetiva a adoção do sistema métrico decimal. A iniciativa provocaria tumulto e revolta em vários pontos do País, movimento que passou à história com o nome de Quebra-Quilos. Acabou, porém, por se tornar prática usual.

Lançou as bases da reforma administrativa, começando-a pelo Poder Judiciário e pela Fazenda.

Em que pese o significado das iniciativas referidas, o propósito maior do Visconde do Rio Branco iria se expressar na reforma do ensino. Iniciou-a pela instrução primária, tendo em vista torná-la, no Município Neutro (como então se denominava o território abrangido pelo Rio de Janeiro, parte integrante da Província do mesmo nome), uma espécie de modelo a ser seguido no restante do País. Além da parte curricular, modernizou as instalações e introduziu programas de formação e aprimoramento do magistério.

Nesse particular, no que se refere ao ensino médio, a tradição brasileira consistia em o governo central se concentrar no Colégio Pedro II (Rio de Janeiro), cuja sistemática deveria ser obrigatoriamente seguida pelos Liceus Provinciais. Ainda assim, o País dispunha de poucos estabelecimentos desse nível. Para atender a essa circunstância, existiam cursos chamados “preparatórios”, oferecidos de diferentes formas, para ingresso nos estabelecimentos (isolados) de ensino superior. Como nem todas as províncias dispunham desse tipo de faculdade, os exames de seleção (então chamados de “exames de preparatórios”, somente com a criação de universidades, muito posterior, denominados de “vestibular”) se limitavam às cidades em que se situavam. Atendendo a uma aspiração generalizada, o Gabinete Paranhos criou comissões desse tipo nas diversas capitais.

No ensino superior, voltou-se preferentemente para a formação científica centrada na matemática e na física. Transformou em Escola Politécnica a Escola Central, resultante da divisão ocorrida na Real Academia Militar. Tratou de atribuir-lhe uma configuração que não a limitasse à formação técnica, tornando-a igualmente um centro de pesquisa física e matemática. Essa condição da Escola de Engenharia iria ensejar, nas décadas iniciais do século 20, debates dos mais animados. O certo é que assim se preservou a tradição, configurada na Real Academia, de efetivação de estudos matemáticos. Com idêntico espírito, criou ainda a Escola de Minas de Ouro Preto.

De um modo geral, a figura do Visconde do Rio Branco está presente na História do Brasil tão somente por ter ocorrido, durante o período em que presidiu ao Conselho, a famosa Questão Religiosa. Como se sabe, diz respeito à prisão dos

bispos que se recusaram a acatar decisão governamental obrigatória, factível em conformidade com a regra denominada de padroado, segundo a qual os prelados eram funcionários públicos, cabendo ao monarca escolher os bispos a serem nomeados pelo Vaticano, bem como autorizar a divulgação de documentos pontifícios no País. Tratava-se, certamente, de uma limitação da autoridade da Igreja, mas que fazia parte de uma velha tradição, consagrada nas concordatas (denominação do acordo regulando as relações entre os chamados poderes espiritual e temporal). A Paranhos não restava outra alternativa que não propor a punição. O imperador a submeteu ao Conselho de Estado, que igualmente a recomendou.

Como não poderia deixar de ser, o ato promoveu o estremecimento das relações com o Vaticano, sanado mais tarde. Sendo o Visconde do Rio Branco grão-mestre da Maçonaria, na historiografia subsequente chegou-se a sugerir que se tratava de manifestação de seu anticlericalismo, insinuação de todo improcedente. No século 19, a Maçonaria serviu sobretudo para promover o governo representativo e a ideia liberal. Naquele período, era de praxe que o título de grão-mestre fosse atribuído a personalidades que se destacavam nesse mister que, naturalmente, tivessem, em simultâneo, afinidade com a instituição. O Duque de Caxias, que substituiu Paranhos na chefia do governo, era igualmente grão-mestre, não obstante o que, coube-lhe precisamente sanar a disputa com o Vaticano, o que, por si só, demonstra a inconsistência da atribuição.

O Visconde do Rio Branco faleceu em 1880, aos 61 anos de idade. No ano anterior, por ocasião do seu regresso da Europa, seria acolhido por estrondosa manifestação popular, numa demonstração do reconhecimento pela notável contribuição que deu ao equacionamento de candentes problemas, de cuja solução dependia o progresso do País.

## CAPÍTULO 7

### Joaquim Nabuco, paladino da abolição da escravatura<sup>7</sup>

Joaquim Nabuco nasceu em Recife, no ano de 1849. Fez os estudos preparatórios no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife, que concluiu em 1870. Elegeu-se pela primeira vez para a Câmara dos Deputados em 1878, e depois na legislatura que se iniciou em 1885. Dissolvida a Câmara nesse mesmo ano, perdeu a eleição de 1886 e apenas em 1887, com a abertura de uma vaga isolada, conquistou novo mandato.

Notabilizou-se como prócer liberal, propugnando pela eleição direta (a eleição dava-se em dois graus; a reforma pretendida ocorreu em 1881) e, sobretudo, como paladino da abolição da escravatura. Em favor dessa causa desenvolveu grande atividade (inclusive pleiteando pronunciamento do Papa, que, entretanto, somente ocorreria depois da conquista), granjeando amplo reconhecimento. Seu livro *O Abolicionismo* (1883), embora se tenha constituído num marco da campanha, revestiu-se de desnecessário caráter panfletário, em detrimento do sentido moral que atribuía à iniciativa, como será referido adiante.

Estava na Câmara quando se aprovou a lei de 13 de maio de 1888. Esquivou-se de colaborar com a República, mas finalmente aquiesceu em assumir a defesa do Brasil no litígio com a Inglaterra a propósito da fronteira com a Guiana Inglesa (1899). Estava dado o primeiro passo para o ingresso na carreira diplomática, na qual exerceria o cargo de embaixador nos Estados Unidos. No exercício dessa função, faleceu em Washington, em 1910, aos 61 anos de idade. Participou da fundação da Academia Brasileira de Letras (1897).

*O Abolicionismo* se propunha, como indica logo no prefácio, robustecer a consciência moral do País, estigmatizando a escravidão. Escreve: "Já existe, felizmente, uma consciência nacional - em formação, é certo - que vai introduzindo o elemento da dignidade humana em nossa legislação, e para a qual a escravidão, apesar de hereditária, é uma verdadeira mancha de Caim, que o

Brasil traz na frente". Espera, portanto, que "o apelo constante da obra tenha a necessária acolhida".

Boa parte da argumentação é baseada na suposição de que o estatuto seria ilegal. Embora personalidade de extrema cultura, em nenhum momento reconhece que não se tratava de uma excentricidade brasileira. Mesmo a organização do tráfico não teria sido possível se não se tratasse de prática vigente entre os próprios africanos. Acreditava-se que seria um fenômeno natural, isto é, encontrado entre outras espécies. Na mesma época de *O Abolicionismo* (publicado em 1883), Tobias Barreto (1839-1889) escrevia que, "embora seja natural a existência de escravidão", era "cultural" que fosse repudiada. Enfim, na consideração do tema atinha-se ao plano moral.

Nabuco não só ignorou o empenho de parte do empresariado rural na busca de uma alternativa econômica - já em fase de experimentação na cafeicultura paulista, o sistema de parceria, ou "meação" - como traçou um retrato catastrófico do emprego da mão de obra escrava pela elite rural. Escreve: "Onde ela chega queima as florestas, minera e esgota o solo, e quando levanta as suas tendas deixa após si um país devastado em que consegue vegetar uma população miserável de proletários nômades". E, logo adiante, "A verdade é que as vastas regiões exploradas pela escravidão colonial têm um aspecto de tristeza e abandono: não há nelas o consórcio do homem com a terra, as feições da habitação permanente, os sinais do crescimento natural". (Editora do Senado, 2003, p. 136).

Salta à vista o desequilíbrio da caracterização. Diversos dos núcleos de civilização, construídos nos quatro primeiros séculos, são hoje patrimônio da humanidade. A própria sede da Fundação Joaquim Nabuco é uma correção histórica do seu depoimento. Compreende-se, contudo, a veemência de quem estava convencido do propósito de postergar a solução de um problema que criava reconhecido desconforto em sucessivas gerações, desde a época da Independência, como, aliás, registrou no livro que o consagraria.

A qualidade de historiador de Nabuco se tornaria patente com a obra que produziu nos anos de 1890, sobressaindo, entre estas, a que adiante será comentada.

<sup>7</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 18/10/2017.

Concebido pelo autor como uma simples biografia do pai, o livro *Um Estadista do Império* viria a ser um amplo painel da vida política do Segundo Reinado, painel que iria marcar profundamente a historiografia brasileira. O fundador da história do Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), conduziu a investigação até a época da Independência em sua *História Geral do Brasil* (aparecida ainda em vida do autor, posteriormente revista e completada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, trabalho somente editado em 1927). Os principais estudos em que se focaliza o Segundo Reinado se deram a partir dos anos 1830 e refletiram, confessadamente ou não, a influência de Joaquim Nabuco.

O biografado, José Thomaz Nabuco de Araújo, nasceu na Bahia, em 1813 e concluiu o curso de Direito em Pernambuco (então funcionava no antigo Seminário de Olinda), seguindo a carreira política do pai. Elegeu-se deputado à Câmara em 1850. No ano seguinte, foi nomeado presidente da província de São Paulo, retornando à Câmara, reeleito que foi, em 1852. Em 1853 foi nomeado ministro da Justiça no Gabinete Marquês de Paraná (1855-1857). Voltou à Câmara, reeleito mais uma vez para a Legislatura 1857-1860. Em 1858 tornou-se senador vitalício. Nesta condição, voltou ao Ministério da Justiça (Gabinete Visconde de Abaeté, 1858-1859). Em 1866 foi designado membro do Conselho de Estado, que era o órgão que examinava as questões afetas ao exercício do Poder Moderador, cargo em que permaneceu até a morte, em 1878. Portanto, Nabuco de Araújo fez parte da elite política nacional desde os 37 anos, quando ingressou na Câmara, até seu falecimento aos 65 anos. Além disto, se tornaria uma liderança destacada, vivenciando a temática mais relevante do período. Ao examiná-la, a propósito da participação do pai, Joaquim Nabuco acabaria estabelecendo a problemática emergente no Segundo Reinado de forma brilhante e até hoje superada.

Desde a fase imediatamente anterior à Independência, a começar com a insurreição pernambucana de 1817, o País atravessou guerras civis ininterruptas e esteve a ponto de fracionar-se. Fracassaram as reformas intentadas nos anos 1830 (extinção do Conselho de Estado; autonomia das províncias, eleição direta do regente etc.), de modo que somente com o chamado Regresso, do início dos anos 1840, começou o reordenamento institucional que asseguraria cerca de

meio século de estabilidade política. A revolta pernambucana de 1848 chamou, entretanto, a atenção para a necessidade de tudo fazer para consolidar aquelas reformas, notadamente o funcionamento do Governo de Gabinete (embora a Constituição de 1824 não previsse essa possibilidade, criou-se a presidência do Conselho de Ministros, cuja escolha deveria ser aprovada pela Câmara). Assim, as lideranças mais responsáveis tinham presente que não cabia acirrar os ânimos entre liberais e conservadores. Era o tempo do que se chamou de conciliação. Eis como a explica Joaquim Nabuco: “A conciliação era uma ideia que estava sendo advogada com muito aplauso na imprensa e no parlamento, principalmente pelos liberais. O desastre da revolução de Pernambuco, aniquilando esse partido na sua forma revolucionária e tendo fechado o período das revoluções, havia criado um desejo geral de paz e tranquilidade. Os partidos estavam preparados para fazer e receber propostas de concórdia e a opinião impunha moderação aos vencedores, senhores absolutos do campo” (Topbooks, Volume I, p. 172). Deste modo, em seguida às reformas do Regresso, a questão central da década de 1850 seria a conciliação. *Um Estadista do Império* estabelece essa espécie de periodização que seria seguida subsequentemente pela historiografia digna do nome.

Para a fase ulterior, Nabuco destaca os temas nucleares: a política externa, com destaque para o Prata, que levaria à guerra do Paraguai (também estudada de modo específico em mais de um capítulo); a questão das finanças públicas e o prosseguimento das reformas institucionais. A três outros atribui relevância especial, levando em conta que, no final de contas seria delas que proviria o desfecho desfavorável à monarquia: a escravatura, a crise de 1868 e a Questão Religiosa.

Na condição de uma das principais lideranças abolicionistas, como tivemos oportunidade de enfatizar, no livro que dedicou ao tema, Joaquim Nabuco aderiu à linguagem panfletária. Procurou examinar a questão como autêntico historiador, isto é, com o máximo de objetividade. Registra o que chamou de “ideias da época” (anos 1850; item VI, capítulo V do Livro segundo; vol. 1, pp. 232-238), quando à elite mais representativa repugnava a instituição, mas não encontrara ainda uma saída viável. Como ministro da Justiça, Nabuco de Araújo atende a dispositivos legais em matéria de alforria, mas escreve: “É muito duro (...) recusar

o preço da avaliação do escravo que serviu por longos anos e com fidelidade ao falecido senhor, que o acompanhou até seus últimos momentos somente porque a avidez dos herdeiros a isso se opõe; declara-se, para conhecimento dos que porventura ainda o ignorem, que S. M. Imperial não possui escravos e só tem o usufruto dos da nação de há muito empregados no seu serviço”. Ou, ainda: “Em 1852 o Conselho de Estado teve que considerar os meios de proteger os escravos contra a barbaridade do senhor” (vol. I, p. 232 e seguintes). Examina também com vagar as discussões que permitiram cimentar o caminho da emancipação (Livro quinto, capítulos II e VIII; vol. I, respectivamente pp. 695-736 e 825-864).

Joaquim Nabuco é, certamente, o primeiro grande historiador que enfatizou o significado da crise de 1868, quando o Imperador aceitou uma Câmara sem a representação dos liberais, o que se entendeu como violação do exercício adequado do Poder Moderador, incompatível com o poder pessoal. Os liberais publicaram um manifesto dos mais radicais e muitos seguiram o caminho que conduziria à ideia republicana. Embora a situação se haja recomposto mais adiante, a ferida não se curou de todo. Outra circunstância desfavorável a Pedro II seria a questão que levou à prisão dos bispos e à crise com o Vaticano, também suficientemente estudada no livro.

Os elementos indicados não esgotam o significado da obra, mas evidenciam seu papel no estudo posterior do Segundo Reinado, importante período de nossa história. *Um Estadista do Império* tem merecido diversas edições, entre estas em papel-bíblia pela Editora Aguilar. A mais recente, pela Topbooks (5ª edição, 1997, em dois volumes, totalizando 1444 páginas), vem enriquecida com importantes estudos, inclusive uma cronologia da vida do autor (vol. II, pp. 1329-1360).

## PARTE III

# PRIMEIRA REPÚBLICA

## CAPÍTULO 8

### Quintino Bocaiúva e a ingerência militar na política<sup>8</sup>

Quintino Bocaiúva seguiu a carreira jornalística desde muito jovem, trabalhando em diversos jornais da Capital do Império. Acabou radicando-se no periódico *O País*, do qual foi um dos fundadores, em 1884, vindo a ser o seu grande inspirador. Nessa altura, já se consagrara como prócer republicano, ideal a que aderira desde a criação do Partido Republicano, em 1870. Graças à sua atuação no desfecho do movimento, caracterizado por José Maria dos Santos – no texto adiante –, pertenceu ao governo provisório, ocupando a pasta das Relações Exteriores.

Entre as primeiras tarefas de que se incumbiu, nessa condição, seria encetar negociações com a Argentina no tocante a litígio territorial. Entretanto, o tratado que firmou foi considerado danoso aos interesses nacionais por conter demasiadas concessões ao país vizinho, sendo rejeitado pelo Congresso Nacional. Devido a isto, demitiu-se do governo.

Eleito senador pelo Estado do Rio de Janeiro, participaria da Assembleia Constituinte. Com a promulgação da Carta (24 de fevereiro de 1891), renunciou ao mandato, voltando à direção de *O País*. Em 1899 foi reeleito senador, sendo subsequentemente escolhido para governar o Estado do Rio de Janeiro. Maçom, seria grão-mestre da Loja Grande Oriente do Brasil entre 1901 e 1904. Retornou ao Senado em 1909.

Tornou-se aliado do conhecido caudilho gaúcho Pinheiro Machado (1851-1915), que o colocou na presidência do Partido Republicano Conservador, uma das tentativas frustradas de organizar um partido nacional. Faleceu em 1912, aos 76 anos de idade. A Fundação Casa de Rui Barbosa editou, em 1986, livro intitulado *Ideias Políticas de Quintino Bocaiúva*.

### A Questão Militar

A chamada “Questão Militar” durou de 1883 até a proclamação da República (15 de novembro de 1889) – portanto, cerca de sete anos, com maior intensidade nos dois últimos. Iniciou-a o tenente-coronel do Exército Sena Madureira, ao inserir nos jornais manifestação contrária à escravatura. Pronunciamentos políticos de militares eram proibidos. A punição consistiu em transferi-lo da capital, onde servia, para posto no Rio Grande do Sul. O ambiente parecia serenado quando, em 1886, outro coronel, Cunha Matos, publicou críticas ao ministro da Guerra, no que foi secundado por Sena Madureira. Aproveitando a circunstância, este publicou novo artigo, onde denunciava a punição que lhe tinha sido imposta, embora esta, na verdade tivesse mais caráter simbólico que outra coisa. Em que pese a circunstância de que não traduzisse, como pretendia, qualquer caráter “odioso e mesquinho”, tratava-se simplesmente de uma questão de disciplina militar. O certo é que conseguiu transformar seu comportamento isolado em autêntico movimento, que parecia expressar uma posição adotada pela alta hierarquia militar. Tal se deu com o posicionamento do Marechal Deodoro da Fonseca, contrário às punições e, deste modo, favorável a que os militares tivessem liberada a participação política.

O renomado historiador José Maria dos Santos (1877-1945), ao apreciar o assunto, inovou grandemente na sua consideração ao chamar a atenção para o fato histórico de que, em todo o incidente descrito, destoava grandemente a posição conciliatória do governo e a intransigência revelada pelos coronéis. A novidade é que a atribui a Quintino Bocaiúva e à influência alcançada na matéria pelo jornal *O País*.

Tenha-se presente que José Maria dos Santos alcançara justificado reconhecimento como historiador com a obra-síntese que intitulou *Política Geral do Brasil* (1930). Nessa mesma linha, publicou o que seriam “subsídios para a história da República” (leia-se República Velha) com o título de *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*, lançado postumamente, em 1960, na Coleção Documentos Brasileiros, da José Olympio.

<sup>8</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 31/10/2017.

Como mostra José Maria dos Santos, Quintino Bocaiúva teria adotado a posição de levar os coronéis a se convencerem de que a monarquia, com vistas à própria sobrevivência, sentia-se incomodada com o prestígio alcançado pelo Exército em face do seu desempenho na guerra do Paraguai. Para pôr cobro a essa situação, dava mostras de que não recuaria nem mesmo diante do imperativo de alcançar a própria dissolução.

Sua análise é minuciosa e ocupa grande parte do prefácio da obra. Devido a isto, optamos por apresentar breve resumo que, estamos certos, permitirá que o leitor avalie a sua consistência. Segue a transcrição.

#### A visão do problema de José Maria dos Santos

“O grande jornalista (...) nunca conseguiu ver os negócios do Brasil do ponto de vista realmente brasileiro, isto é, dentro de nossa evolução política normal, segundo aquela forma peculiar luso-americana. Ele pensava e escrevia como se a redação do seu jornal se colocasse, não na rua do Ouvidor, do Rio de Janeiro, mas na Calle Florida ou na Calle Corrientes, em Buenos Aires. Era no rio da Prata com os seus tribunos lidadores e as suas agitadas mutações governamentais que ele se inspirava, de lá vindo os seus padrões políticos mais sugestivos e recomendados. Ali sim havia convicções, havia caráter, havia coragem nas ideias e firmeza nas atitudes. A sua preferência por aqueles costumes e processos era tão insistente e acentuada que, com frequência, foi posta em dúvida a sua nacionalidade. Durante a permanência em Buenos Aires, no correr da Guerra do Paraguai, encontrando-se ele ligado às nossas forças navais como funcionário da Fazenda, a sua assiduidade nos meios argentinos chegou a irritar seriamente os brasileiros. Daí lhe vieram mesmo alguns desagradáveis incidentes” (edição citada, pp. 49, 50).

“Assentadas as suas ideias nestas bases sentimentais, não podia Quintino Bocaiúva conceber a nossa passagem da Monarquia para a República, segundo os nossos métodos habituais de evolução legal.

O problema era por ele colocado nos seus dados iniciais do princípio do século XIX, quando a noção de liberdade se resumia para os povos hispano-americanos no simples repúdio do poder absoluto, representado no rei de Espanha, tomando portanto a forma de um conflito irreconciliável, solúvel apenas pelas armas. O processo evolutivo aqui desenvolvido entre a chegada de D. João VI e a Abolição era por ele eliminado, para serem tomados os oitenta anos correspondentes como simples expressão do nosso atraso perante as várias Repúblicas do continente. Admitir que a nossa Monarquia parlamentar indicasse um progresso qualquer sobre as confusas e atormentadas instituições hispano-americanas parecia-lhe uma desprezível heresia, senão uma pura falsidade.”

“O nosso aparelhamento legal, com as suas garantias liberais, era uma simples simulação por trás da qual existia apenas o irresistível poder pessoal do imperador.”

“É claro que, de semelhante ponto de vista, a nossa transformação política só pode ser de caráter militar.”

“E aí está como *O País* (...) foi se constituindo sobretudo em órgão da Questão Militar.”

“Podemos hoje aceitar com segurança que, se não fosse *O País*, jamais a Questão Militar se teria arrastado tão persistente e teimosa até o golpe de 15 de novembro.” (p. 51).

“É preciso notar, entretanto, que o hábil e tenaz propagandista não ligava diretamente a agitação militar à sua revolução republicana. Tratava apenas de incompatibilizar o Exército com o governo imperial, como se abrisse uma fenda na qual a ideia de República se introduzisse como uma cunha para fazer ruir a Monarquia.” (p. 51).

“Quem hoje consulta os números de *O País*, entre 13 de setembro e 15 de novembro de 1889, examina apenas o desenvolvimento metódico e seguro de um processo de intimidação. O Exército, a não deixar dúvidas, tinha que escolher entre a reação armada e a sua dissolução.” (p. 56).

## CAPÍTULO 9

### Deodoro e o empenho em impedir a transformação do governo em ditadura<sup>9</sup>

Devido aos incidentes relacionados à Questão Militar, Deodoro da Fonseca envolvera-se na política e foi escolhido para presidir o Clube Militar. Presumivelmente, não chegou a vincular-se aos partidários da derrubada da monarquia. Tem-se como certo que seu envolvimento com a revolta da guarnição da Corte se relacionou com a boataria de que o chefe do governo em exercício, Ouro Preto, iria ser substituído, sendo intenção do novo governo prendê-lo e a Benjamin Constant.

Os acontecimentos seguiram seu curso desembocando no golpe militar e na proclamação da República, cabendo-lhe a chefia do denominado governo provisório. O reconhecimento do novo regime ocorreu com tranquilidade, salvo no tocante à Inglaterra, que esperou até que fosse institucionalizado pela aprovação da nova Carta. Também os Estados Unidos relutaram em fazê-lo.

Colocado na chefia do governo provisório, Deodoro entendeu que iria governar por decreto. O primeiro deles foi denominado de “grande naturalização”. Todos os estrangeiros residentes no Brasil adquiriam automaticamente a nacionalidade brasileira, salvo se fizessem declaração em contrário nos respectivos consulados. A providência criaria uma primeira indisposição com Portugal, cujos imigrantes contribuíam com suas remessas financeiras para o equilíbrio das contas externas do país. Sob Floriano, isto é, no segundo governo em mãos de militar, por alegado envolvimento da representação diplomática com a Revolta da Armada, chega-se ao rompimento de relações.

Seguiu-se a disposição de obrigar o Imperador a deixar o País dentro de 24 horas. A República lhe proporcionaria a requerida ajuda financeira, recusada por D. Pedro. Partiu com a família para Portugal na madrugada do dia 17. Logo depois de completar um mês, a 18 de dezembro 1889, Deodoro defrontou-se com fato que passaria a tornar-se corriqueiro: revolta num corpo militar. Esta, como as

subsequentes, seriam atribuídas aos monarquistas, sem qualquer fundamento. O incidente serviu de pretexto para instaurar a censura à imprensa e começar a expulsão das personalidades do regime anterior.

No seio do governo era intensa a disputa entre os que aspiravam pela instauração da chamada ditadura republicana e a facção que pretendia a institucionalização de República presidencialista e federativa. Vencendo esta última tendência e reaberto o Congresso, no começo de 1891, o eixo principal do atrito se desloca na sua direção. Os parlamentares estavam acostumados ao exercício do poder ao longo de meio século.

O Parlamento votou, ainda em 1891, nova Carta, configurando uma clara opção pelo Estado Democrático de Direito. Contudo, essa providência não serviu para estabelecer uma relação harmônica entre Executivo e Poder Legislativo.

Crescentemente insatisfeito com o comportamento autônomo dos parlamentares, Deodoro decidiu dissolver a Câmara, prerrogativa que a Constituição não lhe atribuía. Segue-se a revolta da Armada. Não pretendendo levar o País à guerra civil, Deodoro renunciou, com o que estancou automaticamente o movimento iniciado pela Marinha. Estávamos a 23 de novembro de 1891. A República mal completara dois anos.

O grande mérito de Deodoro da Fonseca consiste em haver resistido à pressão dos partidários da ditadura republicana - ideia haurida na doutrina positivista de Augusto Comte que os encantava - e conseguir impedir a guerra civil e a ditadura militar. Esse mérito iria sobressair diante do comportamento do chefe do segundo governo republicano, Floriano Peixoto. Deodoro faleceu menos de um ano depois, em agosto de 1892.

<sup>9</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 14/11/2017.

## CAPÍTULO 10

### Floriano Peixoto, segundo presidente da República<sup>10</sup>

Floriano Peixoto era comandante do Exército na fase mais aguda da Questão Militar e teve um comportamento considerado ambíguo, na medida em que não alertou o governo legalmente constituído quanto à possibilidade de revolta e, sobretudo, a sua pouca disposição de sufocá-la. Não participou diretamente do golpe de que resultou a proclamação da República, contudo, foi designado ministro da Guerra em substituição a Benjamin Constant. Cabia à Assembleia, que passou a assumir suas funções rotineiras após a promulgação da Carta de fevereiro de 1891, dar por encerrado o governo provisório, escolhendo aquele que seria definitivo. Assim, a eleição seria indireta. A escolha recaiu sobre o então chefe do governo, Deodoro da Fonseca. Para vice-presidente, Floriano seria o escolhido.

Veja-se em que conta tinha Deodoro o companheiro de Armas. Na obra, referida em outras oportunidades, na qual Tobias Monteiro tomou, na virada do século, o depoimento dos que participaram diretamente dos acontecimentos de 15 de novembro, figura o depoimento do Barão de Lucena, que, com o fim do governo provisório e a substituição do ministério, assumiu o cargo de ministro da Justiça, sendo, de fato, uma espécie de “primeiro-ministro”. Tratava-se de pôr cobro ao conflito entre Deodoro e o Congresso, de que resultou, como foi referida a sua tentativa de dissolvê-lo seguida da renúncia.

A iniciativa proposta pelo Barão de Lucena consistia em atribuir ao vice-presidente a função de presidir o Senado, o que, mais tarde, tornar-se-ia praxe. Eis a reação de Deodoro: “Não vá. Você não conhece Floriano. Não direi que seja um covarde porque seria fazer-lhe uma injustiça, mas é homem dotado de uma natureza toda passiva, e, se tem a coragem coletiva e cumpre bem o seu dever, não tem, porém, a individual, e fique certo de que se ele se compenetrar da necessidade que temos do seu apoio, se atirá abertamente nos braços da oposição”

(apud José Maria Bello - *História da República*, edição revista de 1952, p. 107). Vale dizer, faltava-lhe uma qualidade indispensável ao homem público: a lealdade para com os seus pares.

Assumindo na condição de vice, de acordo com a Constituição, em se tratando da primeira metade do mandato, cabia-lhe convocar novas eleições. Não se dispondo a empreender esse passo, em março de 1892, isto é, pouco mais de três meses após a sua posse, treze generais do Exército exigem coletivamente que seja dado cumprimento à Constituição. Floriano iria valer-se da oportunidade para dizer a que veio: demitiu das funções todos os generais e prendeu seus líderes. Aspirava se tornar um caudilho do consagrado tipo instaurado pelas Repúblicas sul-americanas.

Generalizando-se o descontentamento, reprimiu ferozmente toda manifestação contrária, eliminando a liberdade de imprensa. Interveio nos Estados a fim de assegurar a subserviência de seus mandatários. Chegou a ponto de ameaçar de repressão os membros da Suprema Corte que se dispunham a assegurar prerrogativas legais violadas pelo primeiro mandatário.

Dado o quadro vigente, em dezembro de 1893 seria a vez de a alta hierarquia da Marinha ressuscitar a exigência de normalidade constitucional para o País. Dispondo-se Floriano a reprimi-los, como fizera com a cúpula do Exército, eclode a chamada Segunda Revolta da Armada. A esquadra bombardeia o Rio de Janeiro, instaura o bloqueio da Baía de Guanabara, começam combates dos mais violentos. Colocada em situação desfavorável, a esquadra se desloca para o Sul, onde iria unir-se aos liberais ali rebelados contra a ditadura positivista em vias de implantação no Estado. Ambos os movimentos seriam derrotados por Floriano em março de 1894.

Nesse quadro geral de instabilidade, guerra civil e repressão, termina Floriano o seu mandato. Seria a seguinte a avaliação que faz desse período o principal historiador da República Velha, José Maria Bello: “Desta forma, a breve recapitulação dos fatos políticos do ano de 1892 mostra como o Brasil se aproximava rapidamente da guerra civil. Diminuído o Congresso, diminuída a justiça, em choque a Marinha de Guerra, o governo de Floriano revestia-se das modalidades

<sup>10</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 27/11/2017.

tão conhecidas das ditaduras latino-americanas. Para completar a analogia entre a situação do Brasil e a dos seus vizinhos do continente, não faltavam sequer a identidade de linguagem entre as facções em luta, a semelhança dos ódios pessoais e a crueldade nos primeiros choques armados. A revolução rio-grandense, no começo de 1893, como mais tarde a revolta da Armada, sem embargo dos motivos secundários que puderam servir-lhes de pretexto e da deturpação final dos seus objetivos, traduziram, pois, em grande parte, a reação da cultura civil e das tradições liberais do País contra a tirania de um homem, que era torturante surpresa para os seus próprios adeptos.” (ed. cit., p. 142).

Em conformidade com o que estabelecia a Carta de 1891, em 1894 o Parlamento convocou eleições gerais a serem realizadas a 1º de março, destinadas à escolha do novo presidente da República. O pleito se verificou como previsto, sendo eleito Prudente de Moraes, que fora presidente do Estado de São Paulo. Seria a primeira escolha direta, pelo voto, do presidente da República.

Assim, terminava esse primeiro ciclo de governos militares, não obstante o que tal circunstância não extinguiu a ingerência militar na política, iniciada com o golpe militar que instaurou a República.

## CAPÍTULO 11

### Benjamin Constant e o ideário positivista no meio militar<sup>11</sup>

Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891) seguiu a carreira militar, tendo se formado no curso de engenharia que se ministrava na Real Academia Militar. A instituição foi criada em 1811, no período em que a Corte portuguesa se transferiu para o Rio de Janeiro. O conhecido educador Laerte Ramos de Carvalho (1922-1972) teria oportunidade de afirmar que essa instituição não se limitaria a promover a reorganização dos estudos militares, correspondendo “a arrojado e esclarecido empreendimento”, desde que lhe coube a missão de sistematizar o estudo da matemática e das ciências físicas, estruturando um núcleo destinado a acompanhar a evolução de tais estudos na Europa.

Na década de 1850, o governo consagrou a situação que se configuraria, na prática, no ensino da Real Academia, que formava não apenas militares, mas, igualmente, engenheiros e outros quadros técnicos. Desmembrou-a em dois estabelecimentos: o ensino militar, transferido para a Praia Vermelha, naquele que ficou conhecido como Escola Militar; e o ensino de matemática, ciências físicas e naturais e engenharia, aberto tanto a militares como a civis, com a denominação de Escola Central. Essa última passaria a chamar-se Escola Politécnica, em 1874.

Benjamin Constant se tornaria professor da Escola Militar. Seu magistério introduziu inflexão prenhe de consequências. Na Real Academia Militar, Augusto Comte (1798-1857) era conhecido como matemático e historiador da ciência. Benjamin Constant incumbiu-se de dar conhecimento de sua doutrina sociológica. Embora não desse demonstração de que simpatizava com soluções autoritárias para a República, os militares que ocuparam a cena logo deixaram claro sua opção por uma franca ditadura.

Faria parte do governo provisório, constituído a 15 de novembro, chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Ocupava o Ministério da Guerra. Da representação republicana, recrutada entre os civis (Quintino Bocaiúva, Campos Sa-

<sup>11</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 11/12/2017.

les e Rui Barbosa), somente o último nutria de fato firmes convicções liberais. Ainda assim, remava abertamente contra a maré.

É sintomático do quadro instaurado no País o fato seguinte: Rui Barbosa lutava isoladamente pela convocação de eleições para a Assembleia Constituinte, evidenciando a cada passo a impossibilidade de governar com base na legislação herdada do Império. Para revogá-la, argumentava, era imprescindível colocar algo em seu lugar. Deodoro relutava. Nessa altura, incompatibilizado com a instituição que oficialmente representava o positivismo caboclo - a Igreja Positivista, então chefiada por Miguel Lemos (1854-1917) -, Benjamin Constant decidiu-se por consultar o Apóstolo Chefe em Paris, Pierre Laffitte (1823-1903). Este aquiesceria com a convocação da Constituinte em razão do que o Ministro da Guerra se decidira por apoiar Rui Barbosa. O incidente está documentado na *História do Positivismo no Brasil* (1964), de Ivan Lins (1904-1975), que transcreve a correspondência, a esse propósito, entre as duas personalidades.

Permaneceria como Ministro da Guerra apenas durante o primeiro ano do governo provisório. Seria transferido para o Ministério da Instrução Pública, onde deixaria marca definitiva. Abandonaria o governo em 1891, ao que se acredita descontente com o rumo dos acontecimentos, notadamente a incapacidade de lograr a estabilidade política. A presença dos positivistas no primeiro governo seria assinalada, sobretudo, pela separação entre a Igreja e o Estado, embora se tratasse de uma aspiração generalizada entre os intelectuais. Outra circunstância, menos relevante, mas igualmente duradoura, seria a inscrição "ordem e progresso" na bandeira nacional.

Caberia a Benjamin Constant promover uma reforma no ensino que iria marcar em definitivo o sistema educacional brasileiro, abrangendo os níveis primário e secundário. A par disto, interditar a organização da universidade, interdição que duraria até os começos da década de 1930. Na verdade, tanto a reforma como toda a pregação de Benjamin Constant não correspondiam a nenhuma novidade, significando de fato a retomada da tradição pombalina. Como foi referido, o legado pombalino seria preservado na Real Academia Militar. A adesão às doutrinas de Comte por parte da liderança desta Academia se deu no estrito limite em que contribuiu para desenvolver as premissas do ideário pombalino, isto é,

a crença na possibilidade da moral e da política científicas. Para comprová-lo, basta confrontar as funções a que Comte destinava a força armada e o papel que Benjamin Constant passa a atribuir ao Exército.

Augusto Comte entendia que as forças armadas deveriam ser transformadas em simples milícias cívicas, destinadas ao policiamento das cidades e do interior. Em vão, os membros do Apostolado iriam lembrar a pretensa incompatibilidade entre o positivismo e qualquer forma de militarismo. Na pregação de Benjamin Constant, a elite militar tornava-se mais que simples porta-voz da Nação. Na justificativa da reforma do ensino militar, teria oportunidade de afirmar: "O soldado deve ser, de hoje em diante, o cidadão armado, corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso com garantia da ordem e da paz públicas, apoio inteligente e bem-intencionado das instituições republicanas, jamais instrumento servil e maleável por uma obediência passiva e inconsciente que rebaixa o caráter, aniquila o estímulo e abate o moral".

Mais que isto, ao Exército estaria reservado o papel de autêntica vanguarda na conquista do estado positivo, conforme se pode ver nos trechos adiante transcritos da Ordem do Dia que torna pública quando de seu afastamento da pasta da Guerra:

"A boa ordem, a disciplina e a fraternal convivência que reinaram em suas fileiras, o inexcusável heroísmo com que se houve em tantas campanhas em prol da integridade e da honra da pátria, onde as suas armas sempre vencedoras traçaram as mais brilhantes e honrosas páginas da nossa história, são inolvidáveis provas do quanto deve a nação brasileira ao seu patriótico exército".

"Um exército enfim que, correspondendo às legítimas aspirações nacionais, instalou e firmou para sempre, em sólidas e largas bases, a República no seio da pátria por meio de uma revolução eminentemente pacífica e humanitária, que recomendou eficazmente a nação brasileira no respeito e a admiração de todos os povos cultos; que se assinalou nos fatos da História da Humanidade como um exemplo único edificante e para sempre memorável e digno da eterna glorificação dos séculos e das bênçãos da humanidade, soube elevar-se nobremente sublime missão social e política, reservada aos exércitos modernos que de acordo com os sábios preceitos da ciência real que devem inspirar e guiar a sua

conduta, mais pacífica do que guerreira, mais humanitária do que nacional. É que eles obedecem consciente ou inconscientemente na sua índole, organização e nos seus destinos a leis imperturbáveis reguladoras da evolução geral do progresso humano que tende inevitável e progressivamente para o feliz regime final - industrial e pacífico - resultante do fraternal conagração dos povos. Para ele caminham mais rapidamente do que todos os outros, como é forçoso e grato reconhecê-lo, os povos americanos de modo ainda mais acentuado o nobre e generoso povo brasileiro, sempre predisposto a sacrificar dignamente o seu egoísmo nacional ao largo e fecundo amor universal. A orientação dominante nos povos e nos exércitos americanos dá-nos ligeira esperança de que aquele sublime ideal do verdadeiro progresso humano se transformará em futuro não muito remoto em grata e feliz realidade. Para ele concorrerá poderosamente o exército brasileiro a que me orgulho pertencer”.

Essa atribuição de tais funções ao Exército explica, em grande medida, a ingerência militar na política ao longo do período republicano. É certo que, em muitas dessas circunstâncias, acabaria prevalecendo o segmento interessado na profissionalização.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a 22 de janeiro de 1891, antes, portanto, da promulgação da Constituição, que se daria a 24 de fevereiro.

## CAPÍTULO 12

### Campos Sales e a prática autoritária da República Velha<sup>12</sup>

O governo provisório resultante da proclamação da República contrariou frontalmente o Apostolado e a massa dos positivistas ao proceder à convocação da Assembleia Constituinte. Além disto, a Constituição de 1891 recusou as propostas positivistas no sentido de anular o Parlamento e concentrar todo o poder no Executivo, optando pelos institutos consagrados da doutrina liberal. Ainda assim, à medida que se avolumavam as dificuldades, à Constituição liberal iria sobrepor-se uma prática autoritária. Ao fim da primeira década republicana, esta já se consagrara como a nota dominante, conforme o observa José Maria Bello na obra precedentemente citada: “Ainda não libertos das tradições parlamentares do Império, os congressistas republicanos reivindicavam uma primazia política que violava a natureza do regime. (...) O poder do Congresso e o poder do Presidente harmonizavam-se apenas nos artigos constitucionais; na realidade, não se entenderiam nunca”.

A seu ver, o desfecho ocorreria sob Prudente de Moraes, em face do atentado que vitimaria o ministro da Guerra, ocorrido em 1897, marechal Machado Bittencourt:

“O atentado de 5 de novembro dava-lhe [a Prudente de Moraes] os elementos de reação que inutilmente procurara; dentro da própria órbita constitucional, o presidencialismo do regime adotado em 15 de novembro de 1889 revelava a tremenda soma de poderes que poderia enfeixar nas mãos do presidente da República, e dos quais os seus sucessores saberão colher o máximo proveito”.

Essa prática autoritária encontraria uma base relativamente sólida, apta a assegurar cerca de dois decênios de estabilidade política, na chamada política dos governadores, introduzida sob Campos Sales.

Implicava no abandono da representação, mediante o expediente que estabeleceu a apuração dos resultados eleitorais pela mesa da Câmara dos Depu-

<sup>12</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 26/12/2017.

tados e das Assembleias. Logrou-se, assim, minimizar o papel do Parlamento sem o imperativo da reforma constitucional. Esse desfecho seria impensável se os espíritos não tivessem sido trabalhados pela doutrina positivista. As novas gerações de bacharéis, que iriam ascender aos postos-chave do novo regime em substituição aos militares, com as exceções que se indicará, não tinham maior apreço seja pelo Parlamento seja pelo partido político. Essas indicações de ordem geral merecerão o necessário desdobramento nos tópicos que se seguem.

**Dados biográficos** - Manuel Ferraz de Campos Sales (1841-1913) formou-se em Direito, em 1863 e, quase de imediato, quatro anos depois, em 1867, iniciou carreira política elegendo-se deputado provincial. Em 1873 seria um dos organizadores da convenção de Itu, convocada para proceder à organização do diretório municipal do Partido Republicano Paulista, que se tornaria o posteriormente famoso PRP. Com a proclamação da República, integraria o governo provisório de Deodoro da Fonseca como ministro da Justiça. Viria a ser o segundo presidente civil da República, em substituição a Prudente de Moraes. Seu mandato abrangeu o período 1898 a 1902. Além da reforma política já referida - e que adiante será examinada detidamente - ocupou-se de promover o ordenamento financeiro. Depois da presidência, somente voltaria a exercer funções públicas em 1909, ao eleger-se senador. Faleceu em junho de 1913.

Recomenda-se, como estudo de seu pensamento e ação a obra de Arsênio Corrêa, *O pensamento político de Campos Sales*. Quanto à carreira política, destacáremos o que se segue.

A política dos governadores - Walter Costa Porto prefere denominá-la de "política dos estados" e, de fato, parece mais apropriado. Com esse título insere no seu texto, tornado clássico, *O voto no Brasil* (2ª ed., Topbooks, 2002), caracterização detalhada e completa do tema. Atendo-nos ao essencial, deixa claro que durante o período imperial se tornou praxe, tanto no Congresso como nas Assembleias provinciais, a verificação e o reconhecimento dos poderes de seus membros. Esclarece que a verificação envolvia "o exame da eleição, no fundo e na forma, para saber se é verdadeira e regular; o reconhecimento, a afirmação da regularidade da eleição e conseqüente legitimidade dos poderes dela resultantes".

Agora, trata-se de compor a Mesa Diretora da Câmara, que, na prática, institucionalizou a chamada "degola", isto é, o expurgo do elemento que iria integrar a oposição. O propósito era assegurar que não haveria surpresa na sanção à escolha do presidente.

Costa Porto destaca a importância da pesquisa efetuada na Universidade de Brasília, em 1986, da autoria de Maria Carmen Cortes Magalhães, *O mecanismo das comissões verificadoras de poderes. Estabilidade e dominação política*, 1894-1930. Dos elementos que apresentou, extraiu o seguinte quadro demonstrativo do número de diplomas não reconhecidos na Primeira República - permito-me o seguinte esclarecimento: o número de deputados era de 212. Assim, a degola da Legislatura 1900-1902 equivaleu a um terço da Casa, percentual esse ultrapassado em 1912-1914. Como se vê, recorreu-se a esse expediente nas diversas Legislaturas.

Falando da depuração - termo utilizado no Congresso para indicar o não reconhecimento -, Maria Carmem Cortes Magalhães diz que a historiografia brasileira a considera como a degola de deputados oposicionistas. Seu trabalho, no entanto, não discute a problemática das degolas, pois as pesquisas não lhe permitiram expor com exatidão "senão o aspecto do não reconhecimento, tecnicamente comprovado".

No texto que estamos seguindo, Costa Porto indica que o termo degola, em verdade, foi uma transposição da sangrenta realidade política do Rio Grande do Sul para o quadro, mais ameno, da fraude no reconhecimento dos diplomas de parlamentares no Congresso. A degola no Parlamento representava, então, a etapa final do processo de aniquilamento da oposição. Começava-se pela fraude na qualificação; prosseguia-se com a burla da eleição e com os arranjos na apuração, pelas juntas locais; e, no final, com as depurações, do terceiro escrutínio.

Depoimento de Frederico Mindello dá notícia desse último processo:

"O reconhecimento de 1915 foi o último que, no Senado, Pinheiro Machado dirigiu. Dois degolamentos execrandos o assinalaram. Em 4 de junho, em votação nominal que Rui Barbosa requereu, José Bezerra, eleito e diplomado senador por Pernambuco, foi degolado e reconhecido Rosa e Silva. Na sessão de

7 de junho, ainda sob o protesto de Rui Barbosa, um esbulho maior se consumava. Ubaldino do Amaral havia sido eleito e diplomado senador pelo Paraná, com 14.507 votos. Seu competidor, Xavier da Silva, conseguiu apenas 4.559 votos... Ubaldino foi degolado e Xavier, reconhecido". (Anais Comemorativos da Revolução de 30. Câmara dos Deputados, 1984, p. 260).

## CAPÍTULO 13

### Rui Barbosa e o elemento liberal na República<sup>13</sup>

Rui Barbosa concluiu seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo aos 21 anos de idade, em 1870. Ingressou no jornalismo em sua terra natal, a Bahia, e se elegeu deputado provincial em 1877, aos 28 anos. No ano seguinte foi eleito para a Câmara dos Deputados e participou ativamente de toda a movimentação política da década seguinte, notadamente das campanhas abolicionista e republicana.

Com o advento da República, tornou-se ministro do governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca, aos 41 anos. Nessa condição, desempenhou um papel muito importante no sentido de dotar o novo regime do necessário arcabouço institucional. Na década de 1890 passou à oposição, o que lhe valeu, entre outras coisas, o exílio no exterior, entre 1893 e 1895.

De volta ao Brasil, foi sucessivamente eleito para representar a Bahia no Senado e passou a polarizar a corrente liberal no País, em oposição à prática autoritária. Enxergando nesta uma resultante da ingerência militar na vida política, patrocinou a organização do movimento civilista. Em duas campanhas presidenciais - 1910 e 1919 - Rui Barbosa apresentou plataformas que exprimiam com propriedade o pensamento liberal na República Velha. Ele morreu aos 74 anos.

Trabalhador incansável, deixou uma obra de amplitude inusitada, cujo plano geral, executado a partir de 1942, foi concebido pelo principal estudioso de seu pensamento, Américo Jacobina Lacombe (1909-1993). Empreendimento editorial sem precedentes, que serviu para consolidar, como instituição cultural, a Casa de Rui Barbosa; a obra completa abrange 50 tomos, alguns dos quais subdivididos em mais de um volume.

Publicaram-se diversas obras sobre os variados aspectos da atuação de Rui Barbosa. Em relação ao seu pensamento constitucional, conta-se com o estudo definitivo *Rui Barbosa e a primeira Constituição da República*, 1949,

<sup>13</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 15/1/2018.

de autoria de Américo Jacobina Lacombe. A Editora Aguilar, em 1960, divulgou uma antologia que reúne o essencial de seu pensamento político (*Escritos e discursos seletos*, organização de Virgínia Cortes de Lacerda, Rio de Janeiro, Aguilar, 1960, 1133 pp.).

Deve-se à presença de Rui Barbosa no primeiro governo republicano o fato de que haja sido arquivada a pretensão de se perpetuar o modelo experimentado no primeiro ano do governo provisório (classificado por seus partidários, abertamente, como ditadura republicana) e que tenha sido empreendido o caminho do ordenamento institucional. Criou-se uma Comissão a fim de elaborar Projeto de Constituição, do qual a versão final seria da lavra de Rui. Por fim, convocou-se a Assembleia Constituinte, que o aprovou, transformando-o na Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Esse texto, como em geral a feição que iam assumindo os diversos Poderes, mereceria elaboração teórica relevante, ainda ao longo da Primeira República. Procurou-se, em relação ao poder municipal, definir em que consistiria o “interesse próprio” referido na Carta para limitar e circunscrever as suas atribuições. No tocante às outras instâncias, duas obras logo se tornariam referência: *Do Poder Judiciário* (1912), de Pedro Lessa, e *Do Poder Executivo* (1916), de Aníbal Freire. Outro texto digno de nota seria *Comentário à Constituição* (1902), de João Barbalho.

A Rui Barbosa caberia tratar, especificamente, das questões institucionais resultantes da prática republicana. Para evidenciá-lo, basta referir estes títulos: *O estado de sítio: sua natureza, seus efeitos, seus limites* (1892); *Habeas-corpus* (1892); *Os atos institucionais do Congresso e do Executivo ante a Justiça Federal* (1893).

À vista do encaminhamento autoritário seguido pela República, Rui Barbosa tornou-se a figura que encarnou, na República Velha, o espírito liberal. Tendo concorrido às eleições presidenciais em março de 1910 contra a candidatura militar oficial, lançou as bases, com grande sucesso, do movimento civilista. Não se tratava de nutrir qualquer despreço pelas Forças Armadas, mas adverti-las, e à Nação, contra os perigos do militarismo. Assim, deve ser creditado também a Rui Barbosa o fato de que a maioria da hierarquia haja optado por trilhar o caminho da profissionalização. Naquele ciclo histórico, a

ingerência militar na política acabaria sendo abandonada pelas lideranças, sobrevivendo graças à atividade desenvolvida pelos chamados “tenentes”, surgidos basicamente nos anos 1920.

No discurso inaugural da campanha presidencial, a 3 de outubro de 1909, no Rio de Janeiro, Rui Barbosa assim definiu o militarismo: “Entre as instituições militares e o militarismo vai, em substância, o abismo de uma contradição radical. O militarismo, governo da nação pela espada, arruína as instituições militares, subalternidade legal da espada à nação. As organizações militares organizam juridicamente a força. O militarismo a desorganiza. O militarismo está para o Exército assim como o fanatismo para a religião, como o charlatanismo para a ciência, como o industrialismo para a indústria, como o mercantilismo para o comércio, como o cesarismo para a realeza, como o demagogismo para a democracia, como o absolutismo para a ordem, como o egoísmo para o eu. Elas são a regra; ele, o desmantelo, o solapamento, a alusão dessa defesa, encarecida nos orçamentos, mas reduzida, na sua expressão real, a um simulacro”.

Outra contribuição de Rui Barbosa reside em haver definido os termos da Reforma Constitucional. Havia, entre os republicanos, uma resistência brutal a essa iniciativa. Contudo, algumas providências não podiam mais ser adiadas, a exemplo do que ocorria no Rio Grande do Sul. A perpetuação da ditadura castilhana, ao arripio da Carta de 1891, havia levado aquele Estado, mais uma vez, nos anos 1920, à guerra civil. O grande mérito do nosso autor encontra-se no fato de que definiu com clareza quais pontos constituíam o que, em linguagem jurídica, chamou-se de “cláusulas pétreas”, a partir do que se estabeleceu o imprescindível consenso, de sorte que, embora tenha falecido em 1923, três anos depois a Reforma teve curso.

Teria oportunidade, igualmente, de abordar a questão do parlamentarismo. Discorda de Campos Sales quanto à tese de que o regime presidencial seria da essência do governo republicano. Refuta-a com o exemplo francês. Diz textualmente que “a natureza democrática das nossas instituições nada perderia com a substituição do governo presidencial pelo governo de gabinete”. A seu ver, seria inapropriado fazê-lo devido ao seguinte: “o sistema federativo, único adotável no Brasil, não se compadece com as formas parlamentares”.

Admitiu a mudança do sistema eleitoral, a fim de introduzir-se o sistema proporcional. A justificativa seria o aprimoramento da representação das minorias. Naturalmente, tinha em vista a forma apropriada desse sistema, quando o eleitor vota na lista sugerida pelo partido e não em nomes isolados, como acabaria ocorrendo com o modelo introduzido no País após a Revolução de 1930.

Rui Barbosa feriu a questão social. Até então, vinha sendo considerada no âmbito da Câmara dos Deputados, ao ser tomada a iniciativa de criação da Comissão de Legislação Social, em 1918. Rui Barbosa incluiu entre os temas da campanha presidencial de 1919, o que iria proporcionar grande alento à sua discussão, como teria oportunidade de comprovar-se pelos estudos a cargo de Evaristo de Moraes Filho. Essa referência é importante na medida em que, ao apropriar-se dessa bandeira, após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas ignoraria solenemente a experiência pregressa.

A crítica que se pode desenvolver à ação de Rui Barbosa no sentido de consolidar as instituições republicanas, respeitadas as garantias básicas, diz respeito ao abandono da discussão do tema de representação política. A sobrevivência da doutrina de Benjamim Constant comportara enorme enriquecimento, notadamente em face da democratização, que impôs a transformação do bloco parlamentar no moderno partido político, bem como a emergência da questão do modelo de sociedade em face do surgimento das correntes socialistas. Desde então, a elite política perdeu de vista essa problemática.

## CAPÍTULO 14

### Pedro Lessa e a consolidação do Poder Judiciário independente<sup>14</sup>

Pedro Lessa bacharelou-se em Direito em 1883 e, logo no ano seguinte, defendeu tese de doutoramento. Ingressou no corpo docente da faculdade em 1888 e foi promovido a catedrático em 1891. No mesmo ano, como deputado, participou da Assembleia Constituinte estadual. No período subsequente dedicou-se exclusivamente ao magistério e à advocacia. Em fins de 1907 seria nomeado ministro do Supremo Tribunal, tendo exercido tais funções durante cerca de 14 anos, isto é, até a morte, em 1921.

Pedro Lessa interessou-se essencialmente pela problemática da Filosofia do Direito, no que revelou independência em relação ao comtismo, embora não houvesse completado a ruptura com essa doutrina. No estudo que lhe dedicou, incluído na obra *Filosofia em São Paulo* (1962), assinala Miguel Reale: "O certo é que Pedro Lessa se propunha, em contraposição, aos 'positivistas', demonstrar o caráter científico da Jurisprudência, reagindo, ao mesmo tempo, contra as concepções metafísicas de Krause e de Ahrens, que haviam fundado o saber jurídico apenas em pressupostos racionalistas."

No que respeita ao processo histórico, reivindicando, da mesma forma que o movimento positivista em seu conjunto, a intervenção do Estado e aspirando à melhor distribuição das riquezas - maneira pela qual se entendia, à época, o socialismo -, enfatizava, sobretudo, o seu aspecto moral ao invés de assimilá-lo à rigidez determinística. Por isto mesmo deve resultar da educação e da mudança de mentalidade, e nunca de imposição pela força. A propósito, o texto a seguir, transcrito por Reale, é bem elucidativo de seus pontos de vista: "Muitas das aspirações das várias escolas de socialismo propriamente dito não de ser fatalmente concretizadas em lei. Não há um só homem de coração bem formado que se não sinta constrangido ao contemplar o doloroso quadro oferecido pelas sociedades atuais com a sua moral mercantil e egoística. O socialismo há de triunfar parcialmente. O seu triunfo é infalível, necessário".

<sup>14</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 6/3/2018.

A Constituição de 1891, inspirada em grande parte na americana, incorporou o dispositivo desta última segundo o qual cabia ao Supremo Tribunal Federal o poder de declarar a inconstitucionalidade das leis. A Corte Brasileira tratou, desde logo, de exercê-lo e o fez, sobretudo, na defesa e consolidação das liberdades civis. Na espécie, a questão essencial diz respeito ao habeas corpus, que a lei e a prática ainda não tinham elevado à condição de direito constitucional. Tenha-se presente que a questão das liberdades públicas - e a consolidação do habeas corpus, transformando-o em instrumento a seu serviço - constitui a principal bandeira do liberalismo nos três decênios iniciais da República e o grande divisor de águas entre o civilismo de Rui Barbosa e as doutrinas políticas de inspiração positivista, entre as quais sobressaía o castilhismo.

Nesse movimento de afirmação da liberdade individual contra o arbítrio do Poder, não há como obscurecer o desassombro pessoal dos magistrados, quando o clima vigente expressava-se através da frase atribuída a Floriano: "Se os juízes do Tribunal concederem habeas corpus aos políticos, eu não sei quem amanhã lhes dará o habeas corpus de que, por sua vez, necessitarão". Tem razão, pois, Leda Boechat Rodrigues ao escrever: "Rui contribuiu decisivamente para que o Supremo Tribunal Federal adquirisse a consciência de ser um verdadeiro poder, mas a verdade é que ao usar o Tribunal algumas vezes com grande desassombro as suas atribuições constitucionais, seja com votos dissidentes, seja à unanimidade, o fez a exemplo de cada um de seus juízes, a duras penas e correndo ele próprio os riscos de sua tomada de posição." (*História do Supremo Tribunal*, vol. I, 1965, p. 6).

A contribuição de Pedro Lessa no sentido que ora se enfatiza é reconhecida e enaltecida por todos quantos abordaram o tema, tendo Leda Boechat, na obra referida, afirmado o que se segue: "Através da construção judicial numa nova fase de arbitrariedades do Poder Executivo, que se abrirá em 1911, ele [Pedro Lessa] vai liderar a maioria dos seus colegas e proteger, por meio do habeas corpus, direitos que, na verdade, nada tinham a ver com o direito de locomoção; o único de acordo com a doutrina anglo-americana, capaz de ser amparado por aquele remédio".

Com o prestígio e autoridade que chegou a granjear, deve-se certamente a Rui Barbosa a consciência adquirida, entre os partidários do normal funcionamento da República brasileira, do papel que estava predestinado a desempenhar a Suprema Corte no respeito às liberdades individuais fundamentais. Contudo, restava demonstrar que, por sua composição, o Supremo Tribunal Federal (STF) seria capaz de dar cumprimento à tarefa. Nesse particular, sem embargo da atuação dos demais magistrados, coube a Pedro Lessa fixar-se em temas nucleares. A par disto, reuniu esse conjunto de pronunciamentos num texto que se tornaria clássico: *Do Poder Judiciário* (1912), sucessivamente reeditado.

Tendo uma formação jurídica das mais sólidas, estabeleceu, com o indispensável rigor, em que consistia precisamente cada atribuição da Suprema Corte na nova situação instaurada com a República e, em especial, a adoção do federalismo.

Neste particular, assinale-se, desde logo, que Pedro Lessa fundamentou a praxe que viria a se estabelecer no concernente à existência da justiça estadual. Soube proporcionar a solução teórica, tornada consensual, no tocante a se assegurar a aplicação das leis federais e da Constituição, em todo o território nacional, em face da concomitante duplicidade.

Os marcos da atribuição de julgar a constitucionalidade das leis, sem ferir a autonomia do Poder Legislativo, encontra-se naturalmente entre os temas considerados pelo notável jurista.

Todos os grandes juristas brasileiros, tanto da Primeira República quanto dos ciclos subseqüentes, exaltaram a sua figura, a exemplo do professor Miguel Reale, antes citado. Assim, Levi Carneiro (1882-1971) teve oportunidade de deixar este testemunho: "Levou para a magistratura o sentimento e o apreço dos interesses de ordem prática, que as teorias tantas vezes sacrificam, e o amor e o conhecimento da doutrina de que tanto se descarta o nosso foro".

PARTE IV

---

ERA VARGAS  
E  
REGIME CONSTITUCIONAL  
DE 1946

## CAPÍTULO 15

### Washington Luís e o fim da República Velha<sup>15</sup>

Conhecido apenas pelo prenome, Washington Luís Pereira de Souza foi o último presidente da República Velha. Deposto no dia 14 de outubro de 1930, foi preso e exilado. Natural do Rio de Janeiro, pertencia a tradicional família de políticos do Império. Concluiu a formação humanista no Colégio Pedro II, matriculando-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Formou-se aos 22 anos de idade, em 1891. Depois de breve permanência como promotor público no interior do Estado fluminense, radicou-se em São Paulo, dedicando-se à advocacia. Ingressou na política como vereador na capital e, em fins do decênio, exerceu um primeiro mandato como prefeito. Seria ainda deputado estadual e integrante do governo, retornando à chefia da Prefeitura entre 1913 e 1919, quando se tornaria governador. Ao término desse mandato, em 1924, ocupa uma vaga de senador.

Na vigência do acordo “café com leite”, de alternância na presidência, com o fim do “período mineiro” (Artur Bernardes), cabia a São Paulo indicar o sucessor. Sendo Washington Luís o escolhido, teve eleição tranquila. Assumiu a presidência a 15 de novembro de 1926.

Bernardes governou enfrentando a indisciplina militar, manifestada desde o início com a tentativa de impedir a escolha e, depois, a posse. Seguiram-se insurreições em 1922 e 1924. Esta última culminaria com a organização da chamada Coluna Prestes. Estruturou-se em fins de 1924, com a derrota da revolta concentrada em São Paulo, e iniciou marcha pelo País, forçando o governo a organizar a perseguição e o confronto. Durou mais de dois anos, terminando por se internar na Bolívia, em fevereiro de 1927, portanto já sob Washington Luís.

O novo governo tinha consciência de que o País estava cansado do clima de instabilidade e da repressão que inevitavelmente lhe seguia. Esta atingia duramente mesmo a oposição que se manifestava nos marcos legais, sobretudo a imprensa. José Maria Bello, em sua *História da República*, registra o estado de

espírito vigente ao escrever: “Os brasileiros recebiam com prazer o novo governo, na esperança sempre renovada e sempre desmentida de que, enfim, se encerrariam as apaixonadas lutas partidárias e se afastavam os motivos de levantes e insurreições”. Dada a circunstância, Washington Luís cuidou de empreender diversos atos simbólicos que expressassem claramente o seu desejo de distensão. Promoveu a libertação dos presos políticos, entre os quais encontravam-se jornalistas incursos na Lei de Imprensa e também os militares detidos sem processo. Deixou de usar as prerrogativas do estado de sítio em que se encontrava o País no momento da posse e ao longo do primeiro ano de governo. Terminada a sua vigência, a 31 de dezembro de 1927, deixou de renová-lo.

Na organização de seu governo, sem embargo de assegurar-se da hegemonia paulista, procurou conter a ascendência mineira entregando o poderoso Ministério da Fazenda ao Rio Grande do Sul, na pessoa de Getúlio Vargas, então deputado federal.

A par da distensão política, Washington Luís estabeleceu duas prioridades para o seu governo. A primeira delas dizia respeito à estabilidade monetária. Esta não se circunscrevia ao equilíbrio orçamentário interno, envolvendo também a política cambial, taxa de conversão (convertibilidade) e equilíbrio nas contas externas, e controle no endividamento. Essas sempre tinham sido questões permanentes, sobretudo depois que passaram os efeitos da consolidação da dívida externa (*funding loan*), negociado no começo do século por Campos Sales. A esse respeito, afirma José Maria Bello, na obra citada: “Em qualquer caso foram salutares os efeitos da política do sr. Washington Luís. Houve ordem nas finanças públicas; manteve-se o equilíbrio orçamentário e, com a paz interna e os altos preços do café, a Nação pareceu desafogar-se e firmar-se num surto de progresso”.

A segunda prioridade do governo consistiu em promover a construção de estradas rodoviárias. Por sua extensão, o País não podia então deixar de depender da navegação de cabotagem, dado o custo das obras que seriam requeridas para bem aproveitar as possibilidades facultadas pelos cursos d’água internos, isto é, a navegação fluvial. Contudo, no Sudeste e no Sul, as rodovias iriam contribuir para a maior integração econômica.

<sup>15</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 29/1/2018.

Por suas linhas gerais, esse era o quadro quando eclodiu a crise financeira internacional de 1929, que iria coincidir com as articulações para estruturar a alternância no poder nas eleições que deveriam ocorrer no ano seguinte. A crise de 1929 abateu-se sobre as economias norte-americana e europeia, provocando fechamento de fábricas, desemprego em massa e, em consequência, redução das exportações brasileiras. O País dependia das compras externas de café para assegurar o atendimento aos compromissos internacionais com importações e amortização das dívidas. A crise iria nos afetar de imediato.

Mediante o expediente de negociar com as nações produtoras cotas de exportação, o Brasil conseguia manter elevadas as cotações do café. O ônus recaía sobre o Tesouro ao adquirir e estocar os excedentes. Até meados da década de 1920, essa prática não experimentava maiores abalos, embora os estoques tivessem chegado, em 1927, a pouco mais de 7 milhões de sacas em decorrência de safra excepcionalmente elevada. Para que se tenha ideia do que isso significava, tinham mais ou menos a mesma magnitude do conjunto das compras dos países consumidores.

Dada a crise iniciada no segundo semestre de 1929 e a virtual paralisia do comércio internacional, nesse ano o Brasil acumulou estoques de 18,8 milhões de sacas. Durante o ano de 1930, a situação econômica do País se agravou extremamente. Os estoques de café chegaram a 27,5 milhões de sacas. Os fazendeiros não tinham condições de saldar os compromissos assumidos. Generalizam-se falências e concordatas. Assinale-se, desde logo, que o problema iria se transferir para o governo provisório instaurado no fim do exercício, em decorrência da revolução ocorrida em outubro.

Sendo os positivistas partidários do intervencionismo econômico, chegando ao poder seus seguidores castilhistas queimaram os estoques e introduziram o monopólio de câmbio, pondo fim às veleidades da política econômica da República Velha, considerada como sendo de índole liberal, embora no caso do café fosse aceita a mencionada manipulação do mercado. À caótica situação econômica se sobrepôs a questão da escolha do substituto de Washington Luís.

O principal postulante seria Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946). Era neto de Martim Francisco Ribeiro de Andrada - irmão de José Bonifácio e de

Antonio Carlos, figuras exponenciais do processo da Independência - e membro da primeira geração mineira dos Andradas. Seu pai, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, conhecido como "segundo Antonio Carlos", fundara esse ramo que, originariamente, provinha de São Paulo. Substituíra a Artur Bernardes no governo de Minas. Pela tradição, cabia-lhe a indicação, levando em conta que Washington Luís representava São Paulo. Este, entretanto, dispôs-se a preteri-lo, tentando inaugurar nova modalidade de alternância, equivalente a, nada mais, nada menos, que a "café com café". Seu candidato seria o então governador paulista Júlio Prestes (1882-1946).

Minas vetaria a candidatura Júlio Prestes. Formou-se então a denominada Aliança Liberal, que registrou chapa de oposição liderada por Getúlio Vargas, que se transferira do Ministério da Fazenda para o governo do Rio Grande do Sul em decorrência do fim das reeleições de Borges de Medeiros, imposta pela reforma constitucional de 1926. As lideranças mais experimentadas perceberam claramente que o comportamento de Washington Luís punha em risco a sobrevivência da situação ensejada pela "política dos governadores". Tentou-se, pois, a conciliação. Foi aberta ao presidente a possibilidade de indicar um "tertius" mediante a renúncia simultânea das duas candidaturas em confronto. Ainda assim, como diz José Maria Bello, "autoritário, altivo e obstinado", Washington Luís "não se inclinaria jamais a qualquer transigência, repelindo, ao que parece duramente, qualquer alvitre em semelhante sentido".

As eleições tinham lugar a uma grande distância da posse. A primeira ocorreria em março e a última, a 15 de novembro. Consumada em março a farsa da vitória de Júlio Prestes, começou abertamente a conspiração para contestar o resultado pelas armas. Adiada sucessivamente o seu início, eclodiu, afinal, a 3 de outubro. O movimento ocorreu simultaneamente no Nordeste, Sul e Minas. No Nordeste, começou na Paraíba. O contingente ali formado, em seu deslocamento, encontraria resistência apenas na capital pernambucana. Ocupada Recife, deslocou-se sem dificuldade até a Bahia.

Liderado pelo próprio Vargas, a coluna rio-grandense avançou rapidamente até a fronteira do Paraná com São Paulo. A tropa formada em Minas ocupou os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. As tropas governistas em São Pau-

lo e na capital da República apresentavam-se, numericamente, mais expressivas que os contingentes rebelados. Ainda assim, o confronto não se efetivou. Os chefes militares decidiram se antecipar e depuseram o governo. A 24 de outubro, vinte dias depois de deflagrado o movimento, deu-se a transferência de poder para Getúlio Vargas.

Vargas iria se tornar a figura dominante do século XX brasileiro. Ainda que não tivesse conseguido perpetuar o Estado Novo - transplante do modelo rio-grandense (castilhistas) de governo para o plano nacional -, deposto que foi em 1945, voltaria ao poder em 1950, consagrado pelas urnas. Nesse último governo, dotou o País de um projeto de Revolução Industrial que acabaria sendo implantado pelos governos militares (1964-1985). Envolvido numa crise monumental, seria forçado a renunciar ao governo em agosto de 1954. Tornou essa renúncia um momento dramático, suicidando-se. Em documento que então dirigiu à Nação, avançou o prognóstico de que, com esse gesto, ingressaria na História. Não sem razão, portanto, todo esse largo período tem sido designado como Era Vargas.

## CAPÍTULO 16

### Lindolfo Collor e a organização sindical<sup>16</sup>

Lindolfo Collor pertenceu à primeira geração nascida dos colonos alemães que vieram para o Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. Estudou no Seminário Presbiteriano existente na cidade do Rio Grande, mas não seguiu carreira eclesiástica. Concluiu o curso de farmácia, mas não chegou a exercer a profissão. Fixou residência em Bagé, dedicando-se ao jornalismo. Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1911, aos 21 anos de idade. Conseguiu trabalho num dos principais jornais da cidade e aproximou-se de Pinheiro Machado.

Por essa via, regressou ao Rio Grande do Sul em 1919 para assumir a direção do jornal *A Federação*. Criado por Júlio de Castilhos, viria a ser o órgão oficial do governo. Na nova condição, Collor chegou a ser reconhecido como proeminente teórico do castilhismo, destacando-se entre aqueles que compunham o que Ricardo Vélez denominaria de segunda geração, liderada por Getúlio Vargas. A primeira geração seria formada pelo próprio Castilhos, por Borges de Medeiros e Pinheiro Machado.

A partir de 1923, integrou a bancada gaúcha na Câmara dos Deputados. Com a ascensão dos castilhistas ao poder federal, graças à Revolução de 1930, Vargas entregou-lhe o Ministério do Trabalho, instituição que iria figurar entre as primeiras criações do governo provisório. Tal ocorreria antes de completar o primeiro mês de exercício do poder. O decreto está datado de 26 de novembro de 1930.

A perspectiva que norteou a ingerência oficial na organização trabalhista seria a positivista. Augusto Comte postulava que, entre outras, a missão do “estado positivo” (leia-se “estado final”) seria proceder à “incorporação do proletariado à sociedade moderna”. Tratava-se de tutelar o movimento operário. Nos seus pronunciamentos relacionados ao tema, Lindolfo Collor expressaria com clareza esse propósito.

<sup>16</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 23/2/2018.

Na exposição de motivos que torna o sindicato um apêndice do Estado, explicita que essas organizações devem servir de para-choque nas relações entre o capital e o trabalho, objetivando “um resultado apreciável na justa e necessária conjugação dos interesses patronais e proletários”. Assim, prossegue, uma vez incorporados ao Estado, os sindicatos deixavam a órbita do direito privado e ingressavam na área do direito público, dependendo sua existência do reconhecimento do Ministério do Trabalho.

O objetivo maior consistia em reduzir a questão salarial – ponta de lança da conflituosa questão trabalhista – gradativamente a mecanismos técnicos, primeiro concebendo uma legislação abrangente e, depois, organizando a Justiça do Trabalho. Os sindicatos passariam a se constituir em peças dessa engrenagem. Colocando-se como árbitro entre trabalhadores e patrões, o governo tornava-se uma referência diferenciada. Aplicando essa regra às diversas esferas sociais, Vargas se apresentava como o grande conciliador entre as partes em disputa. Assim, dada a radicalização crescente vivenciada pelo País, criava ambiente propício ao golpe de novembro de 1937.

Esse mecanismo, no tocante aos sindicatos, foi analisado com perspicácia e profundidade por Evaristo de Moraes Filho (1914-2016). Observa, desde logo: “Quando eclodiu a 3 de outubro, encontrou a revolução em vigor cerca de uma dúzia de leis trabalhistas; numerosos projetos de leis no Congresso Nacional, inclusive um Código de Trabalho; a reforma constitucional de 1926, dando competência privativa e expressa à União para legislar sobre o trabalho; o Brasil já filiado à OIT (Organização Internacional do Trabalho) desde sua fundação; a Comissão de Legislação Social, na Câmara, desde 1918. Grande era o número de entidades sindicais, com as mais variadas e às vezes pitorescas denominações. O movimento social, mormente a partir de 1917, era intenso e atuante, com greves, violências, reivindicações, expulsão de líderes estrangeiros e prisões de toda ordem. Funcionavam ou haviam funcionado os Partidos Comunista e Socialista, com publicações próprias e representantes no Congresso. Da agitação participavam intelectuais, jornalistas, escritores e professores, com decididas tomadas de posição, revolucionárias ou reacionárias, mas tudo significando vida e presença. Não foi um país morto e parado

que o movimento de 1930 surpreendeu, muito pelo contrário”. (Sindicato e sindicalismo no Brasil desde 1930. In *As tendências atuais do direito público*. Rio de Janeiro, Forense, 1976, pp. 191-192).

Vargas criaria o Ministério que estamos considerando justamente para promover, no que respeita ao trabalho, a exemplo do que fazia na educação e em matéria de política econômica, o entendimento eminentemente técnico do tema. Pode-se dizer que, numa certa medida, a intenção era análoga no que concerne à organização sindical, tanto que a legislação pertinente seria encomendada a dois conhecidos lutadores em prol do reconhecimento da magnitude da questão social: Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta.

Porquanto aqui o comtismo deixaria indicações expressas, a famosa “incorporação do proletariado à sociedade moderna” que iria cunhar o encaminhamento desse problema num sentido eminentemente paternalista. Evaristo de Moraes Filho observa que, na antes mencionada exposição de motivos do decreto que disciplina a organização sindical, da lavra de Lindolfo Collor, não falta sequer uma citação de Comte: “Guiados por essa doutrina, nós saímos fatalmente do empirismo individualista, desordenado e estéril, que começou a bater em retirada há quase meio século, para ingressarmos no mundo da cooperação social, em que as classes interdependem umas das outras e em que a ideia de progresso está subordinada à noção fundamental da ordem”.

Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta nutriam-se de outras inspirações, como assinala Evaristo de Moraes Filho: “Socialistas ambos, democratas, por uma sociedade aberta e pluralista, levaram para a norma jurídica a experiência acumulada ao longo dos anos. Pensavam que havia chegado o momento da vitória final, fazendo do Estado o aval e a garantia das reivindicações dos trabalhadores. De um sindicalismo de oposição, procuraram instituir um sindicalismo de controle, integrando o sindicato ao Estado, não vendo neles rivais de soberania, mas, antes, aliados no encaminhamento da longa e ampla reforma social que se iniciava” (Texto citado, obra citada, p. 195). Constituindo pessoas jurídicas de direito público, revestiram-se da condição de “delegado do Estado, incumbido de funções especiais do Estado e, em consequência, condicionado, controlado, fiscalizado e mesmo orientado pelo Estado”.

De posse do controle dos sindicatos, o Estado acabaria reduzindo a questão salarial a uma fórmula, para ser discutida e negociada em termos eminentemente técnicos. Os demais reclamos da questão social seriam paulatinamente enquadrados no mesmo espírito, sob o manto protetor da Justiça do Trabalho. A solução ensejada por Getúlio Vargas, na prática, conseguiu se perpetuar. Daí esta apreciação conclusiva de Evaristo de Moraes Filho:

“As tendências atuais manifestam-se no mesmo sentido. O sindicato mantém-se associado do Estado, delegado de algumas de suas funções, seu órgão técnico e consultivo, jurando e cumprindo fidelidade ao regime. Participando, não como órgão de luta e de oposição, nos organismos técnicos, administrativos e judiciais do Estado, vive da contribuição compulsória cobrada pelo Estado a todos os integrantes da categoria, exercentes de qualquer atividade privada remunerada. O índice de sindicalização é diminuto, decidindo-se matérias da maior relevância, tais como convenção ou dissídio coletivo, com o número mínimo exigido por lei, e, ainda assim, em segunda ou posteriores convocações. Nunca tivemos, nem temos a tão apregoada sindicalização em massa. O peleguismo continua, mas não raro com antigas e tradicionais figuras dos quadros sindicais brasileiros”.

Essa opinião do eminente mestre, emitida em 1976, poderia ser repetida até 2017, quando se logrou aprovar no Congresso uma nova lei promovendo a efetiva modernização das relações no âmbito do trabalho. As dificuldades surgidas para a sua implementação evidenciam como se tornou uma tradição arraigada, depois de cerca de 90 anos de existência.

No que se refere a Lindolfo Collor, parecia entender que, em matéria de organização política, o País não podia prescindir do Parlamento e de outras instituições suprimidas pelo sistema castilhistas implantado no Rio Grande do Sul. Ao tempo em que dirigiu *A Federação*, limitava-se a cultivar a herança teórica de Castilhos, sem se envolver diretamente na manutenção das estruturas da república positivista ali vigente.

Em 1932, quando a liderança de Vargas no cenário político apenas se iniciava, radicalizava-se a diferenciação entre as forças que desejavam fosse saneado o espúrio processo eleitoral vigente na República Velha, a partir do que se convocassem eleições gerais no País e os “tenentes” que preconizavam abertamente governo ditatorial.

Sentindo que a balança se inclinava para essa facção, os partidários da reconstitucionalização se demitiram do governo. Lindolfo Collor os acompanha. Amadurece nesse grupo a disposição de recorrer às armas. Atuantes em São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, marcharam para a chamada Revolução Constitucionalista naquele mesmo ano de 1932. Deflagrada a 9 de julho, somente em São Paulo se revestiu de maior expressão. Logo seriam esmagados. Os paulistas se renderam a 2 de outubro daquele ano.

Começou para Lindolfo Collor um período de sucessivos exílios, o primeiro dos quais ainda em 1932. Regressou ao Brasil após a promulgação da Constituição de 1934, a que se seguiu decretação de anistia. No Rio Grande se formou um governo de coalizão do qual participou. Essa unidade seria, entretanto, quebrada no curso da campanha eleitoral de 1937. Com o golpe de novembro deste ano e a instauração do Estado Novo, acabou sendo novamente preso e exilado. Vargas concordou com seu retorno em fins de 1941, com o compromisso de não se envolver em política. Como tal não se deu, voltou à prisão. Tinha na época saúde precária, o que o teria impedido de se exilar mais uma vez. Veio a falecer em setembro de 1942.

Em que pese os atritos com a liderança de Vargas, Collor procurou manter-se fiel ao castilhismo, deixando clara essa opção em livro publicado em 1936, *Discursos e Manifestos*. No período da campanha eleitoral do ano seguinte, fundou o Partido Republicano Castilhistas, sob a alegação de que se tratava de “modernizar o programa republicano”. Assim, embora nutrisse divergências com Vargas, seria o artífice de uma das reformas duradouras, que sobreviveria à Revolução de 1930: a trabalhista. Nos grandes períodos históricos subsequentes ao Estado Novo (interregno democrático de 1945 a 1964; governos militares de 1964 a 1985 e o atual pós-abertura), os sindicatos permaneceram tutelados pelo Estado, sustentados por impostos.

No que respeita à oportunidade desprezada de seguir-se outro caminho na institucionalização do movimento sindical, esse tema seria retomado por Arsênio Eduardo Corrêa no livro *Primórdios da Questão Social no Brasil* (Campinas, Cedet, 2016), onde identifica as fontes teóricas de sua inspiração, recomendando-se aos que se interessem por seu aprofundamento.

## CAPÍTULO 17

### Francisco Campos e o molde para a universidade brasileira<sup>17</sup>

Francisco Campos costuma ser arrolado na vertente autoritária denominada de corporativista, que figurava entre as forças que chegaram ao poder após 1930 e durante o Estado Novo. A hegemonia achava-se com os castilhistas, Getúlio Vargas à frente. Contudo, deu uma feição à universidade que se transformaria numa tradição arraigada e aparentemente inamovível.

Em 1914, aos 23 anos de idade, concluiu o curso da recém-fundada Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, tendo seguido a carreira do magistério nesse instituto. Logo adiante, tornou-se deputado estadual, elegendo-se em seguida (1921) para a Câmara Federal. Reelegendo-se para as legislaturas subsequentes, nessa década notabilizou-se como paladino da ordem. Condenava com veemência as rebeliões militares ocorridas na época, temendo que se transformassem numa “revolução social anárquica”. Duvidava da capacidade das instituições democrático-liberais de obstar tal encaminhamento. Nutria abertamente simpatias pelo fascismo. Autor da Constituição de 1937, nela inseriu a estruturação corporativa da economia, que Getúlio Vargas não se dispôs a adotar. No Estado Novo foi ministro da Justiça.

Vargas soube aproveitar a chamada Intentona Comunista (1935) para suprimir o que restava de liberdade e obstar o processo eleitoral em curso no ano de 1937, a fim de permitir a efetivação do golpe militar que levou à sua ditadura pessoal.

No interregno democrático de 1945 a 1964, Francisco Campos foi uma espécie de “autoritário de plantão” e, ao fim desse ciclo, foi convocado pelos militares para dar feição às alterações do regime. Foi o artífice dos Atos Institucionais destinados a introduzir mudanças de ordem constitucional sem a anuência do Parlamento. A marca deixada na feição assumida pela universidade brasileira seria, contudo, a criação duradoura devida a Francisco Campos, o que se explica pelo que adiante se indica.

Na parte final da década de 1920, integrou o governo de Minas, alcançando grande notoriedade pela reforma de ensino, de cuja efetivação seria incumbido. Embora haja atuado em todos os níveis de ensino, produziu maior impacto a reforma dos cursos primário e secundário. Concentrou-se na revisão curricular e na formação de docentes. Com a colaboração de professores estrangeiros, criou a Escola de Aperfeiçoamento àquele fim destinado. Triplicou o número de escolas primárias e fundou 19 Escolas Normais, remodelando as existentes.

A influência positivista impediu, ao longo da República Velha, que se cedesse à organização da universidade. A primeira vez em que seria aquela influência enfrentada, com êxito, seria na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde se havia instaurado autêntico culto de Augusto Comte. Esse confronto se deu no terreno onde o positivismo parecia mais forte, o da ciência.

Amoroso Costa (1885-1928), professor daquela Escola, iria demonstrar que a matemática vinha se desenvolvendo justamente naquelas esferas vetadas por Comte, a exemplo da probabilidade. Comte partira de uma avaliação equivocada ao supor que a ciência se achava completa e conclusa. O desmentido mais flagrante desse prognóstico, na época, seria o estabelecimento de limites à aplicabilidade da física de Newton, decorrente do surgimento da teoria da relatividade de Einstein.

Desdobramento da atuação de Amoroso Costa seria a organização da Academia Brasileira de Ciências, com a franca oposição dos positivistas. Ainda nos anos 1920, a Academia promoveria a vinda de Albert Einstein ao Rio de Janeiro. Os professores positivistas da Politécnica, porém, se recusavam a reconhecer o caráter científico de sua obra. Decorrência da iniciativa precedente seria a organização da Academia Brasileira de Educação (ABE), que promoveu notável movimentação, notadamente em prol da universidade. Na campanha desenvolvida contra essa instituição, os positivistas começavam por condenar o seu mérito – a liberdade de cátedra –, preconizando magistério de natureza dogmática, em que se transformara o comtismo. Alegavam que serviria apenas para disseminar a “pedantocracia” e terminavam perguntando: “Universidade para quê?”. Caberia a Amoroso Costa dar-lhes uma resposta contundente: para fazer ciência, com o

<sup>17</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 15/3/2018.

que situava a questão diretamente em confronto com a crença positivista. Ao contrário desta, a ciência se revelava um corpo vivo em franco desenvolvimento. Pelo reconhecimento que alcançara nos círculos matemáticos europeus, a própria obra de Amoroso Costa correspondia a uma demonstração de que nós, brasileiros, poderíamos (e deveríamos) participar daquele desenvolvimento.

Concretamente, a proposição do renomado pensador consistia em que a universidade deveria se estruturar em torno do que denominou de Faculdade Superior de Ciências.

No amplo debate que a ABE promoveu a respeito da questão, envolvendo intelectuais de todas as tendências, educadores e políticos, concluiu-se que, a par da pesquisa científica, a universidade precisaria se ocupar de difundir a cultura geral. A instituição aglutinadora seria a Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

Estávamos no final da década. A situação política do País iria se alterar substancialmente com a Revolução de 1930, iniciada em outubro. Antes de terminar o ano, chegava ao fim a República Velha. O governo então constituído foi batizado de “provisório”. Sua chefia seria entregue ao então governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, que iria lograr a proeza de transformar essa indicação numa permanência de quinze anos.

Francisco Campos se tornaria figura destacada do novo regime. Começaria essa longa jornada ocupando a pasta da Educação. Nessa condição, coube-lhe patrocinar a reforma dispendo que o ensino superior deveria obedecer, de preferência, ao sistema universitário. Contudo, concebeu de tal maneira o novo instituto, ao qual se atribuía a função de aglutinar a universidade, que acabou não tendo qualquer consequência prática no sentido de alterar o quadro tradicional.

Na reforma Francisco Campos, a questão adquire conotação eminentemente política. Imbuído que estava da convicção de que o ensino secundário deixasse de constituir simples passagem para o ensino superior, pois poderia preparar o homem brasileiro para enfrentar a época de mudanças bruscas em que ingressara a humanidade, passou a atribuir situação privilegiada a esse ciclo educacional. Assim, acabou colocando a Faculdade de Educação, Ciências e Letras - como então se denominava - a serviço de semelhante projeto. O ministro reconhece que

esse novo instituto, ao permitir que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional, confere à universidade o seu caráter próprio. Ainda assim, no livro em que reúne os estudos e pronunciamentos que dedicou à matéria, que intitularia *Educação e Cultura*, formula esta ponderação:

“Cumprida, porém, não esquecer, na primeira tentativa que se faz de instalar no Brasil um Instituto de Alta Cultura, que nos povos em formação, como o nosso, a cultura não pode ser organizada de uma vez, integralmente e de maneira exclusiva. Para que instituto dessa ordem vingue entre nós, torna-se indispensável que resultem da sua instituição benefícios imediatos, devendo a sua inserção no meio nacional fazer-se exatamente nos pontos fracos ou nas lacunas de nossa cultura, de maneira que o seu crescimento seja progressivo e em continuidade com as nossas exigências mais próximas e mais imperativas. Essas considerações determinaram o caráter especial e misto de nossa Faculdade de Educação, Ciências e Letras, dando-lhe ao mesmo tempo funções de cultura e papel eminentemente utilitário e prático.” (Obra citada; 2ª edição, José Olympio, 1941, p. 67).

Acrescenta logo adiante que deve ser “antes de tudo e eminentemente um Instituto de Educação”. Assim, embora a nova instituição passasse a denominar-se Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, não teve o condão de alterar o quadro: a universidade brasileira se consolidou como uma federação de escolas profissionais.

Francisco Campos faleceu em novembro de 1968, aos 77 anos de idade. Deixou obra teórica de grande densidade. Francisco Martins de Souza reuniu o essencial de sua meditação doutrinária na antologia *O Estado nacional e outros ensaios* (Brasília, Câmara dos Deputados, 1983).

## CAPÍTULO 18

### Góis Monteiro e a doutrina da ingerência militar na política

Pedro Aurélio de Góis Monteiro cursou a escola militar que funcionava em Porto Alegre com a denominação de Escola de Guerra. Concluiu-a em 1910, quando recebeu a patente de aspirante (a oficial). Passou a servir no próprio Rio Grande do Sul, onde permaneceu até 1916, formando seu espírito na República Positivista que os castilhistas haviam implantado naquele Estado. Reconhecidamente se tornou tanto castilhista como gaúcho, no linguajar e nos hábitos. A mulher que desposou pertencia a tradicional família da terra e os filhos ali nasceram.

Tudo isto iria se traduzir no rumo que conseguiu imprimir ao Exército. Sobrevivera o grupo formado a partir do ideário de Benjamin Constant, que lhe atribuía contribuir para o progresso do País. Aos poucos, contudo, essa pretensão acabou centrada no empenho de modernizar a própria instituição, talvez como decorrência do despreparo que demonstrou na Guerra de Canudos. A ingerência direta na política parecia arquivada. A partir da década de 1920, essa situação se alterou graças às revoltas promovidas pelos oficiais de baixa patente (os chamados “tenentes”). Caberia a Góis Monteiro dotar a instituição de um projeto que se mostraria exequível durante largo período de nossa história. Os acontecimentos adiante descritos iriam prepará-lo para o desfecho.

Foi transferido para o Rio de Janeiro a fim de frequentar os cursos da Missão Militar Francesa, presente no País como desdobramento do projeto de modernização do Exército. Ficaria conhecido, na década de 1920, como “oficial legalista”, por ter combatido os diversos movimentos insurrecionais então ocorridos. Não obstante, aceitou assumir a chefia militar da Revolução de 1930. O posto havia sido oferecido a Luiz Carlos Prestes. Tendo se tornado comunista, acabou incompatibilizando-se com os articuladores.

O desempenho de Góis Monteiro no comando da tropa rebelada no Sul credenciou-o a voos mais altos na nova situação. A par dos seus inegáveis mé-

ritos pessoais, seria beneficiado pela progressiva conquista da hegemonia do movimento pelos castilhistas, aos quais estava muito ligado, inclusive a Vargas, pessoalmente. Em março de 1931 foi promovido a coronel e, dois meses depois, a general de brigada e comandante da Região Militar de São Paulo. Coube-lhe a missão de combater e derrotar a Revolução Constitucionalista de 1932.

Embora entendesse ser imprescindível a ingerência militar na política, buscou fazê-lo institucionalmente. Foi um dos organizadores do Movimento Três de Outubro, que viria a ser uma espécie de partido político dos tenentes. Achava que, por esse meio, preservaria a unidade do Exército, evitando que os oficiais se filiassem abertamente a partidos, e, mesmo quando a unidade se viu quebrada, tanto nos movimentos que reprimiu nos anos 1920 como na cisão ocorrida em 1930 e 1932, tratou de evitar punição aos derrotados e prejudicá-los na sua carreira militar. Abriu uma exceção a esse procedimento no caso da Intentona Comunista de 1935. Recusava peremptoriamente a sua proposta. Como bom castilhista, ainda que não valorizasse o arranjo institucional democrático-representativo, era basicamente conservador em matéria política.

A rigor, coube a Góis Monteiro afeiçãoar o Exército ao intervencionismo militar que vigorou dos anos 1930 a 1964. Teve a possibilidade de fazê-lo porquanto seria ministro da Guerra nos anos de 1934 e 1935, e chefe do Estado Maior do Exército de 1937 a 1943. Voltaria à chefia do Ministério em agosto de 1945, quando já se encontravam delineados os passos para a substituição de Vargas, por eleições, consagrando-se o fim do Estado Novo. Em outubro, Vargas tentou alterar as regras do jogo, dando ao Congresso, eleito juntamente com o presidente, a atribuição de escolher os governadores estaduais e suas respectivas Assembleias Legislativas. O Exército obrigou o governante a revogar a providência.

A 29 de outubro, Vargas tentou uma outra manobra, nomeando para a chefia de Polícia do Rio de Janeiro seu irmão, Benjamin Vargas. Sob a liderança do ministro, os generais entenderam que Vargas não podia continuar à frente do processo e o depuseram. O governo foi entregue ao presidente do Supremo Tribunal, a quem coube presidir as eleições.

<sup>18</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 23/3/2018.

Vê-se, pois, que, a partir de determinado momento, as Forças Armadas passaram a tutelar o Estado Novo. Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, concorreram dois chefes militares, o ex-ministro da Guerra, general Eurico Dutra, e o chefe da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes. Na década de 1950, tornou-se rotina essa intervenção das Forças Armadas. Consagrou-se a doutrina implantada por Góis Monteiro. Ele faleceu em outubro de 1956.

No primeiro decênio do interregno democrático, continuou como uma grande presença no processo político. Valendo-se da prerrogativa que a legislação da época facultava, licenciou-se do Exército para disputar uma cadeira de senador por seu estado natal, Alagoas, elegendo-se para a Legislatura 1947-1951. De volta ao Exército, mais uma vez foi Chefe do Estado Maior (1951-1952) e, em seguida, ministro do Superior Tribunal Militar, até o falecimento.

Nova doutrina da ingerência militar na política, Góis Monteiro publicou, em 1934, livro intitulado *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*. O desafio que tinha pela frente dizia respeito a evitar a partidarização das Forças Armadas, ameaça real dada à ascensão dos movimentos integralista e comunista. Vejamos, por suas linhas gerais, em que consiste.

Numa certa medida, o papel que preconiza para as Forças Armadas está associado ao seu desapareço pelo governo representativo. Contudo, prolongando-se a prática que iniciou, ainda no Estado Novo, até o chamado “interregno democrático” (1945-1964), sobreviveu em regime constitucional. Indique-se sucintamente como expressa a mencionada indisposição.

“A eleição direta no Brasil é uma burla e uma imoralidade”. Entende tratar-se “de processo ilógico de escolha, senão quando se trata de interesses também diretos e celulares”. “Fora daí - prossegue - no que concerne aos interesses mais completos, só a eleição em graus sucessivos constituirá uma forma de democracia organizada”.

Outro grave defeito da República brasileira se encontraria na federação. Ao contrário dos Estados Unidos, aqui esse sistema “sobrepôs os interesses regionais aos interesses nacionais”. Conclui: “foi a prática defeituosa de um regime inadequado que impediu a formação de uma ideologia nacional (...) e não permitiu a organização da opinião pública correspondente ao todo, isto é, à União, mas

sim às partes constitutivas. O Brasil tornou-se, como já se disse, um corpo sem alma e por isto caiu como cai um corpo morto”.

E a Revolução de 1930?

Afirma não ter produzido “a maioria dos efeitos esperados”. Deixou de concluir a obra de destruição “que seria mais fácil no período ditatorial”. “Será muito mais aleatória no período constitucional, sobretudo com a democracia liberal e os excessos de individualismo”. Vê-se, pois, que não apostava grande coisa na fase que se avizinhava (não perder de vista que estávamos em 1934). Parece-lhe mais grave que não tenha alcançado a organização do que chama de “forças nacionais” e, presumivelmente, identifica com o que entendia por opinião pública. Tem presente que nos países de democracia consolidada essas forças se expressam por meio dos partidos políticos, mas descarta desde logo essa alternativa, na convicção de que atendem a interesses “particulares”.

Valoriza a tentativa de organização dos tenentistas em órgãos suprapartidários, mencionando o Clube 3 de Outubro, contudo tem dúvidas quanto ao seu destino, cessado o caráter revolucionário do regime. O principal mérito que atribui a esse tipo de organização reside em que evita a participação direta, em agremiações partidárias, de membros das Forças Armadas. Insiste em que a missão que lhes cumpre realizar é de todo incompatível com qualquer espécie de “partidarização”. Chega a associar esse desfecho ao que chama de “militarismo” e insiste em que seria contra as mais profundas características de nosso povo.

A conclusão é a seguinte: “Não havendo a opinião pública se organizado em forças nacionais, restam as forças particularistas que não podem mais dispor e concentrar em suas mãos os interesses da nacionalidade. Ficam o Exército e a Marinha como instituições nacionais e únicas forças com esse caráter e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade”.

Afirma taxativamente que as Forças Armadas são a espinha dorsal do Estado e, prossegue: “As forças militares nacionais têm que ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força se pode construir, visto que com a fraqueza só se constroem lágrimas”.

Estava aí esboçada a doutrina segundo a qual incumbe às Forças Armadas tutelar o Estado. Guindado à condição de chefe do Exército, Góis Monteiro tratou de aprimorar essa prática que culminaria com a deposição de Vargas, em fins de 1945. A sofisticação que essa doutrina experimentaria, no pós-Estado Novo e até março de 1964, seria a associação dessa função tutelar à ideia do Poder Moderador. Deve-se creditar a Borges de Medeiros ter aventado a hipótese de que o regime republicano comportaria a existência desse quarto poder. Na verdade, esta seria uma concessão tardia do velho caudilho castilhistas, depois de ter passado toda a República Velha a depreciar a experiência imperial.

O certo é que no pós-Estado Novo a elite política nacional aceitou tacitamente a tutela das Forças Armadas. Basta ver a insistência em promover candidaturas militares à Presidência da República. A opção por denominá-la de função moderadora seria, na verdade, uma forma de dourar a pílula. Somente no ciclo histórico posterior aos governos militares é que essa doutrina viria a ser contestada.

Coube ao primeiro governo militar (1964-1967), exercido pelo general Castelo Branco, a missão de inviabilizar, na prática, a ingerência militar na política, consagrada com a República. Trata-se da limitação da permanência no generalato a doze anos. A par disto, o afastamento das Forças Armadas para concorrer ou exercer cargos políticos, alheios à corporação, torna-se definitiva. No passado, tivemos oficiais gerais que, depois de se terem consagrado na política, voltaram à tropa sem quaisquer percalços. O próprio Góis Monteiro é exemplo disto.

No seio do oficialato parece aceita a tese de Samuel Huntington (1927-2008) segundo a qual a ingerência militar na política traduziria baixos níveis de profissionalização (*The Soldier and the State*, 1957). Expressa claramente essa compreensão a obra do brigadeiro Murilo Santos, intitulada *O Caminho da Profissionalização das Forças Armadas* (Editora do Instituto Histórico da Aeronáutica, 1987).

## CAPÍTULO 19

### Salles Oliveira e a tradição do estado democrático de direito<sup>19</sup>

Armando de Salles Oliveira nasceu na capital paulista a 24 de dezembro de 1887. Formou-se em engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo, tornando-se empresário bem-sucedido. Tendo se casado com uma filha de Júlio Cesar de Mesquita, diretor-proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, com a morte deste, em 1927, passou a ocupar a presidência da sociedade anônima que detinha a posse do jornal. Teve uma atuação política destacada durante um período relativamente curto, a rigor inserido num único decênio, a década de 1930. Coube-lhe, entretanto um papel decisivo no que respeita à sorte do ideário liberal em nossa terra, juntamente com Júlio de Mesquita Filho, que passou a dirigir o jornal com a morte do pai. Em que pese haja sido derrotado o movimento que liderava e encarnava, sua bandeira seria o principal ponto de referência no ciclo que se seguiu após a derrocada do Estado Novo e que passaria à história com a denominação de “interregno democrático 1945-1964”.

O desfecho representado pelo golpe de 10 de novembro de 1937 e a subsequente ditadura de Getúlio Vargas obscurecem o fato de que a corrente liberal se encontrava numa fase ascendente na década de 1920 de que é evidência clara – além dos diversos fatos apontados na biografia de Rui Barbosa –, a simples denominação de Aliança Liberal dada ao movimento que levou à derrubada da República Velha.

Outro feito notável corresponde à criação do Partido Democrático, em São Paulo, no ano de 1926, que marca o fim do sistema de partido único. Aqui se inicia uma quadra trágica da história do País e também a ação de Armando de Salles Oliveira. Se bem que a disputa pelo poder se travasse entre correntes autoritárias, a bandeira da Revolução de 1930 fora composta pelo ideário liberal e, após a sua efetivação, o que sobressai é o clamor em prol da reconstitucionalização do País. Como é sabido, em que pese a derrota da Revolução Constitucionalista,

<sup>19</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 13/4/2018.

Vargas foi obrigado a convocar Assembleia Constituinte, que levaria à elaboração da Carta de 1934. Na fase que se inicia é que iria salientar a liderança de Armando de Salles Oliveira.

Conforme indicado, até a época da Revolução de 1930, quando completara 43 anos de idade, era um homem vinculado à área empresarial. Mesmo no período que lhe seguiu de imediato, suas preocupações se dirigiam sobretudo naquela direção. Assim, ainda em julho de 1931, vamos encontrá-lo cuidando da organização do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), que desempenharia, em relação ao setor privado, o mesmo papel que a Fundação Getúlio Vargas exerceu no setor público em matéria de modernização administrativa. A gravidade do quadro político é que acabaria afastando-o de tais afazeres. Já em 1932 participou ativamente nas articulações que iriam desembocar na Revolução Constitucionalista. Depois desse movimento, seria um dos responsáveis pela vitória no pleito eleitoral de maio de 1933, convocado para escolha da representação à Assembleia Constituinte. Após as eleições, reaviva-se o movimento em prol de um interventor civil e paulista. A coligação constituída pelo PRP e pelo Partido Democrático indica-o para a interventoria, indicação que é aceita por Vargas. Seria, pois, à frente do Governo de São Paulo que Armando de Salles Oliveira iria enfrentar com êxito as ilusões separatistas.

Eis como o próprio Armando de Salles Oliveira se refere a esse aspecto de sua atuação política. “A primeira campanha, encetada em um ambiente saturado de decepções e de sofrimentos visou reconquistar para a ideia nacional uma fração considerável do povo paulista, a qual persistia em não se aproximar dos homens que estavam no poder, responsabilizados pelas provações que lhe tinham sido infligidas. Era uma campanha feita de compreensão e sinceridade. Tendo no próprio peito, ainda não fechadas, as feridas que se abriram em todos os paulistas, eu compreendia a extensão do mal e as dificuldades da conciliação. Ao lado das feridas, porém, permaneciam intactas as fibras mais íntimas, as que formam a essência do meu ser. Essas repeliam a ideia de trocar um horizonte de imensas perspectivas por um horizonte limitado; as pompas do presente poderiam dar a ilusão de grandeza, mas se desvaneceriam quando,

comparando-se com os grandes países, pesássemos o que poderíamos valer como nação” (*Jornada Democrática*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1937, p. I e II).

A política de conciliação nacional encetada por Armando de Salles Oliveira correspondia ao novo quadro configurado no País, com a reconquista da prerrogativa dos paulistas de participar da constituição de seu governo, aberta a perspectiva de o mesmo ocorrer em relação ao governo federal. Mereceu ampla aprovação nas eleições de 14 de outubro de 1934, quando foram eleitos deputados federais e estaduais, os primeiros para a legislatura ordinária após promulgada a Carta Magna e os últimos para elaborar a Constituição Estadual. Enfrentaram-se o Partido Constitucionalista, organizado em 1934 para realizar, expressamente, “uma síntese das aspirações defendidas pelas revoluções de 1930 e 1932” e o antigo Partido Republicano Paulista (PRP). A expressiva vitória do Partido Constitucionalista permitiu que a Assembleia Estadual elege-se o próprio Salles Oliveira para o governo constitucional do Estado. Tal se deu em abril de 1935.

Recomposta a situação de São Paulo na Federação, passava a primeiro plano a reorganização das correntes liberais no País. O quadro vigente em nada favorecia semelhante propósito. Na Europa, o nacional-socialismo se tornara uma força polarizadora de grande vitalidade. A alternativa mais visível, o socialismo internacionalista, só na aparência lhe era oposta porquanto também correspondia a uma facção totalitária. Os Estados Unidos andavam ainda às voltas com as feridas da crise de 1929. No Brasil, pululavam as facções autoritárias, a começar dos castilhistas no poder.

Sabemos que o grupo paulista liderado por Armando de Salles Oliveira não conseguiu impor as eleições presidenciais de 3 de janeiro de 1938. O golpe de 10 de novembro de 1937 levou os liberais à prisão e ao exílio. Contudo, é fora de dúvida que conseguiram compor em harmonia um programa liberal que marca um ponto alto na história dessa corrente no Brasil. Esse programa encontra-se nos vários discursos da campanha presidencial de Salles Oliveira, tornados acessíveis graças à compilação efetivada por Arsênio Corrêa, que se publicou sob o patrocínio do Instituto Tancredo Neves. De suas ideias centrais, cumpre assinalar o que se segue.

A primeira novidade a destacar consiste no papel que ele atribui ao partido político, o que, na época, ainda não era de reconhecimento universal. Estava atento à magnitude do seu papel e acreditava mesmo que “a decadência da política paulista, nas duas últimas décadas (...) vinha do fato de se ter anulado, diante dos chefes do Executivo, o próprio partido que os elegia”. A seu ver, “viveremos em regime democrático se soubermos resguardar a estabilidade e a autoridade do Executivo e fortalecer-lhe os meios de defender a nação, e se soubermos dar vida ao Parlamento, enviando-lhe representantes de partidos políticos que, firmando-se em largos programas de futuro, não percam de vista as realidades e os fatos, e se disponham a agir” (*Jornada Democrática*, p. 32.)

O bem maior a que a Nação pode aspirar corresponde à manutenção das liberdades democráticas, cujos inimigos encontram-se não apenas entre os comunistas, como então se alardeava preferentemente, mas igualmente nos arraiais autoritários. Dizia-se, então, que o livre exercício da política impedia que o País se ocupasse dos seus problemas fundamentais. Ao que replica: “Se no campo nacional há necessidade de tréguas para a solução de alguns problemas, promovam-se as tréguas, sem que isto implique a abdicação ou o desaparecimento dos partidos”.

O discurso de Juiz de Fora (14 de agosto de 1937) permanece como um roteiro seguro para o posicionamento liberal em face da denominada questão social. Enfatiza ali que a pobreza é “um tema de estudos, de investigações e meditação, um criador de atividades, um excitador de obras coletivas, uma inspiração permanente de assistência e de previdência sociais e nunca um motivo de exaltações convulsivas ou delouvaminhas langorosas”. Até hoje, entretanto, atende apenas à retórica da burocracia, servindo de pretexto para novos e subsequentes assaltos ao contribuinte. O liberalismo, adverte, reconhece os exageros do individualismo, mas nem por isto se pode retroagir à situação anterior, quando o indivíduo se encontrava indefeso diante do Estado. Reafirma, portanto, que “o interesse individual não pode ser desconhecido pela proteção coletiva”. Noutra oportunidade, falando às classes conservadoras de São Paulo, não vê razão para “considerar a riqueza honestamente adquirida como coisa infamante, segundo as ideias da Idade Média”.

A pregação de Armando de Salles Oliveira é nitidamente no sentido de um Estado que marque a sua presença nos grandes temas da vida econômica e social sem embargo da confiança que sempre manifestou na iniciativa privada e na capacidade de discernimento dos vários segmentos da sociedade. Diríamos hoje que se inclinaria pela modernização do Estado, preparando-o para abandonar o “laissez faire”, mas sem admitir intervencionismo que eliminasse a empresa privada e consagrasse os monopólios estatais, a exemplo da política que veio a se consolidar no Brasil.

Muitas das criações de Armando de Salles Oliveira à frente do governo paulista, notadamente no terreno educacional, passaram a constituir marcos históricos, oportunamente preservados. Coube-lhe o mérito de implantar a Universidade de São Paulo (USP). Entre outros empreendimentos bem-sucedidos, não se pode deixar de mencionar o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), que consiste em um modelo de elevação do nível tecnológico de empresas pequenas e médias.

Para apoiar a sua candidatura à presidência da República constituiu-se, em junho de 1937, a União Democrática Brasileira, embrião da futura União Democrática Nacional (UDN), composta para congregar os liberais após a queda do Estado Novo. Salles Oliveira chegou a tomar parte na primeira reunião do Diretório Nacional da UDN, realizada em 21 de abril de 1945. Tendo regressado pouco antes do exílio que lhe fora imposto pelo Estado Novo, já então se encontrava bastante enfermo, vindo a falecer logo depois, a 17 de maio.

## CAPÍTULO 20

### Getúlio Vargas e a modernização do País<sup>20</sup>

Getúlio Vargas se tornou uma figura central na História do Brasil contemporâneo pela maneira como emergiu no plano nacional: liderou o movimento revolucionário de 1930 e se manteve chefe do governo provisório até 1934 e, daí, eleito presidente pela Assembleia Nacional Constituinte; governou até 1937, quando estabeleceu a ditadura do Estado Novo, que o manteve no poder até 1945. Eleito pelo voto popular em pleito livre, governou de 1951 a 1954, quando abandonou tudo de forma dramática, suicidando-se. Legou ao País um projeto de Revolução Industrial que seria implementado pelos governos militares.

Vargas nasceu em São Borja, no Rio Grande do Sul. Formou-se em Direito em 1907 e logo aderiu à república positivista instaurada naquele Estado. Logrou projetar-se nacionalmente, de início, ao exercer mandato de deputado federal entre 1923 e 1926. Foi, então, líder da bancada gaúcha. Tornou-se ministro da Fazenda do governo Washington Luís em 1926 e, em 1928, em decorrência da reforma constitucional, que pôs fim às sucessivas reeleições de Borges de Medeiros, elegeu-se para o substituir como governador do Rio Grande do Sul. Essa circunstância o credenciaria a ser apontado como candidato à presidência da República em 1929, cujo desfecho seria a Revolução de 1930.

Nos anos 1930 Vargas foi chefe do governo provisório, presidente constitucional eleito indiretamente pela Câmara formada após concluída a elaboração da Carta de 1934 e titular da ditadura do Estado Novo. Tendo vencido o pleito eleitoral em 1951, acabaria envolto numa crise monumental. Seu suicídio ocorre em agosto de 1954, em pleno exercício do mandato.

Sua obra mais destacada seria a constituição de Estado Nacional Unitário e a plena configuração do projeto de Revolução Industrial, aglutinador de sucessivas gerações, a ponto de os governos militares acabarem por dar-lhe cumprimento. Tratou-se de um processo de industrialização sob a égide do Estado, o que, ao

invés de proporcionar a distribuição de renda a que deu surgimento a empresa privada capitalista, agravou as desigualdades que até hoje marcam o País.

Por tudo isso, cabe destacar a Era Vargas associando-a à concepção de Revolução Industrial de que iria resultar o agigantamento do Estado, fortalecendo a tradição patrimonialista. A adoção pela Carta de 1891 do modelo federalista de República levou, entre outras coisas, à interrupção do processo iniciado no Segundo Reinado de assegurar a unidade nacional pela centralização, posteriormente avaliada como tendo sido excessiva. Contudo, a descentralização, necessária e imprescindível, teria que ser conduzida sem colocar em risco a conquista maior representada pela unidade do País, coisa que a implementação resultante da Carta de 1891 estava longe de assegurar. Sob o Estado Novo, Vargas não só se contrapôs a esse modelo como conseguiu suplantá-lo e constituir o Estado nacional unitário. Seu projeto seria claramente afirmado em diversas oportunidades.

Para bem orientar o projeto unificador, procedeu-se ao que se chamou de “racionalização do serviço público federal” mediante a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). A nova entidade estabeleceu sistemas de seleção de pessoal, quadros, carreiras e padronização generalizada. O Estado Novo cuidou ainda da unificação do direito processual, correlacionando-o diretamente à unidade nacional. A reforma atingiu o Judiciário mediante a criação de uma magistratura federal. Por meio dos Códigos de Minas e de Águas esboçou-se uma primeira variante do projeto de desenvolvimento econômico. Ainda assim, este somente assumiria feição acabada nos anos 1950, justamente a partir do novo governo Vargas.

Na fase inicial do pós-guerra, no período do governo Dutra, a ideia de impulsionar a modernização econômica não chegou propriamente a ganhar corpo. É certo que se promoveu a vinda ao Brasil das missões Cooke, Abbink e Kleinsaks e formulou-se, em 1948, o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). Nessa fase, a política de industrialização se achava associada basicamente à política cambial. Contudo, a situação somente se alterou quando a ação estatal de cunho modernizador se deslocou para a esfera do que mais tarde se

<sup>20</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 2/5/2018.

denominou de “planejamento”, entendido não como instância administrativa, mas como um conjunto de técnicas destinadas a assegurar a consecução de determinadas metas.

A configuração da nova esfera é obra da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, que iniciou seus trabalhos em 19 de julho de 1951, em decorrência de acordo firmado com a nação norte-americana em dezembro de 1950. Funcionou ininterruptamente até dezembro de 1953 e contou com a colaboração de cerca de cinquenta técnicos brasileiros seniores, recrutados entre a elite acadêmica e da Administração, bem como de variado grupo de especialistas estrangeiros. A partir de amplo diagnóstico da economia brasileira, recomendou a atuação em setores considerados chave: 1) energia elétrica; 2) transporte ferroviário; 3) transporte sobre água; 4) portos; 5) agricultura; e 6) assistência técnica.

Em termos globais, a Comissão Mista elaborou 41 projetos prioritários, com a seguinte distribuição dos recursos: transportes, 60,6%; energia, 33,1%; indústria, maquinaria agrícola e armazenamento de grãos, 6,3%. Ainda no período de seu funcionamento, promoveu a organização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) com o propósito de financiar o que então se denominou de “plano nacional de reaparelhamento”, assegurando-lhe, desde logo, a disponibilidade de recursos. Graças a isto, a nova instituição, nessa fase inicial, atuou preferentemente na execução do reaparelhamento ferroviário.

Deste modo, coube a Vargas, em seu último governo, dotar o País de um programa de industrialização concebido segundo as mais modernas técnicas, a começar do fato de ter-se estabelecido prioridade no tocante à infraestrutura. A partir daí, o projeto de industrialização se tornou praticamente irreversível, de modo que o movimento de março de 1964 acabaria assumindo essa bandeira. Na prática, no período 1964-1984, os governos militares lograram colocar o País entre as maiores economias do mundo. A singularidade desse processo reside no fato de que promoveu, simultaneamente, a estatização da economia.

Em pesquisa realizada em 1973, Gilberto Paim evidenciou o fenômeno porquanto o Estado detinha 45,8% do patrimônio líquido do mundo empresarial brasileiro. Considerou, nessa análise, o total das empresas não agrícolas (atuando

na indústria e nos serviços). Dado o predomínio das unidades micro e pequenas, o universo abrangia nada menos 5,3 milhões de estabelecimentos (empresas não agrícolas). Eis os resultados registrados por essa pesquisa:

Privado Nacional - 4,3 milhões (81% do total); detinham 39,35 % do patrimônio líquido das empresas;

Público - 45,8% do patrimônio citado, embora correspondessem a apenas 316 empresas (6% do total)

Estrangeiro - 46% do patrimônio em causa (14,4% do total), sendo 618 empresas.

Capital nacional gerido por empresas estrangeiras - 43; 0,5% do total, detendo 14,4% do patrimônio.

No período subsequente, a estatização seguiu seu curso. Em 1983, as empresas estatais empregavam 1.349.840 pessoas.

Não se dispõe de nenhuma avaliação conclusiva acerca dos níveis alcançados pela estatização da economia brasileira. Ainda assim, o prof. Mário Henrique Simonsen calculou a participação do Estado no conjunto dos investimentos ao longo dos anos 1970 e em parte da década seguinte em 64%. Tenha-se presente que este resultado se superpunha à estatização de quase 50% da economia, conforme observado por Gilberto Paim nos começos do decênio de 1970, de sorte que não se deve considerar nenhum exagero a suposição de que os níveis de estatização da economia brasileira tenham chegado a 70%.

## CAPÍTULO 21

### João Goulart, o presidente derrubado por forças militares<sup>21</sup>

João Goulart figura como relevante personagem no processo político brasileiro pós-Estado Novo pela circunstância de haver ressuscitado a crise que resultou no suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. Devido a uma incongruência da legislação eleitoral em vigor, Goulart, candidato a vice-presidente numa chapa contrária à vitoriosa (antigetulista, estruturada pela União Democrática Nacional), diante da renúncia do presidente eleito Jânio Quadros, ascendeu ao poder como forma de evitar que o desdobramento da crise em curso levasse o País à guerra civil. Despreparado para o cumprimento dos grandes desafios que o País tinha pela frente -debelar o processo inflacionário, dar continuidade ao projeto de industrialização em curso, assegurar a pacificação política do País valendo-se da atenuação de seus efeitos alcançada pelo governo anterior, de Juscelino Kubitschek -, gerou uma grande instabilidade, criando ambiente favorável à sua deposição.

Na década de 1950, a classe política resignara-se à aceitação da ingerência militar na política - limitada, entretanto, à simples tutela, expressa sobretudo na época da eleição presidencial. Do movimento, de grandes proporções, em prol da deposição de Goulart iria resultar, porém, que os militares, ao invés de se aterem ao comportamento registrado nos sucessivos golpes que patrocinaram, nos anos 1950, não se circunscrevessem a garantir ou obstar a posse desse ou daquele presidente. Desta vez (março 1964) iriam assumir diretamente o poder, nele permanecendo por longos 20 anos.

Do que precede, verifica-se que a presença de João Goulart no cenário político do País esteve longe de se tornar construtiva. Contudo, sem considerar a sua presença é impossível compreender o ressurgimento (agravado) da divisão do País entre getulistas e antigetulistas, antes caracterizada, e do inusitado desfecho apontado.

Até a deposição de Vargas (novembro 1945), João Goulart, então com pouco menos de 30 anos, não revelara maior interesse pela política. Estancieiro bem-sucedido, revelou-se bom administrador da herança recebida (propriedade de 14 mil hectares, com 30 mil cabeças de gado). Acontece que a fazenda da família Goulart se situava na vizinhança da possuída pela família Vargas, no município de São Borja (Rio Grande do Sul). No exílio voluntário a que se submeteu (apareceu episodicamente na Constituinte, em 1946, eleito que fora senador), Vargas se isolaria na dita propriedade desde 1947. Goulart passa desde então a ser o seu assíduo frequentador e progressivamente incumbido de representar Vargas no plano nacional, em momentos destacados.

No curso da abertura política de 1945, Vargas impulsionara a criação de duas agremiações políticas: o Partido Social Democrático (PSD), integrado por seus auxiliares mais próximos, a exemplo dos interventores nos governos estaduais, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no qual aspirava explorar a condição de “pai dos pobres”, que mandara cultivar durante o Estado Novo. De seu exílio em São Borja, Vargas iria preparar Goulart para assumir a direção do PTB. Começaria como presidente do diretório gaúcho. Nessa condição, coube-lhe lançar a candidatura de Vargas à presidência no pleito de 1950. Emergiria como um dos principais coordenadores de sua campanha eleitoral.

João Goulart seria recebido com desconfiança pela imprensa nacional de modo geral e não apenas da parte daquela que tradicionalmente se opunha a Vargas. Era apontado como simpatizante do peronismo e partidário da transformação do Brasil numa república sindicalista, isto é, numa forma de governo na qual os sindicatos teriam uma projeção equivalente ou superior aos partidos políticos. De sorte que, ao assumir a presidência nacional do PTB, no início de 1952, ao tempo em que tinha mandato de deputado federal, não encontraria qualquer respaldo das lideranças tradicionais e da imprensa na capital federal.

Assim, quando Vargas o nomeou ministro do Trabalho, em junho de 1953, iria desde logo encontrar ambiente hostil nos meios políticos. Entretanto, conseguiria reaproximar o governo do movimento sindical. Ao atrelar os sindicatos ao Estado, Vargas sempre encontrou ali o mais livre trânsito. Contudo, no início

<sup>21</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 16/5/2018.

dos anos 1950, como a inflação já se fazia presente com grande força, deteriorando com rapidez o poder aquisitivo dos salários, começam a estourar greves sucessivas. Na condição de ministro do Trabalho, Goulart se tornou um líder do sindicalismo. Provocou, inclusive, manifestação pública de um grupo de coronéis que estariam entre os promotores do golpe militar de 1964, desta vez para afastá-lo do governo. Incompatibilizou-se com a opinião pública a ponto de Vargas ter que demiti-lo.

Em resumo, desde a época da crise que resultaria no suicídio de Vargas, Goulart passou a ser identificado com aspectos odiosos que não estavam presentes no getulismo tradicional (temido sobretudo por sua vocação ditatorial): alteração na forma de governo para transformar o Brasil numa república sindicalista, corrupção e desinteresse pela modernização do País na linha que o próprio Vargas chegara a institucionalizar, de modo que quando, em agosto de 1961, a Nação se deparou com a renúncia de Jânio Quadros, as Forças Armadas se recusaram a dar posse a Goulart, eleito que fora vice-presidente. Criou-se uma situação que poderia levar à guerra civil, desde que Goulart era sustentado pelo governo do Rio Grande do Sul, que se posicionou em sua defesa.

Engendrara-se no Congresso uma fórmula conciliatória: posse de Goulart, mas retirando-lhe os tradicionais poderes da presidência mediante a instauração do parlamentarismo. Goulart manobrou e conseguiu que se realizasse plebiscito, do qual resultou a restauração do presidencialismo tradicional. O governo atuou de forma a se isolar completamente do elemento conservador de que seria uma clara demonstração o pedido de demissão do então ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, ex-governador de São Paulo. Mais grave é que se haja disposto a estimular manifestações de soldados, sargentos e marinheiros, perdendo o apoio de que desfrutava no Exército e na Marinha.

Recordem-se algumas das manifestações daqueles elementos. Houve uma rebelião de sargentos em Brasília que logrou alcançar o completo isolamento da capital. Na tentativa de debelar rebelião de marinheiros no Rio de Janeiro, estes passaram a contar com o apoio do Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais que Goulart se recusou a reprimir. Disso resultou o pedido de demissão do ministro da Marinha. Tendo seu substituto mandado prender os revoltosos, o mesmo

comandante dos fuzileiros os soltou, sendo, em seguida, anistiados por Goulart. Finalmente, no dia 30 de março de 1964, concordou em comparecer a uma reunião de sargentos no Rio de Janeiro. Esse fato seria interpretado como um sinal e começou a rebelião militar que iria derrubá-lo.

Leve-se em conta que, dado o descalabro que se instaurara no País, defrontando-se as populações com alguma greve para infernizar-lhes a vida, sucediam-se no País as manifestações contra o governo. A maior delas teria lugar a 31 de março, diante da notícia de que Goulart fora deposto e exilado. Esse apoio se reduziu significativamente com a edição do Ato Institucional nº 1, que alterou a Constituição para permitir que a presidência fosse assumida por um militar. O mais importante jornal carioca - o *Correio da Manhã* -, que apoiara abertamente a derrubada de Goulart, passou à oposição. Logo as manifestações estariam dirigidas contra o governo militar, reprimidas ferozmente, o que serviu para instaurar o seu progressivo isolamento.

João Goulart exilou-se no Uruguai. Adquiriu uma fazenda de gado nas proximidades da fronteira com o Brasil e voltou à condição de estancieiro. Com a abertura política iniciada em 1974 pelo governo do General Geisel, foram empreendidas "démarches" em prol da sua volta ao País. Contudo, faleceu em dezembro de 1976, vítima de ataque cardíaco, sem que a providência se tivesse efetivado. Tinha então 58 anos de idade.

## CAPÍTULO 22

### João Mangabeira e o partido socialista democrático que não vingou<sup>22</sup>

Político consagrado na República Velha, João Mangabeira evoluiu na direção do socialismo democrático. Muito ligado a Rui Barbosa, seria marcado pela ênfase que este passou a atribuir à questão social. Até mais ou menos a época do Estado Novo, contudo, essa adesão correspondia a uma espécie de desdobramento de postura humanista. A experiência dos anos 1930 e do Estado Novo é que iria despertá-lo para a necessidade de ser estruturada no País uma alternativa socialista de cunho nitidamente democrático, dado o fato de que essa corrente assumira, sobretudo em decorrência da ascensão de Getúlio Vargas, feição francamente autoritária.

Baiano de nascimento, jurista e advogado de certo prestígio, começou a se envolver na política - sem afastar-se do exercício da advocacia -, em 1906, quando completou 26 anos. Em 1909 começou uma atribulada carreira como deputado federal. Nas duas décadas seguintes envolveu-se em todas as principais questões típicas da República Velha, notadamente a praxe do reconhecimento (e a degola) de mandatos; as duas campanhas de Rui Barbosa à presidência; o envolvimento do País na Primeira Guerra Mundial; a situação de permanentes estados de sítio que o País vivenciou nos anos 1920; a Reforma Constitucional de 1926 etc. Assim, quando eclodiu a Revolução de 1930, era um nome consagrado no cenário político nacional, além de jurista de reconhecida competência. Devido a isto, participou da famosa Comissão do Itamaraty, à qual foi atribuída a missão de elaborar o projeto de Constituição que seria tomado como referência pela Assembleia Constituinte de 1934.

Mangabeira se elegeu para a Constituinte e passou a integrar a Câmara dos Deputados após promulgada a Constituição. Seguiram-se anos de extrema polarização no País, com choques de rua entre comunistas e integralistas, processo que culminaria com a insurreição de novembro de 1935, promovida pelos comu-

nistas em quartéis da Capital da República e de alguns Estados, e rapidamente esmagada. Serviu de pretexto para a decretação do Estado de Guerra, que suspendia as garantias constitucionais. Vargas iria se valer dessa prerrogativa para prender os parlamentares que se destacavam como seus opositoristas, entre estes João Mangabeira.

Introduziu-se tribunal de exceção (Tribunal de Segurança Nacional), que condenou os parlamentares a variadas penas sob a alegação de que seriam uma espécie de ponta de lança dos comunistas. Mangabeira foi condenado a três anos. O tribunal militar reduziu-lhe a pena. Ao todo ficou preso de março de 1936 a junho de 1937. Retornou à Câmara, fechada, porém, logo adiante pelo golpe de Estado de novembro, que instituiu o Estado Novo. Na fase de redemocratização do País, constituiu, com outros intelectuais, a Esquerda Democrática, que iria fazer parte da União Democrática Nacional. Esse acordo terminou logo depois das eleições (dezembro 1945). Em agosto de 1946, a Esquerda Democrática se transformou no Partido Socialista Brasileiro (PSB).

O programa do PSB foi escrito por um notável grupo de intelectuais, entre os quais se sobressaía João Mangabeira, escolhido presidente da nova agremiação, e Hermes Lima (1902-1978), eleito representante do PSB à Assembleia Constituinte de 1946. Mangabeira conquistaria mandato somente na eleição complementar, realizada após a promulgação da Constituição, em 1947. Tal programa do PSB reiterava, sempre que oportuno, seu inequívoco compromisso com o sistema democrático-representativo. Antes de mais nada, deixava claro que a aplicação dos princípios que preconizava não se constituiria “em solução de continuidade na história política do País, nem violência aos caracteres culturais do povo brasileiro”. Desse modo, rompeu frontalmente com a tradição, emergente nos anos 1930, de “passar o País a limpo”, “inaugurar os novos tempos” e outras tiradas messiânicas desse tipo. O programa expressava a intenção de preservar a federação brasileira e a autonomia municipal. Todas as principais características da organização democrática do Estado são claramente referidas. O PSB incorporou, como “patrimônio inalienável da humanidade”, as conquistas democrático-liberais, embora as considerasse insuficientes para alcançar a alme-

<sup>22</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 25/5/2018.

jada eliminação do sistema econômico que se baseia na “exploração do homem pelo homem”. Se chegasse a alcançar o poder, o PSB preservaria a liberdade de organização partidária.

As transformações que almejava introduzir na estrutura econômica do País também são apresentadas de forma equilibrada. Assim, preconizando a “gradual e progressiva socialização dos meios de produção”, entende que somente deverão ser realizadas à medida que as próprias condições do País o exijam. Ainda mais: a mencionada socialização não era identificada com a posse estatal, não poderia ser efetivada ao arrepio do Parlamento e nem excluía a circunstância de que pudessem ser preferidas organizações cooperativas. Tampouco se cogitava da completa eliminação da propriedade privada. O documento evitou a expressão “luta de classes”, dando preferência a “antagonismo de classe”.

Finalmente, o PSB não se identificava com nenhuma concepção filosófica nem se circunscrevia à defesa de determinado grupo social, dizendo-se comprometido com todos que vivem do próprio trabalho. Viria a ser a primeira agremiação no País, de índole socialista, de fato comprometida com o sistema democrático representativo, já que a expressão predominante dessa corrente, desde os anos 1930, revestiu-se de caráter nitidamente autoritário, sobretudo por se achar associada ao varguismo. Ao que parece, contudo, não encontrou ambiente favorável ao seu florescimento. No ciclo do interregno democrático, nunca conseguiu uma representação digna de nota no Parlamento.

Como foi referido, Mangabeira seria deputado na primeira legislatura após concluídos os trabalhos da Assembleia Constituinte. Acentuando-se as divergências com a UDN, sobretudo por sua insistência com candidatura militar à presidência, nas eleições de outubro de 1950 concorreu com chapa própria, sendo candidato o próprio Mangabeira. Nessa eleição, Vargas obteve cerca de quatro milhões de votos, enquanto João Mangabeira menos de 10 mil (ao todo, 9.466), o que dá bem uma ideia da pouca expressão alcançada pelo PSB. Sob o parlamentarismo, ocupou a pasta da Justiça. Após a reintrodução do presidencialismo, optou por deixar a função, apesar da intenção de Goulart de mantê-lo no posto. Desde então, afastou-se da política, vindo a falecer menos de um mês após o movimento de 31 de março de 1964, em 27 de abril, às vésperas de completar 84 anos.

A ideia de um socialismo comprometido, antes de mais nada, com o funcionamento das instituições mantenedoras da democracia não prosperou. O PSB que se restabeleceu nos dois períodos chamados de reconstituição democrática (1945-1964 e o pós-1985) perdeu a singularidade do socialismo democrático antes caracterizado, afeiçoando-se às agremiações que se tornaram a feição típica, como se mostra nas breves indicações adiante.

O Partido Socialista Brasileiro foi reorganizado em 1985. No período inicial, foi apropriado por um grupo que optou por transformá-lo numa agremiação de tipo marxista-leninista. A documentação resultante dessa fase foi examinada por Antonio Paim no livro *O Socialismo Brasileiro - 1979-1999*, editado pelo Instituto Teotônio Vilela. A conclusão do autor é transcrita adiante.

A análise precedente e os documentos que a instruem evidenciam que, nos três lustros iniciais, a tentativa de renascimento do PSB fez-se em flagrante contradição com o legado dos fundadores da agremiação em 1947. Os que assumiram tal responsabilidade, mesmo sendo socialistas, a tanto não estavam obrigados. Podiam simplesmente iniciar uma nova experiência, como fizeram os fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Se preferiram identificar-se com o PSB - e até adotaram o mesmo programa -, o que se poderia exigir é que revelassem um mínimo de conhecimento de causa. Ao contrário, o empenho foi dirigido no sentido de estruturar uma organização do tipo stalinista. Nunca causou qualquer constrangimento ao PSB suas alianças públicas com o PC do B, que corresponde precisamente ao absoluto contrário de todos os princípios que norteiam o socialismo democrático. E, mesmo depois da aprovação das novas diretrizes, no Congresso do Cinquentenário (novembro 1997) - que revogam a linha até então seguida e dizem expressamente que o PSB não é uma agremiação de classe -, após as eleições de 1998, o PSB formou um bloco com o PC do B na Câmara dos Deputados.

No livro de memórias que nos deixou, *Travessia* (Rio de Janeiro, 1974), Hermes Lima expôs com exatidão o problema enfrentado pela Esquerda Democrática ao se desligar da UDN e dar nascedouro ao PSB: distinguir-se tanto dos liberais (UDN) como dos comunistas (PCB). Logo adiante, devido ao clima de histeria anticomunista que se instaurou no País após as eleições presidenciais, de que saiu vitorioso o general Eurico Gaspar Dutra - fechamento do PC; cassação de

mandatos dos representantes comunistas; empastelamento de jornais; e grande número de prisões -, o PSB, já então constituído, tratou de fixar a sua posição independente, sem fazer concessões à falta de liberdades na União Soviética, mas defendendo firmemente o Estado Liberal de Direito em face das sucessivas violações às liberdades fundamentais presenciadas no País. Apesar da complexidade da situação, a impressão que se recolhe da documentação existente é que aquela liderança soube se orientar adequadamente.

Nesse particular, tudo indica que a questão central corresponde à capacidade de se distinguir do comunismo, tratando-se de agremiação que, a partir mesmo do seu nascedouro, identificou-se com o socialismo democrático ocidental. Subsidiariamente, teria de acompanhar a evolução do socialismo na Europa Ocidental. Na verdade, entre as maiores agremiações socialistas do continente, somente o Partido Socialista francês mantém-se fiel à bandeira socialista. As demais fizeram uma franca opção social-democrata, isto é, renúncia à utopia da sociedade sem classes e ao entendimento de que o socialismo deveria se traduzir em estatização da economia.

Em 1993, assumiu a presidência do PSB um tradicional líder da esquerda, Miguel Arraes (1916-2005), governador de Pernambuco cassado pelos militares, que, após 1985, voltaria a ocupar aquele cargo. Abandonou o projeto anterior, mas acabaria contribuindo para desfigurar totalmente a agremiação, ao aceitar, em 2002, o ingresso no partido de Anthony Garotinho, que ocupara o cargo de governador do Rio de Janeiro. Esse fato determinou o afastamento de Roberto Saturnino, então senador, que representava justamente a melhor tradição do socialismo democrático. Desde então, o PSB se tornou progressivamente uma agremiação sem nítida feição própria, engolfada pela geleia geral que passou a representar a base de apoio dos governos subsequentes.

## CAPÍTULO 23

### Milton Campos e o descompasso com a evolução da doutrina liberal<sup>23</sup>

Mineiro de família tradicional, Milton Campos concluiu a Faculdade de Direito, sediada em Belo Horizonte, em 1922. Dedicou-se à advocacia e teve atuação política na década de 1930 como deputado estadual. Durante o Estado Novo, colaborou no movimento oposicionista, contudo, somente se tornaria figura exponencial da política brasileira no chamado "interregno democrático", sendo um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN). Como prócer udenista, seria deputado à Constituinte de 1946; governador de Minas Gerais (1955-1959), senador (1959-1964) e duas vezes candidato à vice-presidência da República. No período subsequente, quando os militares assumiram o poder, participou do primeiro desses governos.

Afastado do governo desde 31 de janeiro de 1951, Milton Campos somente conquistaria novo mandato nas eleições parlamentares de outubro de 1954, quando se elegeu deputado federal. Nessa condição, ascendeu à presidência da União Democrática Nacional, cargo em que se manteria até o início de 1957. As eleições presidenciais teriam lugar a 3 de outubro de 1955. A UDN, mais uma vez, concorreu com um candidato militar (general Juarez Távora), tendo Milton Campos como vice. Juscelino Kubitschek venceu.

Data desta última fase a adesão de Milton Campos ao parlamentarismo. Convencera-se de que o presidencialismo se mostrava incapaz de proporcionar estabilidade política ao País. Como se verá, essa opção o terá impedido de escolher o caminho (possível e acertado) de empreender a reforma política - questão a que passara a atribuir a devida importância -, quando se deparou com a possibilidade de empreendê-la.

Nas eleições parlamentares de outubro de 1958, conquistou cadeira no Senado, tomando posse a 1º de fevereiro de 1959. Seria candidato a vice-presidente na chapa liderada por Jânio Quadros, perdendo, porém, para o candidato da

<sup>23</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 6/6/2018.

oposição (João Goulart), possibilidade facultada pela legislação da época. Essa circunstância iria tornar Goulart presidente da República com a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. Dadas as dimensões assumidas pelo movimento popular que iria propiciar a sua derrubada a 31 de março de 1964, Milton Campos decidiu-se por atuar naquele sentido.

Buscando talvez dar à opinião pública uma demonstração de que o movimento se destinava de fato a assegurar a tranquila reconstitucionalização do País, garantindo as eleições presidenciais de 1965, o general Castelo Branco, chefe do primeiro dos governos militares resultantes daquele movimento, nomeou Milton Campos para o Ministério da Justiça. Ao que parece, não se tinha dado conta (ou ainda não se formara no Exército), da chamada “linha dura”, cujo objetivo seria perpetuar a nova situação. Criou-se um ambiente que não comportava a presença de personalidade como Milton Campos numa pasta de grande relevância à época, mais tarde ocupada, precisamente, por juristas plenamente afinados com a mencionada facção militar.

Em duas oportunidades Milton Campos expressou o seu entendimento da missão que incumbiria ao movimento de 1964. A primeira, logo no início do governo, ao indicar que a legislação à qual iria se dedicar teria por objetivo “resguardar a revolução de seus inimigos e avançar no processo de recuperação do regime democrático”. Ao fazê-lo, entrou abertamente em choque com o ministro da Guerra, Costa e Silva, que, nessa condição, no governo Castelo Branco, ao que tudo indica, estruturou a “linha dura” com vistas a galgar a presidência.

A segunda, quando lhe pareceu que o regime seguia um curso frontalmente contrário à motivação que legitimara a sua realização. O incidente prendeu-se às eleições diretas para governadores, previstas para outubro de 1965, que seriam mantidas, em que pese tivesse sido abolido o pleito presidencial, que deveria ser concomitante, eliminado devido à prorrogação do mandato de Castelo Branco. A linha dura vetou candidaturas, mas não conseguiu impedir que dois governos ficassem em mãos de pessoas ligadas a Kubitschek, cujos direitos políticos haviam sido cassados (Estados da Guanabara, em que se transformara a antiga Capital da República, e Minas Gerais). O governo respeitou o resultado das urnas, mas editou outro Ato Institucional (o de nº 2,

sendo que o primeiro tivera em vista a substituição de Goulart por votação indireta), dissolvendo os partidos políticos e introduzindo o bipartidarismo.

Milton Campos pediu demissão do cargo de ministro da Justiça. Na carta em que formalizou o pedido, afirmou: “Não me considero o melhor intérprete da Revolução, mas entendo que não é útil a ela muito do que recentemente se fez, sobretudo pela maneira como foi feito”. Regressando à tribuna do Senado, assim completaria este pensamento: “A revolução há de ser permanente como ideia e inspiração, para que, com a colaboração do tempo, invocada pacientemente, possa produzir seus frutos... O processo revolucionário há de ser transitório e breve, porque sua duração tende à consagração do arbítrio, que elimina o direito, intranquiliza os cidadãos e paralisa a evolução do meio social. O que urge institucionalizar, portanto, é a revolução e não o seu processo”.

Como ministro da Justiça do primeiro governo militar, Milton Campos concebeu uma reforma política que facultou o fortalecimento dos partidos. Duas providências que conseguiu ver aprovadas foram abandonadas pela Carta de 1988 e, em que pesem os esforços empreendidos por alguns líderes políticos, têm sido frustradas as tentativas de reintroduzi-las.

A primeira corresponde à proibição de coligações em eleições proporcionais. Essa prática, tanto no interregno democrático pós-Estado Novo como na abertura pós-1985, contribuiu para agravar o fracionamento partidário, garantindo a sobrevivência do que passou a ser denominado de “legendas de aluguel”, isto é, agremiações sem qualquer tradição e que dificilmente sobrevivem a mais de um pleito eleitoral. A segunda se refere à denominada “cláusula de barreira” ou “de desempenho”, isto é, a exigência de um mínimo de votação para que a agremiação se faça representar no Congresso. Por ter sido copiada apenas parte da fórmula vigente na Europa, ensejaria a diplomação de dois tipos de deputados, sendo revogada pelo STF.

Por fim, uma palavra sobre o entendimento obtuso que Milton Campos tinha da doutrina liberal, expressando com clareza um dos efeitos desastrosos da Revolução de 1930 e do Estado Novo: a dissociação da liderança liberal brasileira do curso seguido por aquela doutrina. Essa aproximação é visível no passado. Basta atentar para a atualidade, em relação ao curso seguido pelo liberalismo europeu, que Rui Barbosa manifesta ao chamar a atenção do País para a de-

nominada “questão social”, no imediato pós-Primeira Guerra. Ou na clareza que Armando Salles de Oliveira iria expressar sobre essa matéria, nos anos 1930, comprovando a existência de alternativa contradita às propostas nitidamente autoritárias, a exemplo do sindicalismo institucionalizado por Getúlio Vargas.

A Universidade Federal de Minas Gerais o convidou para proferir a aula magna de abertura do ano letivo de 1966. Tratava-se não apenas de merecida homenagem, mas, igualmente, de posicionamento da comunidade acadêmica mineira em face do caminho seguido pelo movimento de 1964, contra o qual Milton Campos acabara de se rebelar, demitindo-se do governo. Valendo-se da oportunidade para expressar a coerência de seu ideário, deu-lhe este expressivo título “Em louvor da tolerância”. Nesse documento, contudo, encontra-se a compreensão adiante da doutrina liberal.

Depois de condenar o radicalismo, diz que “a isso foi remédio, em certa fase da história, o liberalismo” e prossegue: “Sê-lo-á ainda? A resposta geral é negativa, porque não há hoje, no mundo, lugar para os liberais. E é pena. A essa corrente de ideias devemos as mais altas conquistas, até o século 19. Depois, como partido político ou como organização do Estado, ela se enfraqueceu, e com o seu enfraquecimento coincidiram as formas modernas de absolutismo renovado. Em certos países, o liberalismo ficou sendo o suporte das classes dirigentes, insensíveis ou egoisticamente hostis à ascensão humana, inspirada pela filosofia cristã da justiça social e imposta pela civilização industrial. Em outros, degradou-se em aspectos secundários, como o anticlericalismo. (...) Todavia, se os partidos liberais e a organização liberal dos Estados decaíram da missão que originariamente lhes competiu, o princípio liberal, pelo menos como estado de espírito, pode durar e sobreviver” (incluído na coletânea *Testemunhos e ensinamentos*, José Olympio, 1972, p. 214 e seguintes).

Vê-se que, em plena década de sessenta do século passado, a liderança liberal brasileira ignora o keynesianismo, a vitoriosa estruturação do welfare no mundo desenvolvido, a capacidade da economia de mercado não só de promover a distribuição de renda como de alcançar a plena recuperação dos países da Europa Ocidental, devastados pela guerra. Como se verá a seu tempo, a retomada desses laços ainda iria tardar mais de uma década.

Milton Campos se reelegeu senador no pleito de 1965. Ingressou no partido situacionista, a Arena, e soube se valer de sua autoridade moral para manifestar crescente discordância com o rumo seguido pelos militares, notadamente a edição do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, o célebre AI-5, que inaugura os chamados “anos de chumbo”, quando o regime assume feição nitidamente ditatorial. Logo adiante, em face da enfermidade do presidente em exercício (general Costa e Silva), os militares obstam a posse do vice-presidente (o jurista Pedro Aleixo), fecham o Congresso e o país passa a ser governado por uma Junta Militar. De fato, a enfermidade que vitimou o presidente (agosto daquele ano) o impedia de manter-se no exercício da fundação, tanto que viria a falecer em meados de dezembro. Contudo, tratava-se de impedimento, como precisaria mais tarde Milton Campos, quando de fato o que se verificou foi a sua destituição.

A 7 de novembro seguinte, o Congresso foi reaberto para referendar a escolha do novo mandatário - general Emílio Garrastazu Médici (1905-1985), que exerceu a presidência da República entre 1969 e 1974. Milton Campos não compareceu à sessão, ocupando a tribuna na sessão subsequente, quando fez questão de precisar o significado da sua ausência: integral discordância com o quadro vigente. Nesse discurso, condena a pretensão de proscrever a classe política, na tentativa de colocar em seu lugar uma burocracia constituída de militares e técnicos, oportunidade em que precisa o fato da destituição do presidente e da violação da ordem legal ao ser negada a posse de Pedro Aleixo. Nessa última fase da vida, por duas vezes recusou a indicação para o Supremo Tribunal Federal (STF). Faleceu em janeiro de 1972.

## CAPÍTULO 24

### Juscelino e o projeto que deu uma trégua ao País<sup>24</sup>

Tendo chegado ao poder em decorrência das eleições presidenciais de outubro de 1955, em meio à crise que se avolumava desde a volta de Getúlio Vargas ao poder, entremeada de golpes e contragolpes de Estado, Juscelino Kubitschek conseguiu colocar o País no grandioso projeto de industrialização e da mudança da Capital. O slogan que pretendia refleti-lo dizia: “50 anos em 5”. Não tendo conseguido fazer o sucessor nas eleições presidenciais de outubro de 1960, com a renúncia do vencedor dessas eleições (Jânio Quadros), reacendeu-se a crise pela incapacidade de João Goulart dar continuidade àquele projeto. O alcance mobilizador do ideal de Revolução Industrial seria demonstrado pelo fato de os governos militares o terem retomado, conseguindo mesmo certa popularidade – graças ao que passou a ser conhecido como “milagre econômico” –, em que pese o clima de repressão.

Concluiu o curso de medicina em 1927, aos 25 anos de idade, porém sua ambição era seguir carreira política. Achando-se ligado ao grupo getulista no poder, durante o Estado Novo ocupou o cargo de prefeito da capital mineira, de 1940 a 1945, tendo realizado uma administração excepcionalmente bem-sucedida.

Com a redemocratização, formou, desde logo, na agremiação conservadora bafejada por Vargas, o Partido Social Democrático (PSD). Kubitschek tornou-se deputado federal com expressiva votação. Elegendo-se governador de Minas Gerais em outubro de 1950, alcançaria um posto apto a projetá-lo nacionalmente. Deu, então, início ao seu projeto de industrialização, começando com obras de infraestrutura.

Construíram-se centrais elétricas de certo porte, distribuídas pelas principais regiões em que se subdividia o estado. Em 1951 organizou-se a holding que iria congregá-las, a Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG).

Simultaneamente, atraiu o grupo alemão Mannesmann, que implantou uma siderurgia nas proximidades da Capital, empreendimento que, por sua vez, daria origem a diversas empresas de menor porte. Implantou ainda uma rede integrada de rodovias e deu continuidade aos projetos em curso destinados a promover a modernização da agricultura. Nesse particular, daria importante passo à frente com a organização de empresa dedicada à produção de fertilizantes.

Em 1954, chega ao auge a crise desencadeada a partir da eleição de Vargas para a presidência, culminando com o seu suicídio. Apesar da perplexidade que parece haver se apossado da elite dirigente, o país marcha para a eleição presidencial de outubro de 1955. Juscelino Kubitschek é o nome que se impõe ao PSD. Tão logo isto se faz evidente, a oposição a Vargas, que, a essa altura, detém o poder, tudo fará a fim de inviabilizá-la, inclusive tentando obter o veto militar. Desta vez configurou-se uma clara divisão no próprio Exército. Seria um primeiro sinal de que a ingerência militar na política fatalmente iria acabar por dividir as Forças Armadas em facções.

Formalizada a chapa Juscelino Kubitschek (PSD)-João Goulart (PTB), são tomadas várias iniciativas para evitar que se tornasse vitoriosa. Tentou-se inclusive introduzir a exigência de maioria absoluta, rejeitada pelo Parlamento. Nas eleições de outubro de 1955, a chapa PSD-PTB obteve 36% dos votos e a da oposição udenista, 30%. Derrotada, esta tentou impugnar tais resultados nas instâncias judiciais competentes, sem êxito, passando, então, a pregar abertamente o golpe militar, que acabou sendo impedido pela própria cúpula militar.

Em que pese o acirramento da divisão com que se defrontava o País em função da posse de Kubitschek, este soube apaziguar os espíritos. Em seu governo ainda houve rebeliões militares, que o governo derrotou, mas não perseguiu os revoltosos nem lhes atribuiu maior importância.

O País iria ser conquistado para um grandioso projeto de modernização econômica. O governo lançou o chamado Programa de Metas, que se destinava, em primeiro lugar, a implantar no País infraestrutura energética e de transportes. Grandes eixos de estradas de rodagem foram construídos. Seguiu-se a indústria de base (siderurgia, construção naval e setor de máquinas e equipamentos)

<sup>24</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 14/6/2018.

e a automobilística. Metas relacionadas à alimentação e à educação completavam o programa. Estudos da Fundação Getúlio Vargas indicam que entre 1957 e 1960 o Brasil registrou crescimento médio anual pouco abaixo de 8%.

Outro grande projeto de Kubitschek seria a construção de Brasília. Seu governo culminaria com a vigência de clima de ampla liberdade. Conseguiu fazer cessar a obsessão anticomunista, a pretexto da qual muita arbitrariedade se cometeu no País nos anos anteriores do denominado “interregno democrático”. Apesar dos artifícios utilizados para a importação de equipamentos, requeridos pela industrialização em curso, sem cobertura cambial, a situação do balanço de pagamentos era periclitante. Dependia estritamente do café, dado que a pauta de exportações não se diversificara. Ao mesmo tempo, o governo não se dispunha à prática de austeridade, exigência das instituições financeiras internacionais para suprir os recursos requeridos pela manutenção do fluxo normal de importações. A inflação começava a refletir no bolso da população, à vista do generalizado aumento de preços. A oposição conseguiu atribuir o fenômeno às evidências de corrupção em órgãos públicos. Na verdade, o agigantamento do Estado, graças à intervenção em sucessivos setores econômicos, seria inevitavelmente acompanhado da possibilidade de cobrança de comissões por funcionários públicos.

Configurou-se, portanto, um quadro desfavorável ao governo nas eleições de outubro de 1960. Lançado candidato pela União Democrática Nacional, o governador de São Paulo, Jânio Quadros, conduziu uma campanha muito bem-feita, adotando uma vassoura como símbolo, instrumento com base no qual efetivaria a imprescindível “limpeza” do aparelho estatal, pondo a correr o aumento do custo de vida. Alcançou uma vitória esmagadora. O desdobramento do quadro é conhecido: renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961; posse tumultuada do vice (João Goulart) e isolamento do governo, que culminou com o movimento militar de março de 1964.

Kubitschek elegeu-se senador por Goiás nas eleições parlamentares extraordinárias realizadas em junho de 1961. Na crise que antecedeu o movimento de março de 1964 intercedeu junto a João Goulart no sentido de preservar a legalidade, atuando o presidente, de modo claro, para restaurar a hierarquia militar,

que estava sendo francamente violada. Ao que parece, contudo, Goulart subestimou a gravidade da situação e persistiu no erro, sendo deposto.

Juscelino Kubitschek se tornaria vítima da repressão desencadeada pelos militares. A 8 de junho de 1964 teve o mandato cassado, acrescido da perda de direitos políticos por dez anos, exilando-se na Europa. Regressou em outubro de 1965, quando se deu novo endurecimento do regime, com a dissolução dos partidos políticos e a adoção do bipartidarismo. Novamente perseguido, no mês seguinte, Kubitschek afastou-se do país para somente regressar em 1967. Nessa altura, Carlos Lacerda e outros ex-dirigentes udenistas empenhavam-se na Constituição do que se chamou de Frente Ampla, de composição civil, com vistas ao afastamento dos militares do poder, movimento que passa a contar com o apoio de Kubitschek. Contudo, o Ato Institucional nº 5 (dezembro 1968) iria, de fato, introduzir no Brasil uma ditadura repressiva, que, entre outras arbitrariedades, decretou a ilegalidade da Frente Ampla. O próprio Carlos Lacerda foi encarcerado. Kubitschek decidiu então abandonar em definitivo qualquer tipo de atuação política.

Juscelino Kubitschek faleceu em acidente de automóvel em agosto de 1976, pouco antes de completar 74 anos de idade. Estava no poder o general Ernesto Geisel, empenhado no que ele mesmo denominaria de “abertura lenta e gradual”. Em demonstração clara de que o seu projeto era para valer, decretou luto oficial por três dias, primeira homenagem que os militares prestariam a uma personalidade importante de nossa história a que haviam injustamente perseguido.

## CAPÍTULO 25

### Carlos Lacerda, controvertida figura liberal<sup>25</sup>

Carlos Lacerda tornou-se uma figura central no chamado interregno democrático (1945-1964), primeiro como jornalista, depois como deputado federal, a partir de 1955, tornando-se líder da União Democrática Nacional (UDN). Esse partido havia herdado a tradição liberal que chegara a sobreviver nos tumultuosos anos 1930 e que iria desaguar na candidatura Armando Salles à presidência nas eleições de 1938, que não se realizaram. Dessa herança ficou-lhe sobretudo o antigetulismo, isto é, o primado da defesa das instituições democráticas em sua plataforma, porém enfraquecido pela ascendência católica (assegurada pela presença esmagadora dos mineiros em sua liderança), sobretudo no que se refere à questão social e também pela aceitação da tutela militar, traço, aliás, comum à imensa maioria da elite política da época.

Lacerda expressava uma espécie de obsessão antigetulista, o que o levava a apostar cada vez mais nas soluções de força. Conspirou abertamente para impedir a volta de Vargas ao poder, sem levar em conta que tal se dava graças ao sistema eleitoral introduzido em 1945-1946. Diante do desfecho eleitoral, tudo fez para impedi-lo de governar. Aceitando a provocação, a guarda pessoal de Vargas promoveu um atentado para assassiná-lo, do que resultou a morte do major Rubens Vaz, oficial da Aeronáutica, e o agravamento da crise a ponto de Vargas ter recorrido ao suicídio. Tramou golpe militar para impedir a posse de Juscelino Kubitschek e, não tendo sido bem-sucedido na tentativa de efetivá-lo (novembro 1955), exilou-se durante um ano nos Estados Unidos.

De regresso ao País, sem alterar em nada a sua conduta, elegeu-se governador da Guanabara (estado criado em decorrência da mudança da capital para Brasília), vindo a ser um dos artífices do movimento militar que depôs João Goulart. Tendo os militares optado por permanecer no poder, rompeu ostensivamente

com a nova situação, dando provas, em seguida, da incapacidade de apresentar ao País uma proposta viável de reordenamento democrático.

Vejamos, de modo mais circunstanciado, a trajetória do personagem que diz bem do distanciamento da liderança liberal brasileira daquele período, do caminho seguido pela doutrina liberal na Europa e nos Estados Unidos.

Carlos Lacerda nasceu no Rio de Janeiro, no seio de família de políticos. O avô, Sebastião Lacerda, foi ministro no primeiro governo civil da República e, mais tarde, ministro no Supremo Tribunal Federal. Seu pai, Maurício Lacerda, foi deputado federal de 1912 a 1920 e, na década de 1930, se notabilizou como socialista, destacando-se entre os que, no Parlamento, estruturaram a legislação social de índole democrática abandonada por Vargas, que optou por solução autoritária, atrelando os sindicatos ao Estado. Os outros filhos de Sebastião Lacerda (Fernando e Paulo, seus tios, portanto) ingressaram no Partido Comunista.

Depois de concluir humanidades, frequentou a Faculdade de Direito, onde sofreu influência dos professores marxistas que ali exerciam a docência. Desinteressou-se do curso, preferindo se dedicar ao jornalismo. Nos anos 1930 chegou a militar na Aliança Nacional Libertadora, formada pelos comunistas, mas com estes romperia publicamente.

No período de desgaste do Estado Novo, logo despontou no primeiro plano graças ao fato de ter entrevistado um velho aliado de Vargas, José Américo de Almeida, no início de 1945. A entrevista continha críticas ao regime e reivindicava a convocação de eleições. Como a censura a deixou passar, transformou-se num marco do fim do Estado Novo. Ainda nesse ano, Lacerda liderou campanha contra a candidatura com a qual o Partido Comunista concorria às eleições presidenciais. A partir de então, adicionaria ao antigetulismo assumido pela UDN um feroz anticomunismo. A partir de dezembro de 1949 passou a contar com jornal próprio, *Tribuna da Imprensa*. Esse jornal e a pessoa de Carlos Lacerda passariam a ocupar uma posição de maior destaque no cenário político nacional a partir da eleição de Vargas à presidência da República, em 3 de outubro de 1950.

Com o propósito de organizar a mobilização popular, sob a sua liderança, Lacerda criou, em 1953, o Clube da Lanterna. Pela imprensa e através de mani-

<sup>25</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 26/6/2018.

festações de rua, lançou uma campanha nacional contra Vargas e seu governo. Progressivamente, o getulismo e o antigetulismo se tornaram os polos aglutinadores centrais da política brasileira. À medida que emergiam a figura de João Goulart e do trabalhismo, o anticomunismo também passaria a dar o tom da divisão do País.

Graças à ascendência esmagadora dessa temática, a nação praticamente não tomou conhecimento do fato de que, na mesma altura, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos dotava o País de poderoso instrumento de modernização econômica, como viria a ser demonstrado sob Kubitschek e, mais tarde, durante os governos militares.

Lacerda saberia valer-se do pretexto que o grupo no poder iria lhe proporcionar ao tentar assassiná-lo, no início do mês de agosto de 1954. Rapidamente Vargas se viu isolado no governo, a ponto de os próprios comandantes militares pedirem a sua renúncia. Não se dispondo a fazê-lo, preferiu suicidar-se. A comoção popular que o fato desencadeou voltou-se contra a imprensa antigetulista, que teve suas instalações destruídas por multidões furiosas. A *Tribuna da Imprensa* escapou de ser empastelada pela ação da polícia. Carlos Lacerda teve que se ausentar da cidade.

Empossou-se o vice-presidente, Café Filho, e a UDN tomou conta do governo. Valendo-se da circunstância, Lacerda se empenhou, sem sucesso, no adiamento das eleições presidenciais que ocorreriam em outubro de 1955, ocasião em que foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro. Para a presidência da República venceu a chapa Juscelino Kubitschek-João Goulart (PSD-PTB). Conforme já referido, sob a liderança de Carlos Lacerda se tentou um golpe de Estado para impedir a sua posse. Derrotado, Lacerda se ausentou do País durante quase todo o ano de 1956, regressando ao Brasil em novembro. Assumiu o mandato de deputado federal, vindo a liderar a bancada udenista. Passava a dispor de mais uma tribuna a que daria o mesmo sentido: oposição sem quartel a Kubitschek. Desta vez, contudo, iria defrontar-se com um político que soube dotar o País de um projeto mobilizador.

Em outubro de 1960, Carlos Lacerda seria eleito governador da Guanabara, mandato do qual desincumbiu-se de forma brilhante, acrescentando à sua ima-

gem a de bom administrador. Sob os governos militares, o Estado da Guanabara seria extinto, tendo sido efetivada a sua unificação ao tradicional estado do Rio de Janeiro.

No plano nacional, contudo, Carlos Lacerda manteve o mesmo diapasão. Não obstante ter sido Jânio Quadros eleito pela UDN, fez-lhe oposição por ter apoiado o governo comunista de Cuba. Com a renúncia de Jânio e a tumultuada posse de Goulart, voltou ao precedente golpismo, afinal consumado. Derrubado Goulart, o governo acabaria em mãos dos militares, sendo o primeiro deles o general Castelo Branco. Mais uma vez, Lacerda iria indispor-se com o primeiro mandatário em exercício.

A primeira manifestação de descontentamento com os militares adviria da decisão de prorrogar o mandato de Castelo Branco. Em princípio, incumbia-lhe concluir o mandato de Jânio e Goulart, realizando eleições em outubro de 1965. Lacerda atacou violentamente, como era de seu temperamento, a iniciativa em curso. Proclamou que seria um novo 10 de novembro (Estado Novo), com a anuência do Congresso. Em julho de 1964, o Congresso aprovou o adiamento das eleições para outubro de 1966 e a prorrogação do mandato de Castelo Branco até março de 1967. A partir daí, passou a criticar abertamente o governo, articulando o que se denominou de “Frente Ampla”, que contou com a adesão de Juscelino Kubitschek e de João Goulart. O movimento destinava-se à conquista de eleições livres e da reorganização partidária. Sobreviveu até o segundo governo militar (Costa e Silva). Neste, chegou a realizar dois comícios populares contando com grande afluência de público. Em abril de 1968, o governo proibiu todas as atividades da Frente Ampla. Nesse ano, sucederam-se as manifestações de descontentamento com a permanência dos militares no poder. A resposta foi o Ato Institucional nº 5 (dezembro de 1968), que reintroduziu a cassação de mandatos, implantou feroz censura à imprensa e violenta perseguição aos opositores. Afinal, os militares decidiram instaurar no País uma ditadura, fechando, inclusive, o Congresso. Lacerda foi preso. Embora libertado, teve os direitos políticos suspensos por dez anos.

No que lhe restou de vida, cerca de nove anos, afastou-se inteiramente da política, dando ao País uma demonstração de sua extrema capacidade realizadora.

Assim como a todos, surpreendeu com a qualidade da administração que realizou ao governar a cidade do Rio de Janeiro - já que era tido como um agitador sem escrúpulos - e valeu-se das oportunidades surgidas com a transformação do Brasil numa nação industrial para estruturar empreendimento financeiro, onde revelou ampla competência como empresário. E não apenas isto: criou uma editora (Nova Fronteira), onde teria oportunidade de demonstrar posse de grande cultura, que soube plasmar em livros e programas editoriais.

O conhecido brasilianista John Watson Foster Dulles (1913-2008) dedicou-lhe uma alentada biografia, em três volumes, que começa assim: "O major Rubens Vaz, antes de ser assassinado em 1954 pelos tiros endereçados a Lacerda, havia sugerido que este amenizasse os seus mordazes ataques; mas o jornalista e orador defendeu seu estilo político agressivo insistindo que era preciso sacudir o País".

Carlos Lacerda faleceu no Rio de Janeiro em maio de 1977, pouco depois de completar 63 anos de idade.

## PARTE V

---

# REGIME MILITAR

E

# REDEMOCRATIZAÇÃO

## CAPÍTULO 26

### Castelo Branco e seu governo reformador<sup>26</sup>

Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967), militar de carreira, chegou à presidência da República em decorrência do movimento de março de 1964. Colocou em prática grande projeto reformador das instituições e das políticas, a exemplo da criação do Banco Central. Vejamos mais de perto a trajetória do homem público.

Castelo Branco provinha de família militar, sendo natural do Ceará, onde então servia seu pai. Ingressou muito jovem na Escola Militar de Porto Alegre, ocasião em que tinha apenas 15 anos. Estávamos em 1912. Ao contrário da praxe, não aderiu ao castilhismo. Terminou a formação militar na Escola de Realengo (Rio de Janeiro), declarado aspirante a oficial em 1921, aos 24 anos. Progressivamente, especializou-se nas questões relacionadas aos estados maiores, a começar do exercício de funções junto à Missão Militar Francesa, em fins de 1931. Devido a isto, viria a estagiar na École Supérieure de Guerre, de Paris (1936-1938). Granjeou prestígio no Exército por haver integrado a Força Expedicionária Brasileira, que participou da Segunda Guerra Mundial, lutando na Itália. De regresso ao Brasil, passou a exercer as funções de diretor de ensino da Escola de Comando e Estado Maior (ECEME).

Tenha-se presente que a década de 1950 se caracterizou na política pela instabilidade e pela acentuada presença dos militares. O grupo liderado por Castelo ocuparia crescente espaço no debate político na medida em que se tornou o artífice e inspirador da Escola Superior de Guerra (ESG). Essa instituição associou a segurança nacional ao desenvolvimento econômico, tendo se notabilizado por dispor do projeto que muitos denominaram de “Brasil – grande potência”, que os governos militares tentariam tornar realidade. Ao fazerem-no, levaram a cabo a Revolução Industrial.

Tendo alcançado o generalato, assinou com outros militares dessa patente o documento encaminhado a Vargas no dia 23 de agosto de 1954, no qual era encarecida a sua renúncia. O fato marcaria o isolamento em que se encontrava o velho caudilho, constatação que o levaria ao suicídio.

Esclareça-se que, sempre que se apresentou a oportunidade, Castelo Branco expressava o seu temor de que a perpetuação desse estado de coisas minava a coesão do Exército. Ao assumir a chefia da Escola de Comando e Estado Maior, logo após a morte de Getúlio Vargas, em setembro de 1954, passou a insistir em que “o primeiro dever de um bom oficial era manter o Exército longe da política”. Obviamente, esse tipo de pregação por si só não iria mudar o rumo dos acontecimentos.

Em junho de 1953 foi convidado a assumir a chefia do Estado Maior do Exército, ocupando, assim, o segundo posto na hierarquia. Reconhecido como pessoa culta e conhecedora dos problemas nacionais, credenciou-se para exercer a presidência da República após o movimento de março de 1964. O parlamento havia decidido, em cumprimento à Constituição, indicar o presidente da Câmara para substituir João Goulart. Desde então, Costa e Silva, que foi mantido como ministro da Guerra, deu algumas demonstrações de que pretendia tutelar esse novo governo civil. Para obstá-lo, governadores que haviam apoiado o movimento tomaram a iniciativa de promover a ascensão de Castelo. A Constituição foi alterada de forma autoritária, pelo Ato Institucional nº 1. Instado a fazê-lo, o Congresso Nacional elegeu e deu posse ao novo mandatário: general Humberto de Alencar Castelo Branco. Competia-lhe cumprir a parte restante do mandato de Jânio Quadros e João Goulart, a que se seguiriam as eleições presidenciais de outubro de 1965. Tal, entretanto, não aconteceu. Castelo teve o seu mandato prorrogado até março de 1967, introduzindo-se eleições indiretas para a presidência, a serem realizadas em outubro de 1966.

Do ponto de vista institucional, sobressaíram as reformas levadas a cabo no período em que esteve no poder, abril de 1964 a março de 1967. Castelo Branco nomeou para a área econômica duas personalidades de reconhecida competência na matéria: o professor Otávio Gouveia de Bulhões (1906-1990) e o

<sup>26</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 11/7/2018.

diplomata Roberto Campos (1917-2001). Este último será objeto de verbete autônomo nesta série, bastando referir, nesta oportunidade, que foi o artífice da estruturação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criado na década anterior, tendo comprovado o trânsito de que dispunha nos organismos financeiros internacionais ao ocupar o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos de 1961 a 1964.

O professor Otávio Bulhões era alto funcionário do Ministério da Fazenda, organismo no qual exerceu, entre outras, a função de Diretor Executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), órgão que tinha atribuições de um banco central, inexistente no país, e que seria justamente uma das inovações introduzidas naquele primeiro governo militar. A par disto, como professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, formou algumas gerações de economistas.

Castelo criou o Ministério Extraordinário para o Planejamento e a Coordenação Econômica, que concebeu e implantou com sucesso programa de estabilização financeira. Conseguiu pôr fim ao ciclo inflacionário surgido no decênio anterior. Ao mesmo tempo, obteve o reescalonamento da dívida externa brasileira. Foram criados o Banco Central do Brasil e o Banco Nacional de Habitação (BNH), este incumbido de implementar amplo programa habitacional. Retomou-se o programa de ampliação da infraestrutura econômica, concebido pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cuja implementação seria iniciada sob Juscelino Kubitschek, interrompida no governo de João Goulart.

O governo Castelo Branco introduziu a reforma agrária, mediante a criação de títulos da dívida pública destinados a facultar a indenização sem onerar de imediato o Tesouro. O tema era extremamente controverso e o governo encontrou renhida oposição. Contudo, mais tarde a fórmula viria a ser consagrada, tendo sido inclusive incorporada à Constituição de 1988.

Outra questão polêmica que seria enfrentada diz respeito à superação do problema criado por dispositivo da legislação do trabalho que assegurava estabilidade no emprego após dez anos de permanência no posto. A solução encontrada (criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS) se revelou amplamente bem-sucedida, mas encontrou forte resistência de parte do empresariado

industrial. Também no campo criou oposição. Além da reforma agrária, à medida que os proprietários discordavam da forma de pagamento das desapropriações, o governo promovia uma vasta erradicação de cafezais de baixa produtividade. Objetivava-se eliminar os vultosos estoques em mãos do governo que, por sua vez, acabavam contribuindo para aviltar o preço do produto. Embora os fazendeiros tivessem resistido, a iniciativa promoveu a mais ampla diversificação, sendo o marco inicial constitutivo do agronegócio.

A prorrogação de seu mandato incompatibilizou Castelo Branco com a sua principal base de apoio parlamentar: a União Democrática Nacional, certa que estava de que elegeria Carlos Lacerda presidente da República nas eleições diretas, que deveriam ocorrer em 1965. A cassação dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek seria outro erro grosseiro cometido pelos militares. As eleições presidenciais diretas encontravam grande receptividade no País. Assim, além da indisposição com as chamadas classes produtoras e também com os trabalhadores, graças à imposição de uma rígida fórmula de aumentos salariais com as medidas antes enumeradas, construíram o próprio isolamento político.

Por fim, fracassou o projeto acalentado por Castelo Branco de transmitir o posto a um civil, com vistas ao que dotou o País de uma nova Constituição, em 1967. Esperava que essas duas iniciativas pusessem fim às situações de exceção. O ministro da Guerra, Costa e Silva, impôs-se como candidato e o Congresso se submeteu à imposição, elegendo-o para substituir Castelo. Empossado em março de 1967, Costa e Silva não terminaria o mandato. Enfrentando uma vigorosa oposição no País, com manifestações de rua cada vez mais expressivas, enfermo e incapacitado de governar, acabaria contribuindo para transformar o regime militar numa feroz ditadura, o que, apesar das muitas medidas de exceção, Castelo Branco lograra evitar. Com o passar do tempo, começou-se a fazer-lhe justiça.

A magnitude da modernização institucional efetivada no seu governo seria amplamente documentada no segundo volume da biografia que lhe dedicou John Watson Foster Dulles, *Castelo Branco, o Presidente Reformador* (José Olympio, 1983). Sua contribuição no sentido de pôr fim à ingerência militar na política seria destacada na obra *O Caminho da Profissionalização das Forças Armadas*,

do brigadeiro Murillo Santos (Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica, 1991). Toma por base a tese de Samuel Huntington (1927-2008), segundo a qual a ingerência militar na política é indicativa de baixos níveis de profissionalização, fundamentada na obra *The Soldier and the State* (1957). Segundo esse autor, em sucessivas oportunidades - conforme se pode verificar nos textos e documentos que produziu, reunidos em livro editado pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército, em 1968 - distinguiu a mentalidade profissional (segundo afirmava “sedimentada na defesa do Brasil e de suas instituições”) do que denominou de “mentalidade miliciana” que, conforme escreveu, “dá margem ao surgimento da tendência da política partidária em se servir dos militares e a destes em se envolverem nas questões partidárias”.

Afirma Murillo Santos: “Foi, portanto, com o propósito de fortalecer a mentalidade profissional e fechar uma das portas de acesso da mentalidade miliciana que promoveu, na Constituição de 1967, a redução para apenas dois anos o tempo que o militar da ativa pode ficar afastado das fileiras, estabelecendo, também, o afastamento dos que escolhem o exercício de funções eletivas” (edição citada, p. 135). O tempo de permanência na ativa no último posto da carreira (o generalato) também seria reduzido.

Castelo Branco faleceu tragicamente poucos meses depois de haver se afastado da presidência. No dia 18 de julho de 1967, dirigindo-se a Fortaleza, de volta à visita de fazenda de parentes, o pequeno avião que o transportava colidiu com um caça da base aérea daquela capital.

## CAPÍTULO 27

### Geisel e a abertura lenta, gradual e segura<sup>27</sup>

O general Ernesto Geisel chefiou o quarto governo militar, exercendo a Presidência da República de 1974 a 1979. Empossado, logo nos primeiros pronunciamentos comprometeu-se com a abertura política e indicou a forma pela qual a conduziria. Assumia o compromisso com “distensão lenta, gradual e segura”. Muitos a consideraram demasiado lenta na medida em que indicou outro militar para o suceder - João Figueiredo, que governaria de 1979 a 1985. Este, porém, já se achava desprovido da prerrogativa de recorrer a atos de exceção, em especial a cassação de mandatos e a privação da possibilidade de recurso ao Judiciário pelas vítimas do arbítrio, restaurado que fora o *habeas-corpus*. Além disso, nesse último governo militar foram reintroduzidas as eleições diretas para governador e extinto o bipartidarismo.

Ernesto Geisel encontrou dificuldades de monta notadamente no propósito de esmagar a chamada linha dura, isto é, os militares em postos de comando que se opunham abertamente ao projeto e ostensivamente davam continuidade à repressão instaurada sob o governo anterior (general Emílio Garrastazu Médici). Enfrentou corajosamente as manifestações de desrespeito às suas ordens e afastou partidários seus de postos-chave de comando. Por outro lado, atuou contraditoriamente no caminho da distensão.

Ernesto Geisel pertence a uma primeira geração brasileira de ascendência alemã. Seu pai veio para o Brasil em 1890, fixando residência no Rio Grande do Sul, onde constituiu família na própria colônia germânica. Dois de seus filhos (Ernesto e Orlando) seguiram a carreira militar, tendo ambos chegado ao generalato. Como general, Orlando Geisel ocuparia posições destacadas na tropa, entre elas o Comando do III Exército e, sob os governos militares, o Ministério da Guerra (de 1969 a 1974). Com a posse do irmão, passou à reserva.

<sup>27</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 27/7/2018.

Com a ascensão dos militares ao poder, Ernesto Geisel adquiriria crescente ascendência nos meios políticos à medida que despontava como a personalidade capaz de retomar os ideais democráticos que estiveram na base do movimento de março de 1964. A par disto, o caminho seguido desde fins de 1968, quando o Exército apareceu, crescentemente, como o responsável pela repressão brutal a qualquer forma de oposição - justificando a acusação de que vivíamos sob ditadura militar -, setores cada vez mais amplos do oficialato se deram conta dos riscos que ameaçavam a sobrevivência da instituição. A oposição da cúpula do Exército à distensão perseguida por Geisel expunha à Nação a profundidade da divisão que grassava em seu meio, o que talvez tenha contribuído para inclinar, nos quartéis, a balança em favor do novo mandatário. O grande teste seriam as eleições parlamentares a serem realizadas em novembro.

Os candidatos passaram a dispor de liberdade de propaganda desconhecida desde o Ato Institucional nº 5, de fins de 1968. Além disso, pela primeira vez a televisão era integrante do processo. Esse quadro beneficiou claramente o partido de oposição - o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) -, que ampliou a base de que dispunha tanto no Senado como na Câmara. No Senado, a bancada oposicionista passou de sete para vinte cadeiras. Na Câmara, a diferença entre o partido oficial, a ARENA, e o MDB, que era superior a cem, reduziu-se a trinta (199 deputados arenistas contra 165 emedebistas). No pronunciamento oficial de fim de ano, Geisel fez questão de deixar claro que não guardava ressentimentos pelos resultados eleitorais. No início de 1975, suspendeu a censura prévia a que vinha sendo submetido o jornal *O Estado de S. Paulo*.

A linha dura iria se valer da situação para tentar convencer a opinião de que voltava à tona a ameaça comunista. Os organismos de repressão, comandados diretamente pelo Exército, desencadearam sucessivos golpes contra órgãos apresentados ruidosamente como pertencentes ao PCB. A repressão atingiu também a redação de jornais. Produziram-se centenas de prisões. A 26 de outubro daquele ano de 1975, o Comandante do II Exército, sediado em São Paulo, distribuiu nota à imprensa afirmando ter cometido suicídio numa das dependências da instituição, em que se achava preso, o jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura. As dependências em apreço eram ocupadas por órgão

da repressão que se tornaria famoso, o DOI-CODI, que coordenava a repressão efetivada pelos diversos aparelhos da polícia política. Tornou-se patente que fora vítima de tortura. O fato deu motivo à realização de missa em São Paulo a que compareceram milhares de pessoas, tornando-se uma primeira manifestação política de envergadura contra o governo depois dos acontecimentos de 1968.

No início de 1976 o fato se repetiu, vitimando desta vez a um operário. Geisel desencadeou pessoalmente uma ação fulminante contra a linha dura, que dava mostras de ter em suas mãos o II Exército, tornando público o grau de divisão que grassava nessa Arma. Deslocou-se para São Paulo e começou por demitir o Comandante da unidade, substituindo a grande maioria dos que detinham diretamente o comando da tropa. Apesar dessa demonstração de força, iria se dar conta de que a batalha seria muito árdua, vendo-se forçado a fazer diversas concessões a essa facção do Exército, sempre que possível dando demonstrações de sua disposição de persistir na distensão.

Entre as concessões aos órgãos de segurança podem ser mencionadas a virtual supressão da propaganda eleitoral na televisão nos pleitos municipais realizados em novembro de 1976, bem como a cassação de três deputados federais, acusados de pertencerem ao PCB. Contudo, em maio daquele ano, tendo falecido no Uruguai o ex-presidente João Goulart, autorizou o traslado do corpo para o Brasil e os órgãos da repressão foram impedidos de interferir no enterro, que aconteceu na cidade gaúcha de São Borja, na presença de mais de trinta mil pessoas. Em agosto, em face da morte de Juscelino Kubitschek num acidente automobilístico, fato que desencadearia forte comoção no país, Geisel decretou luto oficial por três dias.

O enfrentamento decisivo de Geisel com a linha dura teve lugar em 1977, quando começaram as articulações para a sua substituição. Davam-se com tanta antecedência devido ao fato de que em novembro de 1978 teriam lugar eleições para a renovação do Parlamento e das assembleias estaduais (a indicação do presidente ocorria de forma indireta num colégio eleitoral onde a decisão cabia à representação parlamentar, tanto federal como estadual). O ministro da Guerra, general Sílvio Frota, era ostensivamente candidato e dava sucessivas demonstrações de independência em relação ao presidente. Geisel se dispôs a correr o

risco de demiti-lo, manobrando no sentido de impedir que tivesse lugar reunião do Alto Comando. Tal se deu em outubro daquele ano. O general Frota foi afastado e os seus partidários, no Alto Comando, viram-se privados da possibilidade de qualquer manifestação. Em dezembro, deu a conhecer o nome que indicaria para substituí-lo, general João Figueiredo. Para assegurar essa indicação, afastou das funções que exerciam, notadamente junto à presidência, todos os generais que discordavam da escolha; obteve a sua promoção a general de quatro estrelas, “furando a fila”, como se diz. Com vistas a tranquilizar a Nação quanto ao seu firme compromisso com a distensão, promoveu reforma constitucional, revogando o Ato Institucional nº 5.

Apesar das dificuldades encontradas no plano econômico, Geisel praticamente coroou a Revolução Industrial. Em seu governo, a potência instalada de energia elétrica cresceu 65%, as reservas conhecidas de petróleo aumentaram 44% e a capacidade nacional de refino, 73%.

Ao afastar-se da presidência, tendo completado 70 anos, Ernesto Geisel assumiu a presidência de empresa privada do setor petroquímico. Deste modo, permaneceu ativo durante muitos anos. No processo de abertura de 1985, ajudou a vencer as resistências no Exército à candidatura de Tancredo Neves, em substituição ao general João Figueiredo. O acordo compreendia a entrega do poder a um civil, mas não se previa que fosse oriundo da oposição. Assim, o pronunciamento de Geisel contribuiu para desanuviar o ambiente. Faleceu em 1996, aos 88 anos de idade.

## CAPÍTULO 28

### Roberto Campos, arauto da modernização econômica<sup>28</sup>

Roberto Campos ocupou posição de grande destaque no debate que correspondeu ao cerne do processo de modernização econômica vivido pelo País no pós-guerra. Tendo-lhe cabido implantar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, como era designado na época), cuja criação seria recomendada pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953), superintendeu os projetos iniciais relacionados a infraestrutura e, logo adiante, aos que compunham o Programa de Metas. Com o decorrer dos anos, graças às posições que viria a ocupar em sucessivos governos - e mesmo depois -, tornou-se ponto de referência no combate ao modelo autárquico que se pretendia construir. Paralelamente, publicou obras marcantes. Nasceu na capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, a 17 de abril de 1917. Frequentou seminários, mas optou pela carreira diplomática, tendo sido bem-sucedido no concurso correspondente (março de 1939, aos 22 anos de idade). Sendo seu primeiro posto no exterior em Washington, valeu-se da oportunidade para concluir o curso de economia na Universidade George Washington, ali localizada.

Campos integrou a delegação brasileira à Conferência de Bretton Woods, em meados de 1944, que daria nascedouro às instituições financeiras de caráter mundial (FMI, BIRD etc.) Em seguida seria transferido para as Nações Unidas, em Nova York, posto no qual serviu de 1947 a 1949, ocasião em que concluiu a pós-graduação em economia pela Universidade de Colúmbia. Em fins de 1949 passou ao serviço da Chancelaria, atuando sempre nas negociações de natureza econômica. Fez parte do grupo de conselheiros técnicos que participaram dos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, tendo atuação destacada na elaboração do projeto que daria origem ao BNDE. Devido a isto, seria incumbido de sua implantação, quando da criação, efetivada em junho de 1952.

<sup>28</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 9/8/2018.

Regressou à carreira diplomática em meados de 1953, sendo designado cônsul do Brasil em Los Angeles, nos Estados Unidos. Como das vezes anteriores, esteve presente nas negociações comerciais que o País mantinha com outras nações. Voltaria ao BNDE em março de 1955, ano em que tiveram lugar as eleições presidenciais de que resultou a escolha de Juscelino Kubitschek. Antes de tomar posse, em janeiro de 1956, o presidente eleito criou uma comissão de técnicos, da qual participava Roberto Campos. Dessa comissão se originaria o Programa de Metas, iniciativa que iria proporcionar continuidade aos projetos concebidos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Campos teve ativa participação nesse empreendimento - tornado marco da Revolução Industrial que se completaria mais tarde -, primeiro como superintendente e depois como presidente do BNDE. Nesse ciclo veria, em definitivo, o seu nome associado à estabilidade monetária, exigente de rigoroso combate à inflação e controle do gasto público, bem como à participação do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico nacional. De modo crescente, esse conjunto de teses foi assumido por expressivo segmento da opinião nacional.

No bojo da campanha que deu origem à criação da Petrobras como empresa estatal, ao contrário das previsões iniciais, ocorreu no País crescente polarização. De um lado os nacionalistas e, de outro, os "entreguistas", como pejorativamente eram designados os partidários da racionalidade econômica. Desde a segunda metade da década de 1950 Campos passara a simbolizar este segundo grupo. Ao mesmo tempo, tendo sido designado embaixador brasileiro em Washington de 1961 a 1964, período dos mais perturbados da vida nacional, tornar-se-ia patente tratar-se da pessoa credenciada para representar o Brasil nas negociações com as entidades financeiras internacionais.

Com o movimento militar de 1964, foi convidado a ocupar a pasta do Planejamento no governo de Castelo Branco. Juntamente com o professor Otávio Gouveia de Bulhões (1906-1990) concebeu e implantou as reformas que iriam assegurar a efetivação dos investimentos - amplamente apoiados em financiamentos externos - de que resultou a complementação de nossa Revolução Industrial.

Ainda no ciclo dos governos militares, de volta à carreira diplomática, ocuparia o posto de embaixador na Inglaterra, cargo em que ficou de 1974 a 1982. Com o fim do bipartidarismo, Roberto Campos dispôs-se a disputar uma eleição. Candidatou-se a senador pelo Estado de Mato Grosso pelo Partido Democrático Social (PDS), em que se transformara a agremiação governista. Até seu falecimento, em 2001, aos 84 anos de idade, continuou como presença marcante no mundo político e cultural brasileiro, notadamente pela magnitude da obra publicada. Esta corresponderia a uma das mais acabadas expressões do conservadorismo liberal no Brasil contemporâneo.

Pode-se dizer que Roberto Campos singulariza-se entre nossos conservadores liberais por entender que não cabe nenhuma opção radical entre Keynes e Hayek, desde que ambos atuaram (com sucesso) em consonância com a temática de seu tempo. Ainda assim, para Roberto Campos, a figura intelectualmente mais majestosa do pós-guerra seria Hayek. *O Caminho da Servidão* (1944) parece-lhe consistir na obra máxima desse autor.

A problemática econômica alterou-se substancialmente nas décadas de 1970 e 1980, o que exigiu a formulação de novas orientações. Isto significa simplesmente que o liberalismo econômico exige adaptações relativamente frequentes, embora a referência aos balizamentos de Adam Smith sempre esteja presente. Ao contrário do sistema representativo, que se traçou uma linha de aprofundamento a bem dizer perene, do mesmo modo que a defesa do pluralismo no plano cultural.

Roberto Campos é, sem dúvida, figura central na formulação do projeto modernizador brasileiro. Aqui também se observa significativa singularidade nas suas postulações. Reconhece de pronto, fazendo causa comum com os estudiosos do patrimonialismo brasileiro, que "o capitalismo nunca existiu no Brasil". Como dizia Oliveira Viana, "Somos um país pré-capitalista e até mesmo anticapitalista. Isto se traduz em nossa notória incompreensão da função do lucro e da concorrência". Somos uma sociedade patrimonialista. O patrimonialismo não é mais que a forma ibérica do mercantilismo europeu do começo da Idade Moderna, isto é, o mercantilismo piorado pela influência cultural da Contrarreforma, dos confiscos da Inquisição e dos resquícios do despotismo árabe.

No entendimento das eventuais saídas do patrimonialismo têm sido aventadas sobretudo duas alternativas. A primeira consistiria em lograr a implementação de um projeto educacional, centrado na educação fundamental, devotada à educação para a cidadania. Seria este um projeto de longo prazo, sobretudo pelas dificuldades em iniciá-lo desde que praticamente não se tem avançado no sentido de dar ao ensino fundamental uma atribuição própria, capaz de desatrelá-lo do modelo que leva ao vestibular, afinal de contas a única coisa que tem funcionado no sistema educacional compreendido pelo primeiro e segundo graus.

A outra alternativa resultaria do fenômeno da expansão das religiões evangélicas. Os estudiosos da circunstância têm enfatizado que, a exemplo do que ocorreu em outras partes do mundo, levar-nos-á ao capitalismo. As divergências referem-se a prazos. Todos reconhecem que a adesão ao protestantismo torna aqueles que o fazem mais resistentes às condições impostas pela pobreza. Antes de mais nada, passam a cumprir suas obrigações no trabalho com ceto rigor. Daí a dar um salto para a riqueza vai certamente uma grande distância. Outros analistas, que se têm debruçado sobre o mesmo problema, indicam que as novas gerações vão se criar num ambiente em que a riqueza não é condenada, como acontece nas famílias católicas, e até mesmo é exaltada. Assim, aqueles que tiverem vocação empresarial se sentirão à vontade para seguir aquele caminho.

A Roberto Campos parece que tais alvitre deixam de levar em conta a experiência dos países que superaram o subdesenvolvimento, em nosso tempo, a exemplo dos Tigres Asiáticos. Segundo essa experiência, embora a educação seja um dado importante, o essencial, parece-lhe, consistiria na capacidade das políticas implementadas de impulsionar aqueles resultados. A nos louvamos da tortuosa experiência das nossas reformas, certamente que uma formulação política mais adequada em muito teria abreviado aquele caminho.

Preocupado sobretudo com o rigor da formulação conceitual, Roberto Campos contribuiu de modo notável para a constituição de uma elite culta, capaz de promover, como diz, a “transição da era do fetichismo para a era da razão”, e conclui com esta palavra alentadora: “Sobrevivi suficientemente neste século, que Paul Johnson apelidou de século *coletivista*, para ver minhas posições pró-mercado e antimonopólio passarem de heresias impatrióticas a sabedoria convencional. Aqui, infelizmente, mais lentamente que no resto do mundo”.

## CAPÍTULO 29

### Tancredo Neves, a figura central da redemocratização<sup>29</sup>

Tancredo Neves acabou se transformando na figura central da abertura política, em 1985. Por ter se notabilizado como político moderado nos quarenta anos que se seguiram à queda do Estado Novo, conseguiu unificar as várias vertentes da oposição aos governos militares pós-1964, na medida em que se tornara patente a impossibilidade de realização de eleições diretas. O projeto de abertura dos militares contemplava a hipótese de entrega do poder a um político civil. Todas as providências foram tomadas no sentido de assegurar que sairia das hostes do partido oficial. Entretanto, no processo de indicação daquele que seria o candidato, firmava-se o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, personalidade que encontrava ampla rejeição na imprensa, nos meios políticos e no próprio partido governista. Aumentavam as chances de vitória da oposição, contando, ao que tudo indicava, com uma cisão entre os governistas. A escolha de Tancredo Neves serviu para desanuviar o ambiente. Os militares resignavam-se à solução oposicionista e o próprio Ernesto Geisel deu seu apoio à candidatura desse nome.

Tancredo Neves pertencia a tradicional família mineira, radicada em São João del-Rei. Formou-se em Direito em 1932 e se dedicou à advocacia em sua cidade natal. Naquele decênio, teve atuação na política local, mas não chegou a alcançar maior notoriedade. Com o fim do Estado Novo, seria um dos fundadores do Partido Social Democrata (PSD), agremiação conservadora que teria papel decisivo ao longo do chamado “interregno democrático” (1945-1964). Progressivamente, Tancredo Neves viria a destacar-se como uma de suas principais lideranças, primeiro em Minas e, mais tarde, no plano nacional. Elegeu-se deputado estadual e tornou-se líder da bancada de oposição ao governo, que se encontrava em mãos do partido contrário, a União Democrática Nacional (UDN). No pleito de 1950, Tancredo Neves ganharia o seu primeiro mandato como deputado federal.

<sup>29</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 5/9/2018.

A oportunidade para projetá-lo nacionalmente viria com a nomeação para o Ministério da Justiça, em junho de 1953. A nomeação para esse posto equivalia a colocá-lo no centro da monumental crise política vivida pelo País, que levou ao suicídio de Vargas e à adoção do parlamentarismo. Tancredo Neves seria indicado para primeiro-ministro com apoio integral da Câmara. Como se sabe, um plebiscito reintroduziu o presidencialismo, reacendendo a crise que levaria a 1964 (governo dos militares).

Nos pleitos de 1966, 1970 e 1974 Tancredo concorreu como deputado federal, sendo o parlamentar mais votado em Minas Gerais. Nas eleições de 1978, elegeu-se para o Senado, derrotando a candidatura situacionista. Ao longo daqueles anos, sobressaiu-se na defesa da unidade oposicionista, então em franca disputa, no interior do MDB e fora dele.

As eleições parlamentares e para governadores estaduais ocorreram em novembro de 1982. Tancredo Neves elegeu-se governador de Minas Gerais, conseguiu unificar a oposição e cindir a agremiação governista, sendo escolhido presidente da República. O conhecido líder liberal, porém, adoeceu gravemente, vindo a falecer a 21 de abril, pouco mais de um mês depois da escolha do Colégio Eleitoral. Dada a circunstância, assumiu o governo José Sarney, que fora indicado vice pela Frente Liberal. Ao falecer, Tancredo Neves tinha 75 anos.

### A abertura política de 1985

A abertura política brasileira se tornou um fato significativo na literatura especializada, na medida em que se constituiu numa engenharia extremamente complexa. Conseguiu alcançar aquilo que o governo militar parecia disposto a evitar a qualquer custo: a entrega do poder a uma personalidade destacada da oposição. Ao mesmo tempo, retirou-lhe qualquer pretexto de que pudesse valer-se desse desfecho a fim de interromper o processo. O cientista político americano Samuel Huntington teria oportunidade de destacar em que consistia o seu mérito: ter evitado o que denominou de questão pretoriana, isto é, o revanchismo contra as Forças Armadas. Graças à mencionada engenharia, es-

tas encontraram naturalmente o seu lugar no sistema institucional, apesar de que o PT tivesse envidado todos os esforços para impedir tal desfecho.

O evento viria a ser reconstituído pelo professor Arsênio Eduardo Corrêa no livro *A Frente Liberal e a Democracia no Brasil* (2001, 2ª ed., Editora Nobel, 2006). Tomou por modelo uma obra clássica da historiografia nacional, o livro de Tobias Monteiro *Pesquisas e Depoimentos para a História*, no qual, dez anos depois da proclamação da República, registrou o depoimento dos principais participantes do acontecimento sobreviventes à época.

O professor Arsênio Corrêa recorreu à imprensa para a devida reconstituição dos fatos. Em seguida, ouviu os três líderes políticos responsáveis pela cisão no partido do governo: Marco Maciel, José Sarney e Jorge Bornhausen, justamente o que viabilizou a vitória do candidato oposicionista. As personalidades em causa, na ocasião, exerciam, respectivamente, as funções de vice-presidente da República e senadores.

Em síntese, os principais desdobramentos da questão acham-se adiante resumidos. Usando métodos com os quais as lideranças não concordavam, o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, tinha virtualmente assegurado a sua vitória na Convenção do PDS, o que automaticamente asseguraria a tranquila confirmação dessa escolha no Colégio Eleitoral, ao qual seria atribuída a missão de eleger, indiretamente, o futuro presidente da República. Devido a essa circunstância, a liderança do partido governamental, o Partido Democrático Social (PDS), obteve do presidente da República, general João Figueiredo, o compromisso de que asseveraria método democrático de escolha do candidato oficial, que seria na forma de uma eleição primária entre os filiados à agremiação. A certa altura dos acontecimentos, Figueiredo descumpriu a promessa. Marco Maciel, José Sarney e Jorge Bornhausen sentiram-se, então, desobrigados de participar daquela escolha, na forma viciada como estava sendo conduzida.

No entendimento oficial, o princípio da fidelidade partidária valeria no Colégio Eleitoral. Assim, os membros do PDS seriam obrigados a votar no candidato escolhido na convenção. O descumprimento dessa norma equivaleria à perda do mandato e até dos direitos políticos. Valendo-se da grande autoridade de que dispunha como um dos mais eminentes juristas do país, o professor Miguel Reale

(1910-2006) deu parecer no sentido de que o princípio da fidelidade não era válido no Colégio Eleitoral, na medida em que dele participavam representantes do Senado, da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas. Por esse motivo, escreve, “o imperativo da fidelidade partidária não se estende ao Colégio Eleitoral, no qual a votação deverá ser nominal, ou seja, com votos ostensivamente tomados, um a um, consoante ocorreu nas duas eleições indiretas anteriores”. O TSE reconheceu a pertinência da argumentação e decidiu que, de fato, o princípio da fidelidade não se aplicava.

Os descontentes com os rumos seguidos pelo partido oficial se afastaram, criando entidade denominada Frente Liberal, que firmou um acordo com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em torno da candidatura do governador eleito de Minas Gerais, Tancredo Neves, cabendo-lhe a indicação do candidato a vice. Coube essa indicação a José Sarney. Como a lei em vigor obrigava que a chapa fosse constituída por membros da mesma agremiação, José Sarney se filiou ao MDB.

Tancredo Neves concorreu no Colégio Eleitoral, reunido a 15 de março de 1985, como candidato da Aliança Democrática, formada pelo MDB e pela Frente Liberal, onde registrou estrondosa vitória: obteve 480 votos contra 180 de Paulo Maluf, 17 abstenções e 9 ausências. Assinale-se que essa vitória espetacular se deveu, em certa medida, ao amplo movimento ocorrido no País no ano anterior em prol de eleições diretas para a presidência da República. Ganhou a denominação de *Diretas Já*, tendo logrado realizar gigantescas manifestações em diversas capitais. Submetida a votos na Câmara dos Deputados, o projeto de emenda constitucional que restabelecia essa regra viria a ser rejeitado. Contudo, tornou-se claro em que sentido se manifestava a opinião nacional.

## CAPÍTULO 30

### Ulysses Guimarães e a lição de comportamento democrático<sup>30</sup>

Ulysses Guimarães tornou-se o artífice da utilização da brecha aberta pelos governos militares ao institucionalizar uma oposição consentida. Talvez tivesse presente em seu espírito a supressão do parlamento pelo Estado Novo, o que resultou em inexistir no País um ponto de referência civil capaz de figurar como polo aglutinador quando surgiram condições propícias à derrocada da ditadura. O País ficaria devendo às Forças Armadas o afastamento de Getúlio Vargas, em fins de 1945, o que criou a possibilidade de que passassem a tutelar a abertura democrática subsequente.

Ascendeu à presidência do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1971, quando era mais que evidente a disposição do grupo militar, que acabaria conquistando a hegemonia do movimento de 1964, de enrijecer o regime, atribuindo-lhe forma francamente ditatorial. Campeava a mais brutal repressão política. Criara-se clima favorável aos pequenos grupos dispostos a empreender o caminho da luta armada, justamente o que “justificava” o projeto de progressiva supressão das liberdades, sustentado pela chamada “linha dura” militar. A persistência do novo presidente do MDB na aceitação “das regras do jogo” lhe permitiu obter estrondosa vitória nas eleições de 1974. Consumada a abertura, em março de 1985, conseguiu assegurar a sobrevivência do MDB.

Ulysses Guimarães nasceu em Rio Claro, interior de São Paulo, em outubro de 1916. Frequentou a Faculdade de Direito, diplomando-se em 1940. Dedicou-se à advocacia por pouco tempo, tornando-se funcionário público. Quando do fim do Estado Novo, filiou-se ao Partido Social Democrata (PSD) e conquistou seu primeiro mandato nas eleições de janeiro de 1947, como deputado estadual. No pleito seguinte (1950), elegeu-se deputado federal, reelegendo-se pelo PSD nos três pleitos seguintes, o último dos quais em 1962. Com a dissolução dos par-

<sup>30</sup> Publicado originalmente no site do Espaço Democrático em 26/9/2018.

tidos políticos pelo primeiro governo militar, ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que representava a oposição ao novo regime. Conquistou novos mandatos nas quatro eleições parlamentares realizadas sob as regras de exceção (cassação de mandatos, censura à imprensa etc.), bem como nas subsequentes, quando foi criado o PMDB. Ao todo, Ulysses Guimarães se elegeu onze vezes deputado federal por São Paulo.

Na biografia que lhe dedicou, Luiz Gutemberg indica que adotou, entre os seus princípios de dedicação à vida pública, “que não fará negócios enquanto mandatário popular”. Nunca participou de empresas, nem mesmo em conselhos fiscais. Tampouco intermediou negociações entre empresas ou entre estas e repartições oficiais.

Embora não escondesse sua ambição de ocupar um dos altos postos do Poder Executivo, permaneceria, ao longo de sua vida pública, como parlamentar. Seria um dos mais autênticos representantes da instituição. O fato de que haja ocupado a pasta da Indústria, em breve período, no primeiro governo organizado em decorrência da introdução do parlamentarismo, em 1961, de modo algum alterou essa percepção. Ocupou por quatro vezes a presidência da Câmara dos Deputados. Nessa condição, presidiu a Assembleia Constituinte, no biênio 1967-1968.

Tendo as circunstâncias da vida lhe privado do acesso à Terra Prometida (a presidência da República ou a função de primeiro-ministro num eventual regime parlamentar), Gutemberg iria compará-lo a Moisés, o maior de todos os profetas do Velho Testamento. Seu livro intitula-se *Moisés, Codinome Ulysses Guimarães: Uma Biografia* (Companhia das Letras, 1994).

A morte de Tancredo Neves ofuscaria o fato de que se dera a transferência do poder a civil oriundo da oposição na medida em que o vice-presidente que assumiu provinha da agremiação oficial, embora tivesse rompido ostensivamente esse laço ao integrar a Frente Liberal. Contudo, o governo era identificado com o PMDB, notadamente graças à proeminência alcançada pelo presidente daquela agremiação.

Acontece que, restaurado plenamente o Estado de Direito, os problemas de ordem econômica passaram a primeiro plano. Era imprescindível - e urgente - deter o processo inflacionário e proporcionar ao País uma perspectiva de retomada

do desenvolvimento em bases estáveis. O PMDB iria se mostrar incapaz de corresponder a essa expectativa.

Havia acolhido numeroso grupo de economistas que, para contrastar com a austeridade fiscal, que se tornara uma espécie de marca dos governos militares, minimizava os riscos da inflação e não se dera conta do novo quadro mundial, surgido a partir da crise provocada, na segunda metade da década anterior, pelo aumento dos preços do petróleo. Ainda que não se tornasse consensual, a nova política visava combater o processo batizado de *estagflação*, quadro inflacionário numa situação de ausência de crescimento.

Progressivamente o presidente José Sarney afrouxou os mecanismos herdados dos militares, notadamente a contenção do gasto público, cujo propósito era evitar déficits orçamentários. Resultado: no início de 1986 a inflação em doze meses atingiu 225,16%. Sarney recorreu à prática condenada universalmente: controle de preços. Essa iniciativa viria no bojo do que foi chamado de Plano Cruzado, devido a que introduzia nova moeda com esse nome. Paralelamente, os salários foram reajustados.

A inflação virtualmente desapareceu a partir do segundo trimestre. Euforia geral. Embora no segundo semestre comessem a aparecer os sintomas do caráter ilusório do desfecho - escassez de bens de consumo, combatida com recurso a métodos policiais que não produziam maiores efeitos -, o governo manteve a política, tendo em vista as eleições de 15 de novembro. Teve lugar, então, o que passou à história com o nome de “estelionato eleitoral”: o PMDB conquistou maioria na Constituinte (53% das cadeiras na Câmara) e elegeu 21 dos 22 governadores estaduais.

Logo depois das eleições tornou-se flagrante a desordem instaurada na economia brasileira pelo Plano Cruzado. Diante do fracasso, Sarney lançou-se numa nova aventura, a moratória da dívida externa. Consultado sobre a providência, o PFL a desaconselhou. Como o governo ignorou suas advertências - e tendo desaparecido as razões que, no ano anterior, em face da morte de Tancredo, aconselharam a sustentação do seu governo -, o PFL passou para a oposição.

Nessa altura já ficara claro que o PMDB cuidava de impor ao País uma Constituição estatizante e hostil ao capital estrangeiro num momento em que se

tornara crucial atrair investimentos externos, ao tempo em que o modelo de industrialização, sob a égide do Estado, não mais se sustentava. O desgaste perante a opinião pública experimentado pelo PMDB, em especial o seu presidente, tornou-se patente pelos resultados das eleições presidenciais de 1989. Tinham um significado especial porquanto correspondiam à restauração de uma prática interrompida pelos governos militares e a uma aspiração generalizada da população. Formalizada a candidatura de Ulysses Guimarães, este obteve menos de 5% dos votos.

Naquelas eleições, que inauguravam segundo turno, a ser disputado pelos dois mais votados – caso ninguém alcançasse maioria absoluta –, a disputa deu-se entre dois políticos sem maiores tradições: Fernando Collor de Mello e o presidente do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva. Eleito o primeiro, sem base no parlamento, acusado de corrupção, acabou sendo deposto por impeachment votado pelo Congresso Nacional. Como a isto deveria seguir-se plebiscito para ratificação do regime republicano, em sua forma presidencialista, encontrando-se o parlamentarismo entre as opções, Ulysses Guimarães imaginou que poderia renascer das cinzas, desta vez como primeiro-ministro.

Seria poupado, de forma trágica, de mais essa decepção. Faleceu a 12 de outubro de 1992, num desastre de aviação, sendo que seu corpo jamais foi encontrado. Assim, deixou de presenciar a rejeição do parlamentarismo.

O plebiscito teve lugar a 21 de abril de 1993, sete meses depois de sua morte.

No Brasil não se registra o hábito de cultuar os seus heróis nem mesmo do que alguns têm denominado de “memória nacional”. Contudo, a historiografia não pode omitir-se a respeito. Assim, é possível que o Ulysses Guimarães que passará à história seja aquele que aparece à frente de um grupo de políticos, acossado pela polícia, em 1978, dedo em riste, exclamando “me respeitem”.



**Presidente**

Guilherme Afif

**1º Vice-presidente**

Vilmar Rocha

**2º Vice-presidente**

Alfredo Cotait Neto

**Secretária**

Alda Marco Antonio

**Diretor Superintendente**

João Francisco Aprá

***Conselho Superior de Orientação*****Presidente** - Gilberto Kassab

Guilherme Afif

Omar Aziz

Raimundo Colombo

Otto Alencar

Claudio Lembo

Ricardo Patah

Vilmar Rocha

Guilherme Campos

Um dos esportes nacionais preferidos é desancar as nossas instituições políticas. Comportar-se assim é quase uma questão de demonstrar boas maneiras. É muito comum, na mídia e na literatura acadêmica descomprometida com os fatos, ataques generalizados aos nossos partidos, ao Congresso, ao sistema representativo. Tudo aparece como defeituoso, ultrapassado, quase inútil.

Apesar de ter suas mazelas, nossa estrutura institucional gerou uma democracia vibrante, que assegura eleições regulares, alternância de poder, liberdade de opinião e de organização. É da bonita história de construção e dos artífices dessa façanha que trata o livro do respeitadíssimo filósofo Antonio Paim, muito bem organizado pelo competente cientista político Rogério Schmitt.

A saga do País costurada por personalidades que deixaram importantes marcas na nossa história é o foco desta obra de Antonio Paim. São capítulos pequenos, que contextualizam a ação de 30 personagens e demonstram a relevância que tiveram suas iniciativas intelectuais e políticas. Nada mais oportuno para uma sociedade que parece divorciada de suas origens.

A leitura é muito agradável. Aos poucos, vai-se delineando um quadro de referência que permite a compreensão de nosso passado. Chegamos até aqui pela ação de homens como Joaquim Nabuco, Benjamin Constant, Rui Barbosa, Deodoro da Fonseca. Getúlio Vargas, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e tantos outros. Vale a pena conhecer a contribuição de cada um.

*Rubens Figueiredo*



**ESPAÇO DEMOCRÁTICO**

[www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br)

 [EspacoDemocraticoPSD](https://www.facebook.com/EspacoDemocraticoPSD)

 [@espdemocratico](https://twitter.com/espdemocratico)